

**JORGE SOISTAK
(ORGANIZADOR)**

A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO



Organizador

JORGE SOISTAK

Editor Chefe:	Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares
Bibliotecária:	Janaina Ramos - CRB-8/9166
Capa:	Designed by AYA Editora
Imagem da Capa:	Designed by br.freepik.com
Diagramação:	Ana Lucia Ribeiro Soares
Revisão:	Os Autores

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza - Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz - Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Carlos López Noriega - Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva - Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis - Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig - Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Gilberto Zammar - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso - Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues - Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. João Luiz Kovalski - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Me. Jorge Soistak - Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. José Henrique de Goes - Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim - Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais
Prof.ª Ma. Lucimara Glap - Faculdade Santana
Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho - Universidade Federal Rural de Pernambuco
Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues - Universidade Norte do Paraná
Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes - Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch - Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda - Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail - Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens - Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares - Universidade Federal do Piauí
Prof.ª Ma. Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues - Faculdade Sagrada Família
Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues - Instituto Federal de Santa Catarina



© 2021 O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional **(CC BY 4.0)**.

As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

Editor Chefe: Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares
Bibliotecária: Janaina Ramos - CRB-8/9166
Capa: Designed by AYA Editora
Imagem da Capa: Designed by br.freepik.com
Diagramação: Ana Lucia Ribeiro Soares
Revisão: Os Autores

C759 A Contabilidade como instrumento de gestão / Jorge Soistak (Organizador). -- Ponta Grossa/PR: AYA, 2021. 111 p. -- ISBN: 978-65-88580-23-3

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.
Modo de acesso: World Wide Web.
DOI 10.47573/aya.88580.2.17

1. Contabilidade. 2. Gestão contábil. 3. Ciências contábeis.
4. Desenvolvimento econômico. 5. Transparência. I. Soistak, Jorge (Organizador). II. Título.

CDD: 657

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <http://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

**JORGE SOISTAK
(ORGANIZADOR)**

A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO



Sumário

Apresentação.....8

Capítulo 01

Análise de balanços públicos: um estudo sobre as principais capitais do nordeste brasileiro no período de 2017 a 2019.....9

Ivan Viana Araújo Vital

Stephanie Kalyinka Rocha

DOI: 10.47573/aya.88580.2.17.1

Capítulo 02

Contabilidade ambiental: contribuições para uma gestão contábil sustentável.....27

Janadison Conceição Santos da Silva

Almir Milanesi

Flávio José de Melo

Magno Batista dos Santos

DOI: 10.47573/aya.88580.2.17.2

Capítulo 03

Controle social das contas públicas da câmara municipal de Campo Grande no ano de 2018.....41

João Felipe Baccarin

Fernanda Soares Camargo

Eloir Trindade Vasques Vieira

Fortunato Bennett

Lucélia Nogueira Tashima

DOI: 10.47573/aya.88580.2.17.3

Capítulo 04

Análise do comportamento decisório sob a percepção do risco e aversão as perdas: um estudo com discentes de pós-graduação em finanças58

Rayane Farias dos Santos

Jordão Moreira da Silva Júnior

DOI: 10.47573/aya.88580.2.17.4

Capítulo 05

Uma análise da percepção acadêmica de ciências contábeis sobre o estágio supervisionado frente a inserção mercadológica76

Felipe Borges de Santana

Jefferson David Araujo Sales

Eúde do Amor Cornélio

Esdras Antunes do Nascimento

DOI: 10.47573/aya.88580.2.17.5

Capítulo 06

Mulheres rurais e as contribuições do uso do crédito rural91

Caroline Casado Fagundes

Rosani Marisa Spanevello

Alessandra Matte

DOI: 10.47573/aya.88580.2.17.6

Organizador 108

Índice Remissivo 109

Apresentação

O profissional da área das Ciências Contábeis nem sempre é reconhecido pelas suas competências e habilidades técnicas, entretanto toda e qualquer empresa necessita desse profissional desde o início das atividades econômicas, e o mesmo possui grande importância na condução sustentável (financeira, econômica e de responsabilidade socio-ambiental) das empresas.

Atualmente, como em muitas profissões, a contábil passa por uma grande transformação, com o advento das evoluções da sociedade 5.0 que usa as tecnologias criadas na revolução 4.0 (big data e analytics, robôs autônomos, simulação, cibersegurança, impressão 3D e realidade aumentada) para agir a favor das pessoas. Essas inovações tem causado receio e insegurança dos profissionais contadores e estudantes, pela percepção de que haverá convergência e simplificação das atividades da contabilidade, com a eliminação de postos de trabalho nas próximas décadas, principalmente pelo uso da inteligência artificial já adotada por algumas empresas.

Os sistemas inteligentes, certamente não são inimigos de nenhuma profissão, mas fará com que a profissão contábil assuma definitivamente um papel protagonista, não só no auxílio aos administradores, mas na participação efetiva nas tomadas de decisões sobre os aspectos empresariais.

Outras oportunidades que se apresentam nos mercados da profissão contábil nessa nova realidade estão principalmente as voltadas para áreas da contabilidade rural, ambiental, financeira e pública. Uma vez que esses profissionais tem a capacidade de proporcionar a alavancagem dos resultados das organizações que representam, por meio da extração de informações das demonstrações contábeis e tomada de decisões muito mais ágeis, assertivas e tempestivas.

Entretanto para que essa realidade ocorra na prática, os profissionais das ciências contábeis terão que ser cada vez mais superespecialistas em suas áreas de atuação, conhecer detalhes e possibilidades à otimização dos trabalhos e os resultados das empresas.

Qualquer desafio apresenta muitas oportunidades e a profissão contábil está preparada para esse protagonismo que o mercado exigirá e poderá contribuir ainda mais com o desenvolvimento econômico de nosso país, e para isso os profissionais devem preparar-se para essa nova realidade que a Contabilidade apresenta-se num futuro muito próximo.

Jorge Soistak

Contador e Administrador

CRC-PR 04.793.9/O-6

Análise de balanços públicos: um estudo sobre as principais capitais do nordeste brasileiro no período de 2017 a 2019

Ivan Viana Araújo Vital
Universidade Estácio de Sá

Stephanie Kalynka Rocha
Universidade Federal de Santa Catarina



DOI: 10.47573/aya.88580.2.17.1

Resumo

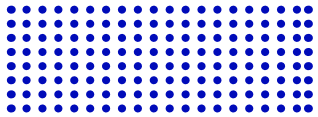
Diante da necessidade de evidenciar as movimentações dos recursos públicos, a Contabilidade Pública assume um papel de grande relevância no controle social. Por conseguinte, o objetivo deste estudo foi a análise e a interpretação dos balanços públicos das cidades de Recife, Fortaleza e Salvador no período de 2017 a 2019 por meio da determinação de quocientes pré-definidos por Kohama (2015). Para isso, realizou-se uma pesquisa documental, bibliográfica e descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Os resultados obtidos poderão servir como ferramentas de apoio na instrumentalização dos recursos públicos e nas tomadas de decisões pelos gestores públicos.

Palavras-chave: contabilidade pública. balanços públicos. análise de quocientes.

Abstract

In view of the need to highlight the movement of public resources, Public Accounting assumes a particularly important role in social control. Therefore, the objective of this study was the analysis and interpretation of the public balance sheets of the cities of Recife, Fortaleza and Salvador in the period from 2017 to 2019 through the determination of quotients pre-defined by Kohama (2015). For this, a documentary, bibliographic and descriptive research with a qualitative and quantitative approach was carried out. The results obtained can serve as support tools in the instrumentalization of public resources and in decision making by public managers.

Keywords: public accounting. public balance sheets. quotient analysis.



INTRODUÇÃO

O conceito de Administração Pública, em sentido material, resume-se ao conjunto de atividades desenvolvidas pelo Estado para satisfazer os interesses coletivos, sob o regime de direito público. Em sentido formal, está relacionado aos órgãos e pessoas jurídicas que recebem a atribuição do exercício da função administrativa por meio de lei (DI PIETRO, 2013). De modo geral, o objetivo da Administração Pública é a defesa do bem comum por meio da gestão de bens e interesses da comunidade, nas escalas federais, estaduais e municipais (MATIAS-PEREIRA, 2018).

Diante disso e diferentemente da Contabilidade Empresarial, na qual há uma preocupação com questões relativas à rentabilidade, lucros e prejuízos, imobilização de capital, índices de liquidez, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público se insere no estudo de movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais que ocorrem no patrimônio público, evidenciadas pelos Balanços Públicos (KOHAMA, 2015).

O acesso aos balanços públicos é possível graças a um dos cinco princípios básicos da Administração Pública expressamente previstos no caput do artigo 37 Constituição Federal: o princípio da publicidade. Além disso, ressalta-se que o direito de acesso à informação é direito fundamental previsto no inciso XXXIII da Constituição. Tal direito é regulamentado pela Lei nº 12.527/2011, por meio de 3 dimensões: perspectiva de direito fundamental; direito do usuário da administração de conhecer os atos de governo; e ponto de vista de patrimônio cultural como forma concretizar a gestão da documentação governamental e sua consulta (NOHARA, 2019).

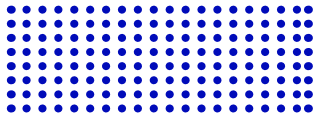
Nesse contexto, apresenta-se como objetivo deste artigo analisar e interpretar a situação orçamentária, financeira e patrimonial das cidades de Recife, Fortaleza e Salvador nos anos de 2017 a 2019 por meio dos seus respectivos Balanços Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais, sob perspectiva de análise de balanços públicos proposta por Kohama (2015).

As justificativas deste artigo residem na necessidade de gerar informações voltadas aos gestores públicos para melhor atuação no exercício do controle social, por meio da análise de indicadores orçamentários, financeiros e patrimoniais pré-estabelecidos por Kohama (2015) relativos a exercícios financeiros consecutivos de cidades de porte econômico e populacional semelhante, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

REFERENCIAL TEÓRICO

A CONTABILIDADE PÚBLICA

A Contabilidade Pública é o ramo da Contabilidade aplicado no estudo, controle e registro de atos e fatos da Administração Pública que impactam o seu patrimônio, servindo de suporte para tomadas de decisões, prestação de contas e responsabilização da gestão (CARVALHO; CECCATO, 2017). A NBC TSP – Estrutura Conceitual define que o setor público abrange os governos nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus respectivos



poderes (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), órgãos, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (inclusive as empresas estatais dependentes).

O MCASP, 8ª edição, estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, em conjugação com as disposições da NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e da NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis com a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar 101/2000, dispõe que o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) é composto por:

- a. Balanço Patrimonial;
- b. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- c. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- d. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- e. Balanço Orçamentário;
- f. Balanço Financeiro;
- g. Notas explicativas, compreendendo a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas; e
- h. Informação comparativa com o período anterior.

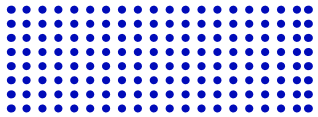
A análise e interpretação dos balanços públicos, consoante Kohama (2015), podem ser realizadas através da comparação dos valores das contas desses balanços. Com isso, determina-se os chamados “quocientes”, os quais serão mais detalhados posteriormente. Basicamente, tais quocientes são indicadores que permitem mensurar o desempenho orçamentário, financeiro ou patrimonial do setor público no exercício em questão.

O presente estudo limitar-se-á à análise dos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro.

Balanço orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia a integração entre o planejamento e a execução orçamentária, através da disposição de itens por categoria econômica, correntes e de capital, nas receitas e despesas. Detalha-se ainda, estas por grupo de natureza e aquelas por origem (HADDAD; MOTA, 2010). De acordo com o MCASP, 8ª ed., é composto por: Quadro Principal, Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados. Por grupo de natureza de despesa, estes dois últimos demonstram, respectivamente, os restos a pagar não processados inscritos, liquidados, pagos, cancelados e o saldo; e os restos a pagar processados inscritos, pagos, cancelados e o saldo.

Ressalta-se que o tratamento das receitas ocorre pelo regime de caixa e o das despesas, pelo regime de competência, no Balanço Orçamentário (KOHAMA, 2015).



Análise do balanço orçamentário

Os quocientes relativos à análise e interpretação dos dados do Balanço Orçamentário são apresentados a seguir (KOHAMA, 2015):

Quociente de Equilíbrio Orçamentário (QEqO):

$$\frac{\text{Despesa Fixada}}{\text{Receita Prevista}}$$

Demonstra a relação entre a despesa fixada e a receita prevista, ambos definidos no planejamento orçamentário, na elaboração da Lei Orçamentária Anual:

- Igual a 1: equilíbrio orçamentário;
- Maior do que 1: desequilíbrio negativo. No geral, não pode ocorrer, já que não é possível a aprovação de despesas sem créditos correspondentes para o seu custeio. Porém existem exceções: utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores e reabertura de créditos adicionais, de acordo com o MCASP;
- Menor do que 1: desequilíbrio positivo. A LOA foi aprovada com recursos sem as despesas correspondentes.

Quociente de Execução da Receita (QER):

$$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Receita Prevista}}$$

Indica o desempenho da arrecadação de receita:

- Igual a 1: arrecadou-se o que foi previsto;
- Maior do que 1: excesso de arrecadação;
- Menor do que 1: insuficiência de arrecadação.

Quociente de Execução da Despesa (QED):

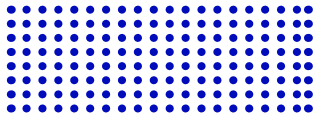
$$\frac{\text{Despesa Empenhada}}{\text{Despesa Fixada}}$$

Indica o desempenho da execução de despesas:

- Igual a 1: despendeu-se exatamente o que foi previsto;
- Maior do que 1: excesso de despesa. Situação impossível, já que não se pode gastar mais do que o previsto na LOA e nos créditos adicionais, ou seja, é ilegal efetuar gastos sem autorização legislativa.
- Menor do que 1: economia de despesa, o que significa que as despesas empenhadas foram menores do que a fixada.

Quociente do Resultado Orçamentário (QRO):

$$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Empenhada}}$$



Demonstra o efetivo desempenho do orçamento. Ou seja, indica o quanto realizou-se de receita orçamentária em confronto com o quanto da despesa orçamentária foi empenhada:

- a. Igual a 1: equilíbrio orçamentário;
- b. Maior do que 1: superávit orçamentário;
- c. Menor do que 1: déficit orçamentário.

Quociente de Execução Orçamentária Corrente (QEOCO):

$$\frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}}$$

Permite averiguar se existe capitalização ou descapitalização no balanço, através do exame da suficiência da receita corrente em cobrir a despesas corrente:

- a. Igual a 1: a receita e despesas correntes são iguais;
- b. Maior do que 1: superávit orçamentário corrente, ou seja, há capitalização;
- c. Menor do que 1: déficit orçamentário corrente, ou seja, há descapitalização.

Quociente da Execução Orçamentária de Capital (QEOCa):

$$\frac{\text{Receita de Capital}}{\text{Despesa de Capital}}$$

Em paralelo com o quociente anterior, demonstra se ocorre ou não capitalização.

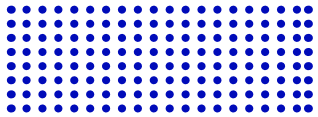
- a. Igual a 1: a receita e despesas de capital são iguais;
- b. Maior do que 1: superávit orçamentário de capital, ou seja, há descapitalização;
- c. Menor do que 1: déficit orçamentário de capital, ou seja, há capitalização.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, por sua vez, demonstra a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos, segregando as ordinárias e as vinculadas, os ingressos e dispêndios extraorçamentários e os saldos em caixa do exercício anterior e para o exercício seguinte (STN, 2018). Diferencia-se do Balanço Orçamentário no seguinte aspecto: neste, evidencia-se apenas as transações contidas no orçamento anual somente do ano referente; naquele, verifica-se a totalidade de ingressos e dispêndios, compreendidos ou não no orçamento e os saldos do exercício anterior e para o seguinte (RESENDE *et al.*, 2016).

Análise do Balanço Financeiro

Os quocientes relativos à análise e interpretação dos dados do Balanço Financeiro são apresentados a seguir (KOHAMA, 2015):



Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros (QRSF):

$$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}}$$

Relação entre o saldo para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior:

- Igual a 1: o saldo que passa para o exercício seguinte é igual ao saldo do exercício anterior;
- Maior do que 1: resultado financeiro positivo;
- Menor do que 1: resultado financeiro negativo.

Quociente da Execução Orçamentária (QEO):

Similar ao Quociente do Resultado Orçamentário, dado pela relação entre a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária empenhada:

- Igual a 1: equilíbrio orçamentário;
- Maior do que 1: superávit orçamentário;
- Menor do que 1: déficit orçamentário.

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária (QFREO):

$$\frac{\text{Receita Orçamentária Realizada}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}}$$

Na sua determinação, leva-se em consideração que as despesas são tratadas sob o regime de competência, entretanto, neste caso, estas são tratadas sob o regime de caixa. Em outras palavras, este quociente evidencia o quanto as receitas cobrem as despesas realmente pagas:

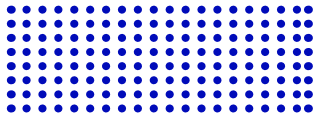
- Igual a 1: equilíbrio entre as receitas realizadas e as despesas pagas;
- Maior do que 1: superávit na execução orçamentária e financeira, no regime de caixa;
- Menor do que 1: déficit na execução orçamentária e financeira, no regime de caixa.

Quociente do Resultado da Execução Financeira (QREF):

$$\frac{\text{Receita (Orçamentária + Extraorçamentária)}}{\text{Despesa (Orçamentária + Extraorçamentária)}}$$

Relação entre soma das receitas orçamentária e extraorçamentária e a soma das despesas orçamentária e extraorçamentária:

- Igual a 1: igualdade entre as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias;
- Maior do que 1: recebimentos do exercício superiores aos pagamentos do exercício;
- Menor do que 1: pagamentos do exercício superiores aos recebimentos do exercício.



Quociente de Execução Extraorçamentária (QEE):

$$\frac{\text{Receita Extraorçamentária}}{\text{Despesa Extraorçamentária}}$$

Evidencia o quanto os pagamentos extraorçamentários comprometem os recebimentos correspondentes:

- a. Igual a 1: os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são iguais;
- b. Maior do que 1: recebimentos extraorçamentários superiores aos pagamentos extraorçamentários, provocando aumento da Dívida Flutuante.
- c. Menor do que 1: pagamentos extraorçamentários superiores aos recebimentos extraorçamentários, indicando redução da Dívida Flutuante.

Balanço patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial estática, através da apresentação de contas representativas do patrimônio público (LIMA; MUNIZ, 2016). As contas são dispostas em duas colunas: de um lado, os bens e os direitos da entidade, o Ativo, e de outro, os compromissos assumidos com terceiros, o Passivo. Além disso, é apresentado o Patrimônio Líquido, dado pelo saldo entre o Ativo e o Passivo (PISCITELLI; TIMBÓ, 2019). Os elementos patrimoniais do Ativo e do Passivo são divulgados discriminando-os em Circulante e Não Circulante. Há, ainda, a apresentação do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e do Quadro das Contas de Compensação, de acordo com o MASCP.

Análise do Balanço Patrimonial

Os quocientes relativos à análise e interpretação dos dados do Balanço Patrimonial são apresentados a seguir (KOHAMA, 2015):

Quociente de Liquidez Imediata (QLI):

$$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

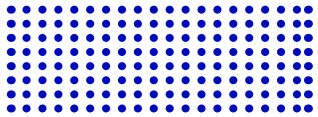
Demonstra a existência suficiente ou não de recursos financeiros disponíveis para arcar com os compromissos a pagar de curto prazo:

- a. Igual a 1: Disponibilidades igual ao Passivo Circulante;
- b. Maior do que 1: suficiência de recursos financeiros disponíveis para honrar as obrigações de curto prazo;
- c. Menor do que 1: insuficiência desses recursos.

Quociente de Liquidez Corrente (QLC):

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Evidencia se os bens e direitos realizáveis no curto prazo suprem as obrigações de



curto prazo:

- a. Igual a 1: Ativo e Passivo Circulantes iguais;
- b. Maior do que 1: existência suficiente de recursos de curto prazo para suprimento das obrigações de curto;
- c. Menor do que 1: insuficiência de recursos de curto prazo para suprimento dessas obrigações.

Quociente de Liquidez Geral (QLG):

$$\frac{\text{Ativo (Circulante + Realizável a Longo Prazo)}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}}$$

Indica se os recursos realizáveis a curto e longo prazo são capazes de cobrir o pagamento de obrigações de curto e longo prazo:

- a. Igual a 1: igualdade entre a soma dos Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo e a dos Passivos Circulante e Não Circulante;
- b. Maior do que 1: suficiência de recursos financeiros disponíveis mais os bens e direitos realizáveis a longo prazo para honrar o pagamento dos compromissos de curto e longo prazo;
- c. Menor do que 1: insuficiência desses recursos para honrar esses pagamentos.

Quociente da Composição do Endividamento (QCE):

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo (Circulante + Não Circulante)}}$$

Demonstra a fração da dívida de curto prazo em relação à totalidade das dívidas:

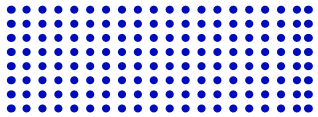
- a. Igual a 1: todas as dívidas existentes são de curto prazo;
- b. Maior do que 1: situação impossível, já que não há nenhuma possibilidade matemática do Passivo Circulante ser superior à soma dos Passivos Circulante e Não Circulante.
- c. Menor do que 1: Passivo Circulante menor do que a soma dos Passivos Circulante e Não Circulante. Quanto maior for este último, menor é este quociente.

Quociente do Resultado Patrimonial (QRP):

$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$

Indica a relação entre a totalidade de ativos e passivos:

- a. Igual a 1: equilíbrio patrimonial e Patrimônio Líquido igual a 0;
- b. Maior do que 1: superávit patrimonial e Patrimônio Líquido maior do que 0.
- c. Menor do que 1: déficit patrimonial, cuja causa deve ser verificada na Demonstração das Variações Patrimoniais.



Quociente da Situação Financeira (QSF):

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$$

Evidencia a relação entre os recursos financeiros disponíveis ou realizáveis a curto prazo e os compromissos financeiros de curto prazo. Em outras palavras, demonstra o resultado da movimentação financeira de curto prazo:

- a. Igual a 1: igualdade entre o Ativo e Passivo Financeiros;
- b. Maior do que 1: superávit financeiro no curto prazo;
- c. Menor do que 1: déficit financeiro no curto prazo.

Quociente da Situação Permanente (QSP):

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}}$$

Demonstra o nível de endividamento de longo prazo, através relação entre os bens e direitos realizáveis no longo prazo e as obrigações de longo prazo:

- a. Igual a 1: Ativo Permanente igual ao Passivo Permanente;
- b. Maior do que 1: superávit na parte permanente do Balanço Patrimonial;
- c. Menor do que 1: déficit na parte permanente do Balanço Patrimonial.

METODOLOGIA

O presente trabalho é classificado como uma pesquisa documental e bibliográfica, visto que os Balanços Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais foram obtidos diretamente do Portal da Transparência das Prefeituras de Recife, Fortaleza e Salvador e obteve-se outras informações por meio de livros e artigos científicos. É também uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, já que se descreveu as situações orçamentária, financeira e patrimonial dessas capitais no período de 2017 a 2019 por meio da determinação e interpretação dos quocientes pré-definidos por Kohama (2015).

Para o estudo, definiu-se a amostra como as três capitais do Nordeste brasileiro com maior PIB per capita, em ordem decrescente: Recife, Fortaleza e Salvador, de acordo com o IBGE (2017).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise do balanço orçamentário

Feita a coleta dos dados dos Balanços Orçamentários de Recife, Fortaleza e Salvador no período de 2017 a 2019, calculou-se os Quocientes da Execução Orçamentária, do Resultado Orçamentário, de Execução da Receita, de Execução da Despesa, de Execução Orçamentária Corrente e de Capital.

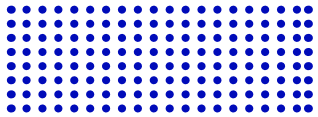


Tabela 1 - Quocientes orçamentários de Recife, Fortaleza e Salvador nos anos de 2017 a 2019

	Exercício	Recife	Fortaleza	Salvador
QEqO	2019	1,006	1,075	1,090
	2018	0,995	1,026	1,075
	2017	0,980	1,001	1,058
QRO	2019	0,996	0,988	1,011
	2018	1,024	1,018	1,015
	2017	1,048	0,984	1,047
QER	2019	0,847	0,978	0,902
	2018	0,804	0,922	0,872
	2017	0,715	0,845	0,880
QED	2019	0,846	0,920	0,819
	2018	0,789	0,882	0,800
	2017	0,697	0,858	0,795
QEOCO	2019	1,051	1,026	1,069
	2018	1,050	1,064	1,062
	2017	1,086	1,029	1,107
QEOCa	2019	0,487	0,650	0,564
	2018	0,697	0,461	0,524
	2017	0,462	0,435	0,219

Fonte: Dados da pesquisa

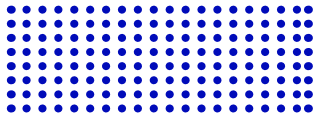
A tabela 1 apresenta o resultado do cálculo dos supracitados quocientes das três cidades relativos aos anos de 2017 a 2019. Observa-se que todas as cidades, no planejamento orçamentário, estiveram próximas do equilíbrio orçamentário. O desequilíbrio negativo de Fortaleza e Salvador nos três anos e de Recife no ano de 2019 motivou-se pela abertura de créditos adicionais decorrentes do superávit de exercícios anteriores. Entretanto, Recife no ano de 2017 e 2018 apresentou desequilíbrio positivo, o que evidencia que a respectiva Lei Orçamentária Anual sofreu modificações resultando em recursos sem as despesas correspondentes.

Somando-se a isso, destaca-se que todas as cidades arrecadaram menos que o previsto e apresentaram economia de despesa, o que, neste último caso, é uma situação usual, visto que não houve execução da totalidade das despesas autorizadas.

Em se tratando do resultado orçamentário, é evidente que a Salvador apresentou superávit orçamentário nos três anos em um contexto no qual houve grande economia de despesa, apesar da insuficiência de arrecadação nesses anos. Enquanto Recife passou de superávit, em 2017 e 2018, para déficit orçamentário em 2019, em virtude da queda da receita realizada e aumento das despesas. Fortaleza teve oscilações: déficit orçamentário em 2017, superávit em 2018 e déficit em 2019.

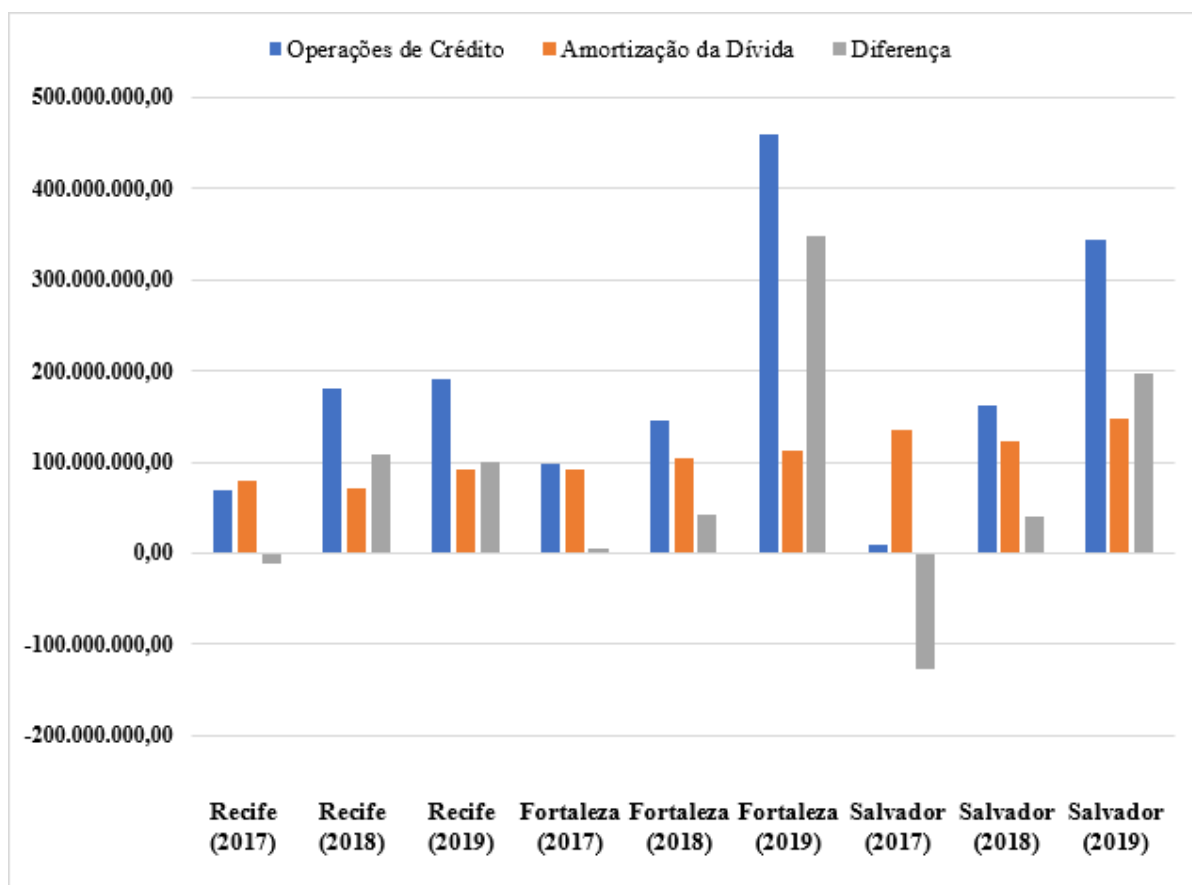
Por outro lado, os resultados orçamentários das três capitais nos três anos foram melhores do que os planejados. Vale destacar que o melhor QRO foi o de Recife em 2018, e que, apesar do déficit orçamentário de Recife em 2019 e de Fortaleza em 2017 e 2019, os valores dos respectivos QRO indicam que tais cidades estavam próximas do equilíbrio orçamentário. Cumpre frisar que, mesmo nas situações de superávit orçamentário, o QRO também esteve próximo desse equilíbrio, visto que a diferença superavitária não superou o equivalente a 5% das respectivas despesas orçamentárias.

Ainda com os valores da tabela 1, realiza-se a análise conjunta do QEOCO e do



QEOCa de cada cidade nos anos em questão. Como os todos os valores daquele quociente são maiores que a unidade e desses são menores, então ocorreu superávit orçamentário corrente e déficit orçamentário de capital nas três cidades nos dois anos. Em outras palavras, as receitas correntes financiaram as despesas de capital, caracterizando um processo de capitalização, o que favoreceu economicamente esses entes, já que não vão precisar da receita de capital para suprir as despesas correntes.

Gráfico 1 - Montante das Operações de Crédito, Amortização da Dívida e a diferença de Recife, Fortaleza e Salvador nos anos de 2017 a 2019



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre as Receitas e Despesas de Capital, é interessante analisar a situação orçamentária dessas capitais sob a ótica de comparação entre os valores das Operações de Crédito e Amortização da Dívida, os quais estão apresentados no gráfico 1. Constata-se que os valores de Operações de Créditos são maiores do que os de Amortização da Dívida em todos os casos, (exceto em Recife e Salvador no ano de 2017), constituindo aumento de endividamento dessas cidades. Com relação às exceções, ocorre a situação inversa: diminuição do endividamento, em razão do fato de que se amortizou mais do que se contratou dívidas.

Análise do balanço financeiro

Coletados os dados dos Balanços Financeiros, realizou-se o cálculo os Quocientes dos Saldos Financeiros, da Execução Orçamentária, o Financeiro Real da Execução Orçamentária, do Resultado da Execução Financeira e de Execução Extraorçamentária de Recife, Fortaleza e Salvador em cada um dos três anos.

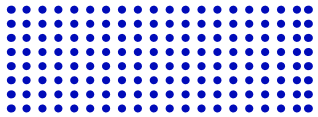


Tabela 2 - Quocientes financeiros de Recife, Fortaleza e Salvador nos anos de 2017 a 2019

		Recife	Fortaleza	Salvador
QRSF	2019	0,834	1,172	1,173
	2018	1,322	1,054	1,154
	2017	1,137	1,036	1,176
QEO	2019	0,996	0,988	1,011
	2018	1,024	1,018	1,015
	2017	1,048	0,984	1,047
QFREO	2019	1,025	1,056	1,071
	2018	1,049	1,040	1,059
	2017	1,070	1,019	1,083
QREF	2019	0,995	1,025	1,029
	2018	1,008	1,008	1,030
	2017	1,003	1,006	1,032
QEE	2019	0,995	1,272	1,064
	2018	0,997	0,961	1,099
	2017	0,978	1,143	0,976

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 4 evidencia os valores dos indicadores do balanço financeiro das cidades de Recife, Fortaleza e Salvador em 2017, 2018, 2019. Percebe-se que, com exceção de Recife em 2018, o saldo que para o exercício seguinte foi maior do que o saldo do exercício anterior em todas as situações, o que constitui um resultado financeiro positivo. Isso equivale a dizer que a cada R\$ 1,00 do exercício anterior, transferiu-se para o exercício seguinte pouco mais do que isso. O resultado financeiro negativo de Recife em 2018 deve-se ao fato de que apenas R\$ 0,83 foi passado para o exercício seguinte a cada real do exercício anterior.

Conforme explanado anteriormente, o Quociente da Execução Orçamentária é similar ao Quociente do Resultado Orçamentário, os quais indicam o quanto a Receita Orçamentária Realizada representa para o pagamento da Despesa Orçamentária Empenhada. Assim, não custa lembrar que em Salvador em todos os três anos, em Recife no ano de 2017 e 2018 e em Fortaleza em 2018, a Receita Orçamentária Realizada foi suficiente para pagar a Despesa Orçamentária Empenhada. Já no ano de 2019 nestas duas últimas cidades e no de 2017 em Fortaleza, isto não ocorreu, apesar da proximidade do equilíbrio orçamentário.

Como todos os valores do Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária foram superiores a 1 em todas as situações, então houve superávit financeiro e orçamentário, já que, no regime de caixa, a Receita Orçamentária foi capaz de fazer a cobertura da Despesa Orçamentária Paga, ou seja, na prática, os recebimentos quitaram os dispêndios, no âmbito orçamentário.

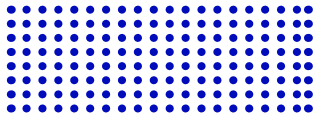
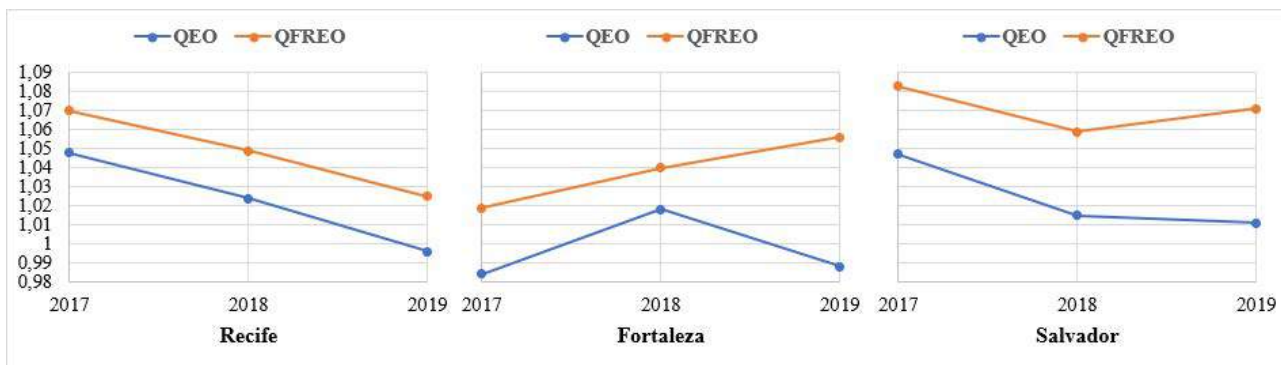


Gráfico 2 - Evolução do Quociente da Execução Orçamentária e do Financeiro Real da Execução Orçamentária no período de 2017 a 2019 em Recife, Fortaleza e Salvador



Fonte: Dados da pesquisa

Com a finalidade de averiguar a influência da mudança de regime de competência para o de caixa da Despesa Orçamentária, plotou-se o gráfico 2, no qual consta a variação do QEO e do QFREO com o tempo nas três cidades. Como, obviamente, o valor da Despesa paga (regime de caixa) será sempre menor ou igual ao valor da Despesa Empenhada (regime de competência), então o QEO nunca será maior do que o QFREO, pois o denominador deste será menor do que o daquele em qualquer situação, em razão da diferença de regimes. Sob outro aspecto, isso quer dizer que o valor dos Restos a Pagar Inscritos no Período de Recife, Fortaleza e Salvador nos anos de 2017 a 2019 foi maior do que zero.

Apenas Recife no ano de 2019 apresentou Quociente do Resultado da Execução Financeira inferior a 1, embora muito próximo a este. Isso ocorreu por conta do crescimento da Despesa Orçamentária (sobretudo a vinculada) e dos Pagamentos Extraorçamentários em relação ao ano de 2018. Em todas as outras situações, as Receitas Orçamentária e Extraorçamentária superaram as Despesas Orçamentária e Extraorçamentária, o que, evidentemente, se considera normal e desejável.

Com os valores do QEE, observa-se que Recife no período de 2017 a 2019, Fortaleza em 2018 e Salvador em 2017, apresentaram mais dispêndios do que recebimentos extraorçamentários, o que contribuiu com redução do Saldo para o Exercício Seguinte e da Dívida Flutuante. O inverso é verdadeiro quando se trata dos casos de Fortaleza em 2017 e 2019, e de Salvador, em 2018 e 2019.

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Realizada a coleta dos dados dos Balanços Patrimoniais das três capitais no período de 2017 a 2019, calculou-se os Quocientes da Liquidez Imediata, da Liquidez Corrente, da Liquidez Geral, da Composição do Endividamento, do Resultado Patrimonial, da Situação Financeira e da Situação Permanente.

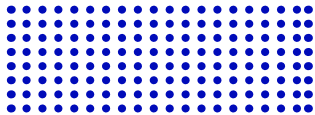


Tabela 3 - Quocientes patrimoniais de Recife, Fortaleza e Salvador nos anos de 2017 a 2019

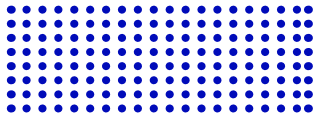
		Recife	Fortaleza	Salvador
QLI	2019	0,842	2,457	2,004
	2018	1,219	2,349	2,422
	2017	1,036	3,890	3,034
QLC	2019	8,070	3,106	4,729
	2018	8,339	3,009	23,919
	2017	8,447	4,812	3,034
QLG	2019	1,525	0,128	3,046
	2018	1,607	0,126	2,890
	2017	2,169	0,121	2,906
QCE	2019	0,095	0,039	0,087
	2018	0,093	0,040	0,065
	2017	0,117	0,024	0,043
QRP	2019	1,898	0,278	3,544
	2018	1,971	0,276	3,346
	2017	2,622	0,267	3,306
QSF	2019	7,342	3,274	2,733
	2018	8,612	7,751	3,149
	2017	10,260	4,502	3,373
QSP	2019	1,539	0,188	3,475
	2018	1,534	0,185	3,268
	2017	2,076	0,175	3,244

Fonte: Dados da pesquisa

Interpretando os valores do QLI, é evidente que, especialmente, Fortaleza e Salvador nos três anos apresentaram uma situação patrimonial bastante confortável, visto que suas Disponibilidades representaram mais do que 200% do Passivo Circulante. Recife também apresentou uma situação confortável, porém a diferença entre as Disponibilidades e o Passivo Circulante equivaleram a apenas, 3,6% e 21,9% desse Passivo em 2017 e 2018, respectivamente. Em 2019, isso mudou, pois os recursos financeiros disponíveis passaram a representar apenas 84,2% de todas obrigações de curto prazo, devido à queda do valor da conta Caixa e crescimento das contas Fornecedores e Contas a Pagar no Curto Prazo, e Provisões e Demais Obrigações a Curto Prazo, pertencentes ao Passivo Circulante.

Quanto à Liquidez Corrente, as três cidades em todos os anos apresentaram suficiência de bens e direitos realizáveis no curto prazo para cobrir os compromissos de curto prazo, em especial, Salvador no ano de 2018, em decorrência do valor elevado do Ativo Circulante e, sobretudo, dos créditos tributários a receber, com representação de 86%.

Quanto à Liquidez Geral, Recife e Salvador poderiam honrar suas obrigações de curto e longo prazo com seu Ativo Circulante e o Realizável a Longo Prazo nos três anos. Entretanto, a mesma situação não se repete para Fortaleza nos três anos. Isso pode ser motivado pela relevância das Provisões a Longo Prazo no Balanço Patrimonial, as quais



representaram, em média, cerca de 87% do total do Passivo.

Os valores do Quociente da Composição do Endividamento demonstram que em todas as situações o volume das dívidas de curto prazo era muito pequeno se comparado ao total de dívidas, ou seja, aquelas dívidas não chegaram a representar nem 12% do total.

Em relação ao Resultado Patrimonial, em Recife e Salvador, a totalidade dos ativos foi superior à totalidade de passivos nos 3 anos, indicando a presença de Patrimônio Líquido maior do que 0, o que é a situação normal. Porém, Fortaleza nos três anos apresentou Passivo a Descoberto, em decorrência do lançamento de provisão de passivo atuarial.

Os valores do QSF evidenciam que as três capitais tiveram superávit financeiro nos três anos, já que seus respectivos recursos financeiros disponíveis ou realizáveis no curto prazo foram capazes de cobrir as obrigações financeiras exigíveis no curto prazo. Já o QSP indica que o endividamento de longo prazo é menor do que os bens e direitos de longo prazo em Recife e Salvador nos três anos, o que é uma situação desejável. Em Fortaleza, devido ao elevado valor das Provisões de Longo Prazo em comparação com todos os ativos permanentes, o QSP foi menor do que 1 no período de 2017 a 2019.

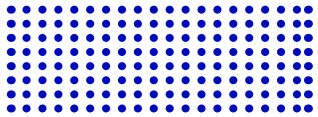
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar a situação orçamentária, financeira e patrimonial das cidades de Recife, Fortaleza e Salvador nos anos de 2017 a 2019, por meio do cálculo de quocientes orçamentários, financeiros e patrimoniais pré-definidos por Kohama (2015).

Na análise dos Balanços Orçamentários, constatou-se que as três capitais no período de 2017 a 2019 estiveram bastante próximas do equilíbrio orçamentário tanto no planejamento orçamentário como no resultado orçamentário. Entretanto, todas elas não arrecadaram o que previram em suas respectivas LOA, principalmente Recife em 2017, com um desempenho de execução da receita foi de 71,5%. Por outro lado, o melhor desempenho foi o Fortaleza em 2018, com 97,8% de arrecadação. Em relação, às despesas, verificou-se houve economia de despesas nas três capitais nos três anos, que é a situação normal, já que, grosso modo, a despesa fixada é o limite máximo de despesa.

Além disso, ressalta-se que os pagamentos correntes foram baixos o suficiente de modo a não comprometer a totalidade das receitas correntes em todos os casos. Ou seja, isso permitiu que parte dessas receitas fossem utilizadas para cobertura de despesas de capital. Vale lembrar também que houve crescimento de endividamento em Recife e Salvador nos anos de 2018 e 2019; e em Fortaleza nos três anos, em decorrência do fato de ter-se contratado mais do que amortizado dívidas.

Verificou-se, ainda, que em todos os casos houve resultado financeiro positivo, exceto Recife no ano de 2019. Foi observado também que o Quociente da Execução Orçamentária, relativo ao Balanço Financeiro, é similar ao Quociente do Resultado Orçamentário, relativo ao Balanço Orçamentário. Somando-se a isso, tornou-se evidente que a mudança de regime de competência para o de caixa no tratamento das despesas teve influência direta nas movimentações financeiras em qualquer situação. Isso foi confirmado



através da comparação dos valores do QEO e do QFREO, este último indicando que houve superávit financeiro e orçamentário nas três capitais no período considerado.

Somado a isso, foi observado que a totalidades das receitas, orçamentárias e extraorçamentárias, teve capacidade para cobrir todas as despesas orçamentárias e extraorçamentárias, com exceção de Recife em 2019, embora o correspondente QREF esteve bastante próximo de 1. Ademais, concluiu-se que Recife no período de 2017 a 2019, Fortaleza em 2018 e Salvador em 2017 tiveram diminuição de sua Dívida Flutuante, sendo que o contrário ocorreu em Fortaleza nos anos de 2017 e 2019, e em Salvador nos anos de 2018 e 2019.

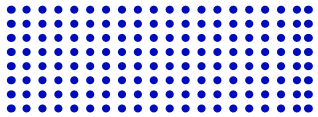
Sobre os Balanços Patrimoniais, aferiu-se que, de modo geral, as três cidades no período de 2017 a 2019 tiveram resultados satisfatórios relacionados ao QLI e ao QLC, os quais foram superiores a unidade. Apenas o QLI de Recife em 2019 foi menor do que 1, em razão do crescimento de algumas contas do Passivo Circulante. Outrossim, constatou-se que Recife e Salvador tiveram como arcar com todas as obrigações com recursos financeiros realizáveis no curto e longo prazo no período considerado. O mesmo não acontece com Fortaleza, devido à elevada relevância das Provisões de Longo Prazo, o que, inclusive, ocasionou um déficit patrimonial. e na parte permanente do Balanço Patrimonial.

Por outro lado, o Patrimônio Líquido de Recife e Salvador foi superior a zero, no período em consideração. Como também se observou que essas cidades tiveram superávit na parte permanente e na parte financeira. Este último também ocorreu em Fortaleza nos anos de 2017 a 2019.

Diante do exposto, vale ressaltar que a relevância dos resultados apresentados não reside apenas no ambiente acadêmico, como também na sociedade em geral, por meio da implementação de políticas públicas. Assim, a análise e a interpretação dos quocientes tratados neste estudo constituem ferramentas de apoio para tomadas de decisões por gestores públicos e, conseqüentemente, como um meio para instrumentalização de recursos públicos, objetivando o bem-estar social.

Levando em consideração as fortes semelhanças entre as capitais selecionadas, destaca-se que a forma de gerenciamento de recursos públicos tem impacto direto nas contas públicas e, conseqüentemente, na população do município. Por isso, o gestor público assume um papel central no controle orçamentário, financeiro e patrimonial do ente público. Há de se considerar, ainda, a importância da análise histórica dos quocientes estudados através da visualização do comportamento da gestão pública ao longo do tempo e suas influências.

Por fim, sabendo-se que qualquer cidadão pode ter acesso aos balanços públicos, graças ao princípio da publicidade, o presente estudo assume um papel de extrema importância no controle social como uma ferramenta de comunicação com os cidadãos sobre como os recursos públicos são/eram gerenciados.



REFERÊNCIAS

BRASIL. (1964). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

Brasil. (2000). Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

Brasil. (2011). Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

CARNEIRO, Monalisa da Silva; SANTOS, Geovane Camilo dos. (2014). Análise de indicadores patrimoniais, financeiros e orçamentários da Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba – período de 2011 a 2013. Revista Getec. v. 3, n. 6, p. 22-42.

CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Márcio. (2017). Manual Completo de Contabilidade Pública. 4. ed. Niterói: Impetus.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. (2018). NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em: <https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2018/NBCTSP12&arquivo=NBCTSP12.doc>. Acesso: 19 de maio de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. (2018). NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. Disponível em: <https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2018/NBCTSP13&arquivo=NBCTSP13.doc>. Acesso: 19 de maio de 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. (2019). Direito Administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense.

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA, Francisco Glauber Lima. (2010). Contabilidade Pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.

KOHAMA, Heilio. (2016). Contabilidade Pública: teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas.

KOHAMA, Heilio. (2015). Balanços Públicos: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas.

LIMA, Severino Cesário de; MUNIZ, Josedilton Alves. (2016). Contabilidade Pública: análise financeira governamental. 1. ed. São Paulo: Atlas.

MATIAS-PEREIRA, José. (2018). Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas.

NOHARA, Irene Patricia. (2019). Direito Administrativo. 9. ed. São Paulo: Atlas.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. (2019). Contabilidade Pública: uma abordagem da administração pública. 14. ed. São Paulo: Atlas.

RESENDE, Erilma Carmo da Silva; GOMES, José Batista; LEROY, Rodrigo Silva Diniz. (2016). Análise de Balanços na Contabilidade Pública do Município de Rio Paranaíba – MG. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia. n. 14, p. 175-197.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL – STN. (2018). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8. ed. Brasília: STN.

Contabilidade ambiental: contribuições para uma gestão contábil sustentável

Environmental accounting: contributions to a sustainable accounting management

Janadison Conceição Santos da Silva

Almir Milanesi

Flávio José de Melo

Magno Batista dos Santos

Faculdade de Ilhéus – CESUPI



DOI: 10.47573/aya.88580.2.17.2

Resumo

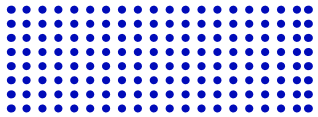
O mercado está a cada dia mais competitivo, e a preocupação com o meio ambiente, o controle dos impactos ambientais e a produção de uma gestão ambiental no ambiente interno e externo das organizações é um diferencial significativo. Alguns estudos contemporâneos compreendem que o objetivo da Contabilidade não se restringe somente a mensuração dos fatos que evidenciam a situação patrimonial, mas, também demonstrar, de forma clara, a todos os usuários e interessados em seus relatórios, de que forma a organização está interagindo com o ambiente em que se situa. O presente estudo objetiva discutir como a Contabilidade Ambiental pode contribuir para uma Gestão Contábil Sustentável. Além disso, apresentar o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), como aliado das organizações que buscam manter seus processos, aspectos e impactos ambientais sob controle. Do ponto de vista metodológico, o trabalho enquadra-se no campo qualitativo, e por isso, recorre à autores que discutem acerca da contabilidade ambiental e da gestão ambiental como diferencial significativo para as empresas e para o desenvolvimento econômico sustentável. As evidências apresentadas pela literatura indicam que a Contabilidade Ambiental surge como ferramenta para uma gestão sustentável, ao fornecer informações que demonstrem soluções para evitar ou diminuir os danos ambientais, ao mesmo tempo que desperta o interesse para as questões ambientais, ajudando a classe empresarial a implementar, em sua gestão empresarial, a variável ambiental, não apenas para constar na legislação, mas por uma efetiva conscientização ecológica.

Palavras-chave: contabilidade ambiental; gestão contábil; desenvolvimento econômico sustentável.

Abstract

The market is increasingly competitive every day, and the concern with the environment, the control of environmental impacts and the production of environmental management in the internal and external environment of organizations is a significant differential. Some contemporary studies understand that the objective of Accounting is not restricted only to the measurement of the facts that evidence the patrimonial situation, but also to demonstrate, in a clear way, to all users and interested in their reports, of how the organization is interacting with the environment in which it is located. This study aims to discuss how Environmental Accounting can contribute to Sustainable Accounting Management. In addition, presenting the Environmental Management System (SGA), as an ally of organizations that seek to keep their processes, aspects, and environmental impacts under control. From a methodological point of view, the work fits into the qualitative field, and for this reason, it resorts to authors who discuss about the environmental accounting and of environmental management as a significant differential for companies and for sustainable economic development. The evidence presented in the literature indicates that Environmental Accounting emerges as a tool for sustainable management, by providing information that demonstrates solutions to avoid or reduce environmental damage, while awakening interest in environmental issues, helping the business class to implement, in its business management, the environmental variable, not only for inclusion in the legislation, but for an effective ecological awareness.

Keywords: environmental accounting; accounting management; sustainable economic development.



INTRODUÇÃO

Na atualidade a gestão ambiental sustentável é tema presente nas reuniões científicas em todo o mundo. O conceito de sustentabilidade para preservação do meio ambiente é pauta fundamental para desenvolvimento econômico e social. A preocupação com o estado do meio ambiente não é recente, mas foi só nas últimas três décadas do século XX que ela entrou definitivamente na agenda dos governos de muitos países e de diversos segmentos da sociedade civil organizada.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a gestão ambiental é definida como parte do sistema de gestão que compreende a estrutura organizacional, as responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para aplicação, elaboração, revisão e manutenção da política ambiental empresarial. Nesta mesma concepção, a definição mais aceita para desenvolvimento sustentável surgiu por meio do Relatório Brundtland - proposto a partir da World Commission on Environment and Development (WCED) em 1987, que o conceitua como: desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (WCED, 1987; VAN BELLEN, 2004; CORREIA *et al.*, 2018).

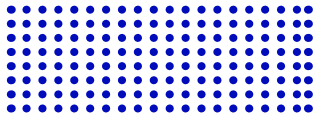
Barbieri (2014) destaca que a gestão ambiental compreende as diretrizes e as atividades administrativas realizadas por uma organização para alcançar efeitos positivos sobre o meio ambiente, ou seja, para reduzir, eliminar ou compensar os problemas ambientais decorrentes da sua atuação e evitar que outros ocorram no futuro. Para tanto, é preciso avaliar os procedimentos internos e externos de modo a estabelecer as ações preventivas ou corretivas necessárias para sua implantação.

A contabilidade é considerada como um instrumento necessário para gestão empresarial sustentável. Os investimentos em gestão ambiental realizados pelas empresas evidenciam, entre outros, as políticas adotadas que promovem a proteção do meio ambiente (RAKOS; ANTOHE, 2014).

O sistema de informações contábeis são elementos importantes para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista evidenciar registros das transações financeiras, que demonstra a responsabilidade social das empresas (HASAN; HAKAN, 2012). Nesse contexto, a Contabilidade Ambiental não é vista apenas como uma nova forma de registro das ações das empresas, mas sim como uma ferramenta aplicada ao planejamento, controle e registros na Gestão Ambiental para mitigar impactos ao meio ambiente.

Diante da grande importância da gestão ambiental e dos conceitos aplicados a Contabilidade Ambiental nas organizações, a questão problema deste estudo busca saber: quais são as práticas e as ferramentas utilizadas capazes de contribuir com uma gestão contábil sustentável?

A partir da busca para encontrar soluções e caminhos que colaborem para um desenvolvimento econômico sustentável, o objetivo deste estudo foi discutir a importância da Contabilidade Ambiental para contribuir com uma gestão contábil sustentável. Além disso, evidenciar o sistema de gestão ambiental como ferramenta capaz de auxiliar em práticas voltadas para a sustentabilidade e identificar práticas do exercício contábil nos dias atuais e



quais as ferramentas são utilizadas para a contribuição de uma gestão sustentável.

Este estudo se justifica por ampliar as discussões sobre o meio ambiente, e demonstrar que atualmente, as ações para mitigar impactos ambientais são imprescindíveis para a manutenção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável. Além disso, como contribuição prática e social o estudo permite evidenciar para acadêmicos, profissionais e sociedade em geral, mecanismos que podem contribuir para atenuar os problemas no meio ambiente.

A estrutura do artigo divide-se em 6 seções. Na primeira seção uma breve introdução, a segunda apresenta a fundamentação teórica, dividida entre Sistema de Gestão Ambiental (2.1); ISO 14000 e 14001: uma ferramenta a mais para a construção de uma Contabilidade Ambiental (2.2); Contabilidade Ambiental (2.3); e contribuições da ciência contábil para a sustentabilidade (2.4). Na terceira seção é apresentada a metodologia utilizada no trabalho, seguida dos resultados e discussões, bem como práticas que podem ser adotadas para uma gestão contábil sustentável. Por fim as considerações finais seguidas pelas referências.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

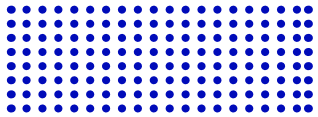
Sistema de Gestão Ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) pode ser conceituado como uma parte de um sistema de gestão que compreende a estrutura funcional, responsabilidades, práticas, processos e recursos para a realização e construção da política ambiental da empresa (ARAÚJO, 2001). Nesse contexto, o Sistema de Gestão Ambiental pode auxiliar em atividades de planejamento, bem como através dos seus recursos, desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a sua política ambiental.

O SGA permite que a organização atinja o nível de desempenho ambiental por ela determinado e promova sua melhoria contínua ao longo do tempo. Consiste, essencialmente, no planejamento de suas atividades, visando a eliminação ou minimização dos impactos ao meio ambiente, por meio de ações preventivas ou medidas mitigadoras.

Segundo Andrade, Carvalho e Tachzawa (2002) os SGA não são obrigatórios, ou seja, não há legislação de qualquer nível, em qualquer lugar do mundo, que obrigue a sua organização produtiva a realizar o desenvolvimento e a implantação de SGA. Contudo, algumas organizações vem estabelecendo como condição de negócios, a certificação formal no que diz respeito a Gestão Ambiental.

Donaire (1995, p. 50) afirma que existem benefícios estratégicos e econômicos advindos da implantação de Gestão Ambiental. Ainda que exista dificuldade para estimá-los, estes podem ser detectados. Dentre os benefícios econômicos pode-se destacar: a redução de multas e penalidades por poluição, e economias devido à reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes. Dentre os benefícios estratégicos destaca-se: melhoria da imagem institucional, aumento da produtividade e melhor adequação aos padrões ambientais.



Uma das maneiras mais usuais de se iniciar uma gestão voltada para o meio ambiente tem sido a implantação de uma SGA com vistas a certificação segundo as normas internacionais ISO 14000, em especial a ISO 14001 voltada para a gestão ambiental, definindo os elementos de um SGA, a avaliação de desempenho ambiental, a rotulagem ambiental e a análise de ciclo de vida.

ISO 14000 E 14001: Uma ferramenta a mais para a construção de uma Contabilidade Ambiental

A International Organization for Standardization (ISO) é uma federação internacional civil das organizações de normalização, sem fins lucrativos. Em outras palavras, é um meio de promover a normalização de produtos e serviços, utilizando determinadas normas para que a qualidade seja melhorada. As normas produzidas pela ISO têm caráter voluntário, não existindo mecanismos legais que obriguem sua adoção por qualquer tipo de empresa. A ABNT é a representante oficial do Brasil na ISO.

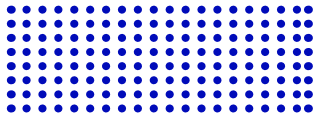
Segundo Valle (1995), quando os custos dos impactos ambientais não são assumidos pelos causadores do problema, essa conta será paga por toda sociedade. A série ISO 14000 tem como objetivo um Sistema de Gestão Ambiental que auxilie as empresas a cumprirem suas responsabilidades em relação ao meio ambiente que permeia a organização dentro de conceitos e procedimentos sem perder de vista características e valores regionais. As normas contidas na série ISO 14000 fornecem à administração, os instrumentos necessários para o gerenciamento dos potenciais impactos ambientais de um empreendimento, no que se refere às atividades, aos produtos e aos serviços.

As empresas que procurarem sua certificação ou registro o farão de acordo com a ISO 14001, que é a norma de especificação do modelo de Sistema de Gerenciamento Ambiental. Para Faroni *et al.* (2010), as empresas buscam a ISO 14001 para implementação, manutenção e melhoras contínuas de um SGA em seus processos de produtos e serviços de maneira a reduzir impactos que prejudiquem o meio ambiente, que é o escopo da norma.

A norma ISO 14001 foi desenvolvida de maneira a fornecer mecanismos para empresas identificarem e gerenciarem seus riscos ambientais e é baseada no ciclo Plan, Do, check, Act (PDCA), que consistem em planejar, fazer, checar e agir. O cumprimento da certificação ISO 14001 se dá em seis passos: desenvolver uma política ambiental; identificar atividades, produtos e serviços que reflipam no meio ambiente; identificar os requisitos legais e regulatórios referentes a estes; identificar prioridades da empresa para definir os objetivos e metas de redução de impacto; organizar a estrutura empresarial para o atingimento dos objetivos com treinamentos, responsabilizando, documentando e comunicando o pessoal; e checar e corrigir o SGA (MARCOVITCH *et al.*, 2012).

Epelbaum (2004) buscou identificar os principais benefícios da implementação do SGA nas empresas. Os resultados do estudo demonstraram que os benefícios atingidos são: atendimento de critérios de clientes e investidores; diminuição dos custos pela redução da poluição, conservação de materiais e energias; aumento da conscientização dos funcionários; e melhoria do clima organizacional e da imagem da empresa.

Pensando pela ótica da sustentabilidade, não faz sentido uma empresa ter uma



atuação apenas ecologicamente correta e não levar o conceito de desenvolvimento sustentável em suas ações. A versão mais recente da ISO 14001 de 2015 incorpora além de questões estratégicas, a preocupação com a cadeia de valor, o ciclo de vida, entre outras mudanças. Percebe-se que a ISO 14001 na sua versão atual proporciona ganhos econômicos, pois ao reduzir o consumo de recursos, também reduz custos, mas agora esse enfoque ganha forças, o que agregará muito o valor para as empresas que conquistarem essa certificação.

Contabilidade Ambiental

A Contabilidade como ciência social, influenciada por mudanças sociais, políticas e econômicas, tem seus desafios. Surgem, a cada dia, novas necessidades, e entre elas está a demanda por informações de caráter financeiro-ambiental das empresas. Para atender a essa nova função da contabilidade, surge em 1970 a Contabilidade Ambiental, quando as empresas passaram a dar maior atenção aos problemas ambientais (FARONI *et al.*, 2012).

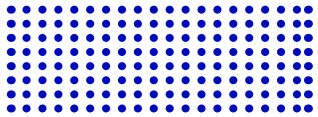
Bergamini Junior (2000) definiu a Contabilidade Ambiental como o estudo do patrimônio ambiental das empresas (bens, direitos e obrigações) e visa fornecer informações aos usuários internos e externos sobre esse patrimônio ambiental, a saber: mensuração e identificação dos impactos modificativos na situação ambiental da instituição.

O surgimento desta nova área contábil veio para auxiliar os contabilistas no desenvolvimento de ferramentas voltadas à interação com o meio ambiente. Conforme Faroni *et al.*, (2010) a Contabilidade Ambiental não se trata de uma nova contabilidade, mas sim um conjunto de informações que expõe em termos econômicos as ações praticadas pelas empresas com objetivo de mensurar seu patrimônio ambiental e fornecer aos seus usuários informações econômicas e financeiras no que se refere à proteção, preservação e recuperação ambiental, além de proporcionar relatórios que auxiliem seus gestores na melhor tomada de decisão para a empresa.

Nesse contexto, a Contabilidade Ambiental, aos poucos, constitui-se como o meio de mensurar os custos advindo da gestão ambiental, se tornando ferramenta essencial na construção do desenvolvimento sustentável. E nessa constituição como meio de mensuração alguns conceitos são produzidos, dentre eles: ativos ambientais, passivos ambientais, despesas ambientais, custos ambientais e receitas ambientais.

Conforme Antonovz (2014), os ativos ambientais são representados por bens e direitos que possuam capacidade de geração de benefício futuro e que estão ligados à preservação ambiental. E os passivos ambientais são aqueles valores que serão sacrificados pela empresa para preservar ou proteger o meio ambiente, decorrentes de ações planejadas ou ainda de condutas inadequadas da empresa.

Já a despesa ambiental, conforme Tinoco (2006), se dá através de recursos consumidos, na forma de bens ou serviços necessários à produção de receitas em um dado período, independente da forma ou momento do desembolso. Ainda neste sentido, Kraemer (2001) complementa que, estas despesas são decorrentes de esforços que visam diminuir, combater ou prevenir a degradação do meio ambiente decorrente das atividades da empresa, pois toda atividade tende a degradar o meio ambiente, e torna-se fundamental que em



contra partida as empresas desempenhem atividades visando minimizar esta degradação.

Custos ambientais, para Faroni *et al.*, (2010), são os gastos em aplicação direta no sistema de gerenciamento ambiental, custos com máquinas e equipamentos para prevenção de poluentes. A United States Environmental Protection Agency - USEPA (1995), afirma que os custos os quais as empresas incorrem visando obedecer às leis de proteção ao meio ambiente são custos ambientais, além disso, multas, indenizações e custos investidos para recuperação de degradações ao meio ambiente também são custos ambientais.

As receitas ambientais são aquelas ligadas à prestação de serviços envolvidas com a área de gestão ambiental, por exemplo: venda de produtos reciclados ou ainda redução de consumo de água ou energia. A medida que os estudos avançam, a Contabilidade Ambiental caracteriza-se como a área em que o registro e o controle das atividades ambientais realizados pela companhia fundamentam as suas ações. Além do mais, os contabilistas ambientais concentram-se de modo analítico acerca dos efeitos das atividades incorridas ou a incorrer que possam resultar em consequências para o meio ambiente. Essas ações refletem nos ativos, passivos, patrimônio líquido, e principalmente, na preservação e conservação da riqueza ambiental e patrimonial das instituições. (ANTONOVZ, 2014)

Essas ações são promovidas por meio da identificação, mensuração e divulgação das referidas informações coletadas. E geram inúmeras contribuições à sociedade e ao governo, porque apresentam soluções à problemas sociais decorrentes do desmatamento, das queimadas, das agressões aos ecossistemas e colabora para o sistema de gestão ambiental. Além de evidenciar, potencializar e apresentar a importância e o significado dos estudos na área da Contabilidade Ambiental.

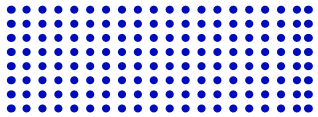
Contribuição do exercício contábil para a Sustentabilidade

É imperioso reconhecer a necessidade de se construir um modelo econômico que gere, ao mesmo tempo, riqueza e bem-estar, concomitantemente à promoção da coesão social e da preservação da natureza. Esse modelo deve, pois, utilizar os recursos naturais sem, contudo, comprometer sua produção, explorando a natureza, sem destruí-la.

A globalização constitui-se como um processo que se acentuou ao longo da segunda metade do século XX, tendo como características marcantes a instantaneidade das informações, das comunicações, a padronização dos meios técnicos e a interconexão das economias de diferentes países. Embora a globalização econômica seja responsável pelo desenvolvimento das relações internacionais, por agir sob a égide de forças livres, no entanto, as discussões acerca do meio ambiente, margearam as relações e foram relegadas ao segundo plano (ANTONOVZ, 2014).

Nesse sentido, a globalização e o desenvolvimento configuram na atualidade como o grande desafio em promover o crescimento de forma sustentável. Algumas relações econômicas contemporâneas possuem como ponto chave o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente. E na procura do desenvolvimento surge a questão do controle desses processo, tendo no quesito registro, a contabilidade como área responsável por tal procedimento.

Nesta busca, a Contabilidade Ambiental, inicia a realização de ações a partir do



comportamento dos profissionais que ocupam os escritórios, e uma delas, é a mudança do hábito. Segundo Duhigg (2012, p. 43) “os hábitos, dizem os cientistas, surgem porque o cérebro está o tempo todo procurando maneiras de poupar esforço. Quando adquiridos de forma inconsciente os hábitos podem ser prejudiciais e nesse caso pode vir a prejudicar também o meio ambiente”. Embora essa mudança envolva fatores, a saber: alteração de postura, educação instrumental e doméstica acerca do meio ambiental, e sobretudo, vontade do profissional em querer colaborar com o meio ambiente. Algumas ações contribuem para a construção de novos hábitos, por exemplo: o profissional da área contábil pode estabelecer metas a serem cumpridas a cada dia, como utilizar ambos os lados da folha sulfite no caso de não ser um documento importante ou mesmo aproveitá-las para o rascunho.

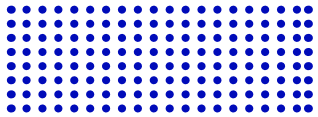
Outra ação importante é o consumo de papel e sabe-se que todo escritório produz um volume desnecessário. No ramo da Contabilidade, é bastante comum que os clientes apresentem uma quantidade imensa de documentos físicos. Após o preenchimento de guias e declarações, as cópias que não serão mais utilizadas são descartadas de forma incorreta ou ficam armazenadas ao longo de anos.

Com o aumento da obrigatoriedade de envio de declarações fiscais apenas por meio eletrônico, não faz sentido que o escritório acumule tanto papel. Além de não precisar imprimir tudo o que se recebe, digitalizar as informações recebidas pelos clientes diminui os custos e reduz drasticamente o risco de perda de documentos originais de grande importância. Além disso, os profissionais podem encaminhar os papéis para a reciclagem, quando não for mais utilizá-los. Outra medida que pode ser adotada pelo contabilista, é a transmissão de informações por e-mail, uma vez que boa parte das informações contábeis dos clientes podem ser encaminhadas através do endereço eletrônico e esclarecidas por um simples contato telefônico. Nesse aspecto duas economias são realizadas, o tempo e as despesas.

Além das medidas supracitadas, o incentivo ao consumo consciente do material de escritório, isto é, o grande número de materiais como lápis, canetas e borrachas com pouco ou nenhum uso na empresa. E também equipamentos ociosos estimulam o consumo vazio, sem utilidade alguma, acumulam volume desnecessário e aumentam o desperdício. Outra possibilidade é evitar o uso de copos plásticos, por isso, seria fulcral solicitar aos colaboradores que levem sua própria caneca ou garrafa para a água. Produtos descartáveis são responsáveis diretos por grandes gastos evitáveis no ambiente de trabalho.

Além desses aspectos, outro importante é a economia de energia, certo que a mesma se faz necessária em todo lugar, no escritório não pode ser diferente. Os contabilistas precisam aproveitar a luz natural abrindo janelas e cortinas. Dessa forma diminui a quantidade de energia necessária para lâmpadas e ar-condicionado ao tornar o ambiente mais fresco. No horário de almoço, apague todas as luzes e o monitor do computador. Para resultados mais concretos, considere trocar lâmpadas comuns por leds. Dessa maneira, há uma contribuição sustentável, uma economia financeira do escritório e os recursos utilizados para geração de energia serão reduzidos.

Outra ação necessária é a destinação correta do lixo, sendo considerada um dos fatores essenciais para a sustentabilidade. Os profissionais da área contábil carecem de evitar o desperdício de materiais e separar o lixo orgânico do seco. Para tal, podem implan-



tar lixeiras de coleta seletiva, encaminhando para a reciclagem papéis, metais, plásticos e vidros. Em um escritório de contabilidade, todo profissional conhece a necessidade de cortar gastos e evitar a depreciação de bens. Para tal, acredita-se que a aplicação de algumas noções básicas de equilíbrio financeiro possibilitam a manutenção da saúde ambiental da empresa e também a destinação de recursos para a promoção da sustentabilidade.

As ações citadas acima pertencem ao aspecto micro no exercício contábil. E uma das ações que atingem ao espaço macro da relação entre a Contabilidade Ambiental e o seu exercício na sociedade, é a implantação da disciplina no currículo dos cursos de ciências contábeis. Para Morin (2000), é a condição planetária, sobretudo na era da globalização. Esse fenômeno que estamos vivendo hoje, em que tudo está conectado, é um outro aspecto que o ensino ainda não tocou, assim como o planeta e seus problemas. Compreender a noção de desenvolvimento sustentável na prática educativa constitui uma ação urgente, porque o Planeta a todo instante alerta a população das consequências dos danos ambientais.

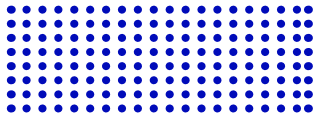
E um dos pontos cruciais para a promoção de uma sociedade sustentável é a produção do conhecimento. De acordo com Maturana (1998) o verdadeiro conhecimento não leva ao controle ou à tentativa de controle, mas leva ao entendimento, à compreensão, a uma harmônica e ajustada aos outros e ao meio. Mayor (1998), afirma que a educação é a chave do desenvolvimento sustentável, autossuficiente – uma educação fornecida a todos os membros da sociedade segundo modalidades novas e com a ajuda de tecnologias novas, de tal maneira que cada um se beneficie de chances reais de se instruir ao longo da vida.

Acredita-se que com a inserção da disciplina Contabilidade Ambiental no espaço acadêmico surjam discussões, alternativas e a construção de escritórios mais sustentáveis. Além disso, a promoção de atitudes e comportamentos que sejam portadores de uma cultura da sustentabilidade. E uma das instituições responsáveis por essas mudanças são os estabelecimentos de ensino superior. Estes são formadores de sujeitos capazes de compreender e aplicar as concepções que norteia a responsabilidade social, econômica e ambiental e também por preparar as futuras gerações.

No espaço acadêmico, certamente, a prática da reflexão e o desenvolvimento de pesquisa contribuem para a formação de advertências, alarmes e a origem de soluções racionais dos problemas ambientais. Por exemplo, as instituições de ensino superior podem construir programas educativos e a partir deles produzir multiplicadores e profissionais preparados para aplicar as ideias de sustentabilidade no escritório, assim como, em casa, parques, etc.

Para Kornhauser (2001), a educação é o cimento da construção do desenvolvimento humano sustentável. É preciso elaborar estratégias e programas de educação relacionados com o ambiente, que abranjam tanto o ensino escolar como a educação informal, que adotem a perspectiva da educação permanente a ser desenvolvida pelos poderes públicos, o setor produtivo, o comércio e as comunidades locais.

A Contabilidade Ambiental evidencia nas diversas esferas os impactos negativos que o homem provoca na natureza. Além de traduzir a palavra sustentabilidade das seguin-



tes formas: o homem precisa ser capaz de manter-se; utilizar os recursos naturais de modo harmonioso entre o econômico e o ambiental e encontrar caminhos para evitar a escassez e o esgotamento de recursos. E acredita-se que aos poucos esses trajetos já estejam sendo delineados, inclusive, um desses delineamentos é a pesquisa e a discussão da temática na esfera superior.

METODOLOGIA

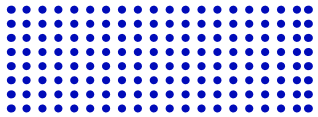
A metodologia utilizada neste artigo incorre no espaço qualitativo-interpretativo. Esse termo se refere à pesquisa que tem como ponto alto a interpretação de dados. Essa interpretação se deu por meio da análise de informações teóricas. Para a coleta de dados, foram feitas pesquisas em materiais bibliográficos referentes a Contabilidade Ambiental e Gestão Ambiental. Para Gil (2010, p.50), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Foram feitas pesquisas também em artigos científicos e sites. Após a pesquisa, os dados que foram considerados relevantes foram inseridos na fundamentação teórica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados na literatura sobre uma Gestão Contábil Sustentável indicam a importante em aderir a um sistema de gestão ambiental, sistema esse que visa a eliminação ou minimização dos impactos ao meio ambiente. O SGA não é uma ferramenta obrigatória para as organizações, mas se torna a cada dia um diferencial competitivo, mediante o fato de que a cada dia se aumenta a preocupação com o meio ambiente e buscam-se empresas que contribuam para um desenvolvimento econômico sustentável.

Ao se tratar da série ISO 14000 e da norma ISO 14001 observa-se que as empresas as buscam para implementação, manutenção e melhoras contínuas de um Sistema de Gestão Ambiental em seus processos de produtos e serviços de maneira a reduzir impactos que prejudiquem o meio ambiente, que é o escopo da norma. Diante do atual contexto econômico, mostra-se uma boa postura das pessoas, voltando para a possibilidade de interação com as empresas, para que estas sejam éticas, tenham boa imagem no mercado econômico e financeiro e ainda levem em consideração o meio ambiente e o tratem de forma ecologicamente responsável, sendo sustentáveis e ajudando no melhor desenvolvimento da geração atual, sem comprometer as próximas. Diante dessa busca de compromisso com a sustentabilidade e de melhorar cada vez mais a imagem institucional das organizações, as normas de certificação ambiental vem se tornando um diferencial competitivo no mercado.

Neste contexto, a Contabilidade Ambiental pode ser utilizada como uma ferramenta de Gestão Ambiental, tendo os contabilistas um papel fundamental nessa perspectiva, uma vez que depende desses profissionais elaborar um modelo adequado para esta entidade, incentivar às empresas a implantarem sistemas de gestões ambientais que possam gerar dados apresentáveis contabilmente, nos balanços sociais, além de criar sistemas e métodos de mensuração dos elementos e de mostrar ao empresário as vantagens dessas ações. Contudo se faz necessário adotá-la primeiramente em nossas atitudes diárias no



exercício da atividade contábil. A partir de práticas saudáveis que contribuam para a sustentabilidade, se faz necessário de um modo geral fomentar o processo de conscientização para as questões ambientais.

Na busca por essas práticas saudáveis que devem ser adotadas no exercício contábil, o arcabouço teórico destaca pontos importantes que contribuem para a sustentabilidade. No exercício cotidiano de nossas atividades, mediante o fato de muitas das vezes serem feitas atividades rotineiras, nem percebe-se o grau de importância que nossas atitudes possuem. No tocante do consumo de papel, quão grande seria a contribuição para a sustentabilidade se fosse adotadas novas maneiras no exercício contábil. Diversos documentos são impressos num escritório contábil ou num setor contábil de uma empresa, sendo que muitas das vezes a impressão nem possui tanta relevância. Se faz preciso determinar o que é imprescindível que seja impresso e o que não possui tanta relevância, pois muitas das vezes há estruturado o pensamento de que uma folha não faz diferença, mas se olharmos para toda atividade contábil que é exercida no mundo, dá para perceber o quanto precisa-se melhorar o exercício da atividade contábil para uma melhor contribuição com o meio ambiente.

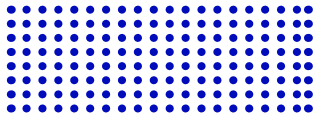
A importância do sistema de gestão ambiental para uma organização, para que a mesma possa ser sustentável e alcançar seus objetivos, tendo como um diferencial a certificação nas ISO 14000 e 14001, as quais regulamentam e orientam para um desempenho ambiental. Ao mesmo tempo a Contabilidade Ambiental embora seja uma área nova e desconhecida por muitos, se torna uma ferramenta essencial no processo de uma gestão ambiental, sendo capaz de identificar e mensurar as atividades das empresas que possam contribuir para um desenvolvimento sustentável.

Por meio da adoção de cada umas das ferramentas identificadas no decorrer do artigo, chega-se a uma resposta para o objetivo proposto, tendo como percepção o impacto positivo que se acontece ao adotar tais ferramentas. Nenhuma é mais importante que a outra, pois apesar de conceitos diferentes, ambas estão interligadas entre si, e a prática separadas de cada uma delas não contribui significativamente para com a sustentabilidade.

Embora parecer fácil e simples contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, na prática não se percebe muito. Como resposta para o problema, se faz necessário sair da teoria e verdadeiramente colocar em prática toda a preocupação com o meio ambiente que vem sendo discutida nos últimos anos. Sabe-se que as empresas em sua maioria estão focadas na gestão de lucros, mas é preciso visar o lucro esperado, sendo conscientes e contribuintes de uma gestão ambiental capaz de verdadeiramente tornar o desenvolvimento econômico sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi discutir a importância da Contabilidade Ambiental para contribuir com uma gestão contábil sustentável. O estudo revelou a grande importância da inserção de um sistema de gestão ambiental nas empresas e sendo implantado de uma maneira correta, poderá trazer benefícios econômicos e estratégicos para as organizações. Partindo dessa premissa, a Contabilidade não pode ficar fechada à escrituração e mensu-



rações quantitativas do patrimônio da empresa. Ela deve estar aberta à evolução tecnológica e às mudanças rápidas do mundo moderno. Estar presente na luta pela preservação ambiental, criando modelos contábeis eficazes e orientando o empresário na aplicação destes modelos para satisfazer as necessidades do meio ambiente.

O processo de conscientização para as questões ambientais desencadeou uma evolução das estratégias empresarias, as quais passaram a abranger o meio natural e as influências, positivas ou negativas, exercidas sobre o mesmo. Neste cenário a gestão ambiental pode ser visualizada como uma ferramenta estratégica, que permite gerir os aspectos e impactos ambientais no sentido de eliminar ou suavizá-los.

As empresas em sua maioria estão focadas na gestão de lucros, sendo poucas as que se preocupam com a gestão ambiental, embora nos últimos anos mediante a maior preocupação para com o meio ambiente, percebe-se uma maior adesão de organizações para com as gestões sustentáveis. Essa adesão a gestão ambiental acabou sendo de grande importância para as empresas, podendo criar para as mesmas condições competitivas e ainda melhorando sua imagem perante a sociedade.

Concluiu-se que a contabilidade ambiental surge como um instrumento de gestão através de seus conceitos e sua aplicabilidade dentro do âmbito ambiental. Pelo que se pôde verificar a contabilidade ambiental ainda é pouco utilizada devido à falta de conhecimento e por sua difícil aplicabilidade, e ainda, a maioria das companhias desconhece as vantagens que sua utilização pode trazer para seus negócios.

Como sugestões para futuras pesquisas sugere-se o aprofundamento dos estudos nessa ciência que, cada vez mais, mostra-se ligada ao meio ambiente onde vivemos e sugere a inserção da Contabilidade Ambiental na grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis, devido à relevância do assunto e principalmente para a formação de um profissional contábil. Com a saída de um profissional contábil para o mercado de trabalho, com a consciência de preservação e manutenção do meio ambiente, as práticas no exercício da contabilidade que contribuam para a sustentabilidade, serão cada vez mais adotadas, tornando-se assim gestões contábeis cada vez mais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Disponível em: www.abnt.org.br/ - Acesso em 17.03.2020.

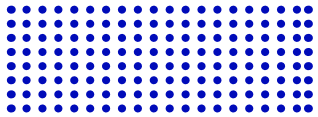
ANDRADE, R. O. B. de; CARVALHO, A. B. de; TACHZAWA, T. Gestão Ambiental: Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

ANTONOVZ, T. Contabilidade ambiental - 1a Edição - Curitiba: Ed. InterSaberes, 2014.

ARAÚJO, R. M. S. Análise da gestão ambiental em empresas agroindustriais de usinas de açúcar e álcool no Mato Grosso do Sul. Dissertação (Mestrado em Administração), Escola de Administração, UFGRS. Porto Alegre, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14001: Sistemas de gestão ambiental – requisitos para orientação para o uso. Rio de Janeiro, 2004.

BARBIERI, J. C. 2014. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 4. ed.



São Paulo: Saraiva, 2014.

BERGAMINI JUNIOR, S. Custos emergentes na contabilidade ambiental. *Balanço Social: Responsabilidade Social e Ambiental*. v.3, n.9, p. 3-11, 2000.

CORREIA, S. N.; OLIVEIRA, V. M.; FEITOSA, M. J. S.; GÓMEZ, C. R. P. Inovação Social para o Desenvolvimento Sustentável: Um Caminho Possível. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 10, n. 3, p. 199-212, 2018.

DONAIRE, D. *Gestão Ambiental na Empresa*. São Paulo: Atlas, 1995.

DUHIGG, C. *O poder do hábito: por que fazemos o que fazemos na vida e nos negócios – 1a edição* – Nova York: Ed. Random House, 2012.

EPELBAUM, M. A influência da gestão ambiental na competitividade e no sucesso empresarial. 190f. Dissertação (Mestrado). São Paulo - SP. 2004.

FARONI, W.; SILVEIRA, S. F. R.; MAGALHÃES, E.A.; MAGALHÃES, E.M. A contabilidade ambiental em empresas certificadas pelas normas ISO 14001 na região metropolitana de Belo Horizonte. *Viçosa - Mg: Revista Árvore*, v. 34, n.6, p. 1119-1128. 2010.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HASAN, Ş, HAKAN, Ö. The importance of environmental accounting in the context of sustainable development and within IFRS evaluation. u: International Symposium on Sustainable Development, Sarajevo: Federation of Bosnia And Herzegovina, May 31-June, 2012.

KORNHAUSER, A. A contribuição do contabilista para o desenvolvimento sustentável. 2005. Disponível em: <https://www.gestiopolis.com/a-contribuicao-contabilista-para-o-desenvolvimento-sustentavel> - acesso em 28.03.2020

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade Ambiental como sistema de informações. *Revista Contabilidade Vista & Revista*. Belo Horizonte – MG, v. 12, n. 3, p. 71-92, dez. 2001. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/issue/view/29> - acesso em 02.04 2020.

MARCOVITCH, J. *et al.* (org). *Certificação e Sustentabilidade Ambiental: Uma Análise Crítica*. 148 f. Trabalho de Conclusão de Disciplina de Ensino a Distância (EAD) de Pós-Graduação Estratégias Empresariais e Mudanças Climáticas – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. 2012.

MATURANA, H. A contribuição do contabilista para o desenvolvimento sustentável. 2005. Disponível em: <https://www.gestiopolis.com/a-contribuicao-contabilista-para-o-desenvolvimento-sustentavel> - acesso em 02.04.2020

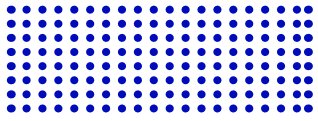
MORIN, E. A contribuição do contabilista para o desenvolvimento sustentável. 2005. Disponível em: <https://www.gestiopolis.com/a-contribuicao-contabilista-para-o-desenvolvimento-sustentavel/> - acesso em 02.04.2020.

RAKOS, IS, ANTOHE, A. Environmental Cost - An Environment Management Accounting Component. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*, vol.4, pg.166-175, 2014.

TINOCO, J. E. P. *Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações*. 1a Edição - São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY - USEPA. An introduction to environmental accounting as a business management tool: key concepts and terms. 1995. Disponível em: <http://www.epa.gov/oppt/acctg/pubs/busmgt.pdf> - acesso em 13.03.2020

VALLE, C. E. do. *Qualidade ambiental: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente*. São Paulo: Pioneira, 1995.



VAN BELLEN, H. M. Indicadores de Sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. Cadernos EBAPE.BR (FGV). v. 2, n.1, p. 01-14. 2004.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Our common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Controle social das contas públicas da câmara municipal de Campo Grande no ano de 2018

Social control of public accounts at Campo Grande city hall in 2018

*João Felipe Baccharin
Fernanda Soares Camargo
Eloir Trindade Vasques Vieira
Fortunato Bennett
Lucélia Nogueira Tashima*



Resumo

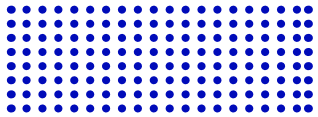
O presente estudo objetivou identificar, através do controle social, o custo benefício dos vereadores da Câmara Municipal de Campo Grande no período de 2018, no que diz respeito ao cumprimento das leis, onde a transparência foi fundamental para o acesso às prestações de contas e apuração dos resultados. Tal objetivo foi alcançado a partir de pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa, quantitativa e hipotético dedutiva, sendo que essas informações já estão sob análise do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul ao coletar e examinar dados do portal de transparência. Levantaram-se observações no que tange à confiabilidade e integridade das informações divulgadas e diante do exposto, foi apurado o cumprimento satisfatórios dos dispositivos legais pelos parlamentares, porém verificada a ausência de legitimidade, através da qual se faz cumprir a legalidade de forma mais benéfica à sociedade.

Palavras-chave: controle social. transparência. accountability. contabilidade.

Abstract

The present study aimed to identify, through social control, the cost benefit of the councilors of the Municipality of Campo Grande in the period of 2018, with regard to compliance with laws, where transparency was fundamental for access to accountability and verification results. This objective was achieved through bibliographic research, with qualitative, quantitative and hypothetical deductive analysis, and this information is already under analysis by the Court of Accounts of Mato Grosso do Sul when collecting and examining data from the transparency portal. Observations were raised regarding the reliability and integrity of the information disclosed and in view of the above, satisfactory compliance with legal provisions by parliamentarians was found, but the absence of legitimacy was verified, through which legality is enforced in a more beneficial way society.

Keywords: social control. transparency. accountability. accounting.



INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, um dos desafios no cenário político-administrativo global, tem sido o de modelar a democracia correlacionando-a aos conceitos de accountability e transparência na administração pública, com o propósito de prevenir a corrupção e munir o governo de legitimidade ante a sociedade organizada (BAROWIAK, 2011).

Embora se tenha evoluído no sentido legal, com leis que regem a maneira como a transparência deve ocorrer e com movimentos que apoiam e incentivam o controle social, ainda se tem muito a melhorar em relação à participação popular na fiscalização e na gestão da Administração Pública.

Conforme argumenta Pereira (2014) a Constituição Federal assegura o direito do cidadão de acesso à informação, porém existem contrariedades para sua implementação, e uma delas é a baixa participação social. Para Jardim (2008) citado por Pereira (2014), por mais que o conceito de acesso à informação dá-se como um direito, tal conceito abrange outros pontos, como por exemplo cultura e intelecto, portanto o acesso físico do usuário à informação, garantido pela lei, não estabelece acesso jurídico ideal sem o acesso intelectual adequado.

Retomando a Constituição Federal de 1988, esta não impõe a participação social como um dever, e sim a assegura como um direito, contudo a partir do momento em que se toma conhecimento deste direito, enxerga o país na situação política em que ele se encontra, e toma-se a consciência de que se vive numa democracia, moralmente essa atitude se torna um dever.

Diante dessas razões, a proposta da presente pesquisa, é avaliar o custo benefício dos vereadores do município de Campo Grande no ano de 2018 através dos meios de divulgação instituídos pelos dispositivos legais. E por objetivos específicos: Analisar as prestações de contas do município coletando e organizando as informações do ano de 2018 sobre as atividades dos vereadores, apresentar os resultados de tal análise, voltada especificamente ao custo benefício e destacar a importância da prática de controle social em uma sociedade organizada.

Busca-se com tal pesquisa, responder a seguinte questão: É possível através do controle social, identificar o custo benefício dos vereadores do município de Campo Grande em concordância com os dispositivos legais?

A hipótese é a seguinte: Sim, por meio do portal de transparência é possível tal prática, promovendo participação e controle social. O resultado esperado com tal pesquisa é despertar o interesse pelo controle social na representação popular em nível municipal.

REFERENCIAL TEÓRICO

Existem hoje no Brasil movimentos que incentivam a transparência da administração pública e a prática do controle social, como por exemplo a Transparência Brasil, uma entidade que conserva como missão a promoção do controle social do poder público.

Controle social

Para Silva (2017, p. 2) “o controle social é definido como meio de compartilhar, entre Estado e sociedade, o poder decisório acerca das políticas públicas como instrumento de expressão e, divulgação da democracia e da cidadania”. Com base na argumentação de Silva, esse controle por meio da sociedade se realiza quando formalizado em audiências públicas, ouvidorias, consultas públicas, comitês, conselhos gestores, programas de voluntariado e participação de órgãos de controle social.

Carvalho (1998) *apud* Garbeline (2017) descreve que a participação social se dá quando os gestores e a população estabelecem inter-relações, sendo que isso só ocorre efetivamente, quando a população conhece o seu papel enquanto cidadão e adere à essa prática trazendo assim um benefício coletivo em prol de toda a sociedade.

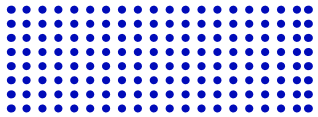
Há exemplo de práticas de controle social, como aplicativos que são disponibilizados pelo próprio poder público, como o Cidadão +Brasil, Gestão +Brasil e Fiscalização +Brasil. Outro instrumento que possibilita a participação, é o aplicativo disponível pela Rede Transparência Brasil, aplicativo “Tá De Pé”, que tem como objetivo a fiscalização de obras de creches e escolas perto do cidadão. Ao baixar o aplicativo, o cidadão informa sua localização, e o aplicativo identifica obras em andamento em um raio de até 20 km.

Figura 1 - Aplicativo “Tá De Pé”



Fonte: Aplicativo “Tá De Pé”, Transparência Brasil (2019)

Conforme a Figura 1 pode-se verificar que são informados o endereço da obra partindo do ponto da localização do cidadão, a informação do andamento e execução da obra, e se esta encontra-se em atraso ou não. Posteriormente, o cidadão pode ir até o local e capturar uma fotografia, através do aplicativo, registrando a situação da obra, e esta será avaliada por engenheiros para analisar o andamento a partir da fotografia e cobrar a Prefeitura em caso de atraso, ou os vereadores do município, caso a Prefeitura não responda. A



estrutura deste aplicativo oferece informações úteis para uma avaliação básica a respeito da obrigação assumida pela gestão pública com relação a essas obras, demonstrando que o controle social pode ser exercido a partir de ações simples e objetivas e de maneira facilitada para qualquer cidadão, fortalecendo assim a prática da cidadania.

Autores como Garbeline (2017) afirmam que a sociedade só pode exercer a participação se possuir o conhecimento necessário. Contudo, o controle social pode ocorrer nos mais diversos níveis de conhecimento que população possui. A partir de exemplos como o aplicativo descrito, é possível enxergar a prática de participação social.

A Escola Nacional de Administração Pública - ENAP (2017) descreve que a participação popular na gestão e no controle dos atos administrativos públicos, é uma ferramenta valiosa para consolidar a cidadania, reforçar o combate à corrupção e conscientizar a sociedade sobre a utilidade socioeconômica dos tributos.

Outro movimento que tem exercido atividades de controle social é o Observatório Social do Brasil - OSB, atuando em frentes como educação fiscal e inserção de micro e pequenas empresas em processos licitatórios, de modo que possa reduzir a informalidade além de construir indicadores da Gestão Pública. Os observatórios sociais integram um conjunto de iniciativas que vêm surgindo no Brasil, voltadas à fiscalização da administração pública, à coprodução de bens e serviços públicos e à qualidade de vida nas cidades (OSB, 2019).

Esses movimentos são apoiados por leis de acesso à informação que regem a maneira como a transparência deve ocorrer. O artigo 37 da Constituição Federal reforça o princípio da publicidade tendo como preceito geral a divulgação ampla dos atos públicos. Tal preceito que é usado pela lei para definir um agente fundamental na prática do controle social, que será apresentado.

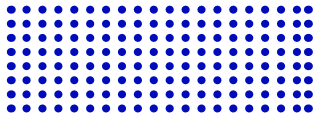
Transparência

Entre os itens a que se propõe o artigo 37 da Constituição da República, cabe destacar a importância do entendimento sobre transparência e sua aplicabilidade acerca do controle social. O conceito e abordagem deste tema, vem se fortalecendo há alguns anos, por conta de certas práticas irregulares que se intensificaram com o passar do tempo. Tais fatos demandam atenção redobrada quando o assunto é clareza e honestidade na prestação de contas (MOHALLEM, 2017).

Pereira (2014, p.1) afirma que “a promoção da transparência e do acesso à informação é uma medida essencial para o fortalecimento do controle social e da democracia, e por decorrência, para a melhoria da qualidade da gestão pública.”.

Neste contexto, a Lei nº 101/2000 estabeleceu a transparência como a ampla divulgação dos atos de gestão pública complementando que ela é garantida pela promoção da participação social. Conforme afirmaram Bairral e Silva (2013), citados por Gama e Rodrigues (2017, p. 240):

Através desta lei a transparência da informação pública ganhou mais relevância, assumindo significativa importância na responsabilização pública (accountability) por:
a) propiciar uma prestação de contas transparente, pelo gestor público, referente



à condução das ações governamentais; e b) possibilitar um alinhamento entre os interesses do cidadão e do Estado, visando ao bem-estar social .

Posteriormente, as ações de transparência se multiplicaram por meio da Lei Complementar 131/09 - Lei de Transparência e pelo Decreto nº 7.185/10, que trata dos padrões mínimos de qualidade do sistema integrado da administração financeira e controle.

Com tantos meios de informação, para oportunizar o processo de transparência das contas públicas, a Lei n. 9755/98 determinou que o Tribunal de Contas da União - TCU fosse responsável pela criação de uma página na internet que se intitularia “Contas Públicas” reunindo informações para que o cidadão pudesse ter mais acesso às informações do setor público.

Abaixo apresenta-se a homepage do portal de transparência da Controladoria Geral de União, criado a partir da determinação do TCU.

Figura 2 - Captura de Tela da homepage do Portal da Transparência da União



Fonte: Portal da Transparência da União (2019)

No portal é possível identificar o orçamento, despesas e receitas por órgão ou município. Cabe ao cidadão identificar os diferentes tipos de gastos da administração pública do seu governo e questionar, dentro do próprio site, os esclarecimentos relativos a sua gestão. A transparência, ao longo do tempo, se estendeu também aos Estados e Municípios, os quais divulgam suas prestações de contas e outras informações pertinentes ao conhecimento do cidadão em seus devidos portais de transparência Estaduais e Municipais, conforme apresentado a seguir.

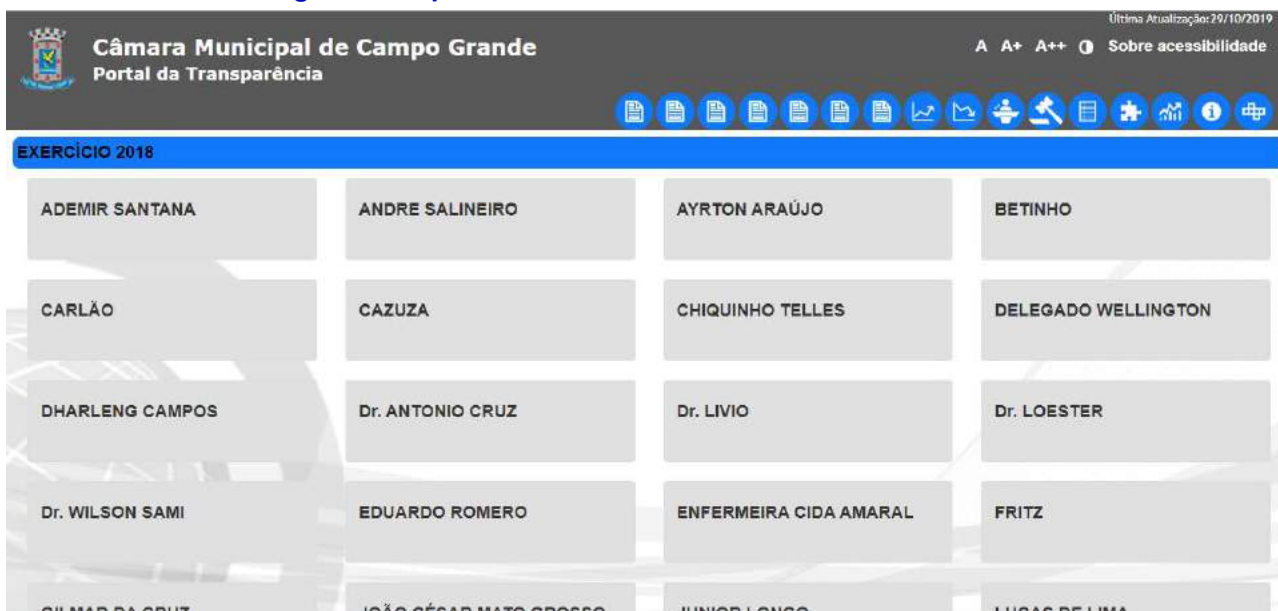
Figura 3 - Captura de Tela do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Campo Grande



Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Campo Grande (2019)

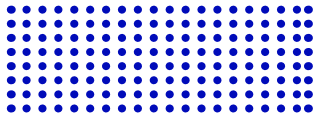
A transparência também se estende aos representantes do povo, em um nível mais próximo ao cidadão se encontra o legislativo municipal, representado pela Câmara de Vereadores. Ao acessar o site da Câmara Municipal de Campo Grande e clicar na aba “Transparência” abre a seguinte página como na Figura 3, dando acesso às informações desejadas em relação às prestações de contas, licitações, orçamento, dentre outras informações pertinentes aos gastos dos vereadores do Município de Campo Grande.

Figura 4 - Captura de tela das verbas indenizatórias de 2018



Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Campo Grande (2019)

Um dos gastos dos vereadores, são as verbas indenizatórias, destinadas a ressarcir os vereadores pelas atividades exercidas no ato de suas funções. O cidadão tem como visualizar quanto cada vereador está gastando em verbas indenizatórias, basta escolher a opção “Verbas Indenizatórias” e a página é redirecionada, conforme demonstra a Figura 4.



Na imagem, estão os links para acessar a prestação de contas de cada vereador separadamente.

Figura 5 - Captura de tela das verbas indenizatórias de 2018 de Lucas de Lima

The screenshot shows the website interface for the Câmara Municipal de Campo Grande. At the top, there is a header with the logo, the name 'Câmara Municipal de Campo Grande Portal da Transparência', and the date 'Última Atualização: 29/10/2019'. Below the header is a navigation bar with various icons. The main content area is titled 'LUCAS DE LIMA' and contains a search form with fields for 'Exercício' and 'Período', and a 'Pesquisar' button. Below the search form is a table with the following columns: 'Número', 'Data', 'Nome', 'Descrição', and 'Ações'. The table lists 13 rows of data, each representing a different month and process number (ATO) for 2018, with corresponding descriptions and action links.

Número	Data	Nome	Descrição	Ações
	21/02/2019	ATO 26 JUNHO 2018 - Proc. 88	ATO 26 JUNHO 2018 - Proc. 88 - Complemento	
	21/02/2019	ATO 26 SETEMBRO 2018 - Proc. 88	ATO 26 SETEMBRO 2018 - Proc. 88	
	21/02/2019	ATO 26 SETEMBRO 2018 - Proc. 88	ATO 26 SETEMBRO 2018 - Proc. 88 - Complemento	
	21/02/2019	ATO 27 NOVEMBRO 2018 - Proc. 89	ATO 27 NOVEMBRO 2018 - Proc. 89 - Complemento	
	21/02/2019	ATO 27 OUTUBRO 2018 - Proc. 89	ATO 27 OUTUBRO 2018 - Proc. 89	
	21/02/2019	ATO 27 OUTUBRO 2018 - Proc. 89	ATO 27 OUTUBRO 2018 - Proc. 89 - Complemento I	
	21/02/2019	ATO 27 OUTUBRO 2018 - Proc. 89	ATO 27 OUTUBRO 2018 - Proc. 89 - COMPLEMENTO II	
	21/02/2019	ATO 27 SETEMBRO 2018 - Proc. 89	ATO 27 SETEMBRO 2018 - Proc. 89	
	21/02/2019	ATO 27 SETEMBRO 2018 - Proc. 89	ATO 27 SETEMBRO 2018 - Proc. 89 - Complemento	
	21/02/2019	ATO 26 AGOSTO 2018 - Proc. 88	ATO 26 AGOSTO 2018 - Proc. 88 - Complemento	
	21/02/2019	ATO 26 DEZEMBRO 2018 - Proc. 88	ATO 26 DEZEMBRO 2018 - Proc. 88	

Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Campo Grande (2019)

A Figura 5 demonstra a prestação de contas de um vereador, a exibição é na forma de link, e é possível baixar arquivos em formato PDF. É dessa forma que está disponível no portal da transparência do município de Campo Grande, identificando a qual período da prestação de contas, ou mesmo selecionando o vereador de sua escolha para identificar seus gastos.

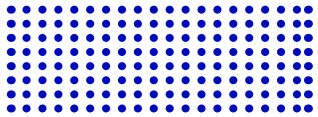
Função do parlamentar

A Lei 101/2000, conhecida também como Lei de Responsabilidade Fiscal, consolidou sua relevância ao tratar da importância da responsabilização dos governantes por seus atos, ação denominada como accountability. Tal responsabilização pode ocorrer de diversas formas, tais como a transparência.

Um dos alicerces da administração pública no que diz respeito a devida responsabilidade que deve existir com os bens públicos é o planejamento das ações. O artigo 165 da Constituição Federal direciona ao Poder Executivo a elaboração do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O plano plurianual - PPA, segundo a Lei 4.320/64 em seu art. 23, define os objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, e a partir dele são definidas as diretrizes orçamentárias de cada ano através da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

A LDO, ainda segundo a referida lei, define as políticas que nortearão a gestão no sentido de controle de custos, realização de receitas e despesas. Tais diretrizes orçamentárias direcionarão as definições do que compreenderá a Lei do Orçamento Anual - LOA (BRASIL, 1988), a qual garante a realização do orçamento em sua forma prática, direcionando a origem dos recursos e como serão alocados abrangendo a parte fiscal, seguridade



social e investimentos.

Tais definições, instituídas no artigo 165 da Constituição Federal (1988) compreendem a base do planejamento orçamentário seja a nível, Federal, Estadual ou Municipal, e estará obrigada a prestar contas seja da pessoa física ou jurídica que possua relacionamento com os recursos públicos, visando legalidade, legitimidade e economicidade.

No que tange o planejamento orçamentário e sua execução a nível municipal, destaca-se um agente marcante na administração pública de um município: o vereador.

Pardo (2012) dentre as principais funções de um vereador destaca a implementação e avaliação de medidas legislativas e administrativas, projetos e políticas de interesse público, a fiscalização e julgamento dos atos político-administrativos do prefeito, vice e vereadores conforme a Constituição Federal, o Decreto Lei 201/67, a lei orgânica municipal, além da administração dos serviços internos da Câmara Municipal.

Chiavenato (2006) reporta sobre a forma de como avaliar uma administração em eficiência e eficácia, a qual liga a eficiência a economia dos recursos disponíveis para atingir o resultado enquanto a eficácia refere-se à assertividade com que é alcançado tal resultado.

Fazendo menção a tais conceitos, juntamente com as obrigações atribuídas a um vereador, consolida-se o pensamento a respeito da capacidade técnica deste agente ao exercer suas funções munido de eficácia e eficiência. Diante da representatividade do vereador na gestão municipal, se dá o enfoque desta pesquisa e análise.

Foram apresentados dados de seis vereadores da Câmara municipal de Campo Grande para serem submetidos a uma análise de suas respectivas prestações de contas no ano de 2018. A premissa utilizada para selecionar os vereadores foi a de candidatos mais votados, e dentro do espaço amostral dos vereadores eleitos foi considerado 20,69% da parcela mais votada, definindo assim uma amostragem estatisticamente válida.

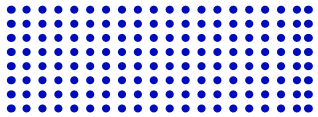
Quadro 1 - Amostra de Vereadores

Posição	Vereador	Partido	Nº de Votos	% no Total
1º	André Salineiro	PSDB	8.776	8,2%
2º	Odilon de Oliveira	PDT	6.825	6,37%
3º	Dr. Loester	PMDB	5.552	5,18%
4º	Gilmar da Cruz	PRB	5.416	5,06%
5º	Dr. Livio	PSDB	4.518	4,22%
6º	Lucas (Luiz Carlos Correia de Lima)	SD	4.256	3,97%
TOTAL			35.343	33%

Fonte: Elabora pelos autores de acordo com o resultado das eleições de 2016 postadas no site do TRE MS¹

O número total de votos de todos os vereadores eleitos foi de 107.017 votos e o número total de votos dos vereadores selecionados foi de 35.343 votos. A tabela demonstra os vereadores selecionados em ordem de “mais votados” descrevendo o número de votos de cada um e a porcentagem em relação ao número total de votos dos vereadores eleitos.

¹ Informações obtidas através do site do Tribunal Regional Eleitoral, referente às eleições do ano de 2016 <https://apps.tre-ms.jus.br/SDR2016/consulta.html?p={filtro:%22resultado-por-municipio%22,titulo:%22Por%20munic%20C3%ADpio%22}#>. Acesso em 26 nov. 2019



Após a seleção dos vereadores foram examinadas as prestações de contas de cada vereador divulgada no portal de transparência, onde foi analisada a qualidade das informações no que diz a legitimidade. Prevista no artigo 70 da Constituição Federal de 1988, caracteriza-se como agir conforme a lei, porém de forma mais benéfica à sociedade, buscando um consenso entre lei e ética (DINIZ, 2006).

Dentre as informações das prestações de contas avaliadas estão as verbas indenizatórias, que são entendidas por serem ressarcimentos pagos aos parlamentares pelas atividades exercidas em razão de seus cargos (SOUZA, 2013). Foi necessária a compreensão a respeito do conceito de contabilidade pública, como sendo a ciência através da qual é possível o controle contínuo do patrimônio público (ÁVILA, BÄCHTOLD e VIEIRA, 2013), juntamente com a forma como essa é praticada, como por exemplo na execução das despesas, o qual envolve o empenho, a liquidação e o pagamento (FONSECA, 2016). Em vista disso, se desdobrou outro nível de controle social, onde se fez necessário conhecimento considerável para exercê-lo, diferentemente das formas básicas de prática de controle já citadas.

Assim sendo, é possível identificar o nível de controle praticado avançando à medida que o conhecimento do cidadão se aprofunda, evidenciando assim funcionalidade do controle social ao poder ser praticado por toda a sociedade organizada, fortalecendo o conceito de democracia no que diz respeito à administração pública.

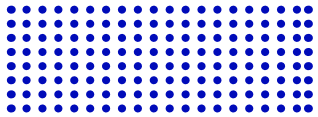
Custo benefício

Perante o contraste existente entre o serviço público e o serviço privado e suas finalidades, é possível observar que existe certa complexidade em relacionar características de um e outro. Em referência ao uso de recursos e sua gestão argumenta Reis (2011) citado por Mattiello (2017 p. 8):

A razão pelo não cumprimento das normas sugeridas e a aplicação dos custos no serviço público é a ideia enraizada de que a entidade governamental não opera com a intenção de obter lucro nas atividades desenvolvidas. No entanto, em qualquer atividade, para a obtenção do resultado de uma operação, existe a necessidade de conhecer o volume de recursos aplicados e o esforço despendido para alcançar o objetivo delineado.

Quanto a relevância da análise de custo e benefício na gestão pública, a NBC TG - Estrutura conceitual (2011) trata do equilíbrio que deve existir entre custos e benefícios, definindo que este deve ser garantido quando os benefícios excederem os custos utilizados para alcançá-los.

De acordo com tais afirmações, o custo benefício possui como um de seus critérios o auxílio no alcance efetivo do objetivo central da administração pública que é a eficiência, eficácia e economicidade dos recursos públicos. No que se refere à organização pública, esta possui como finalidade a realização do interesse público por meio das práticas instituídas pela lei, ou seja, o cumprimento da lei visando o bem-estar social. De acordo com a Lei 4.320/64, cabe ao gestor elaborar o planejamento orçamentário informando suas práticas de investimentos, ações de curto e médio prazo, que visem atender o interesse coletivo, e ainda, prestação de contas de forma completa, neutra e livre de erros, constituindo um instrumento eficaz para o usuário da informação, no caso a sociedade/cidadão, que ao aces-



sar as informações de forma pública no portal da transparência, poderá exercer o controle social de forma que o devido custo benefício seja alcançado.

Visando o custo benefício no que refere a observância da lei, o quadro a seguir apresenta os instrumentos de transparência pública, objetos de transparência ativa ou passiva, analisados nessa seção.

Quadro 2 - Atendimento aos dispositivos legais na prestação de contas²

Despesa Pública Orçamentária	Instrumento de Transparência e seus dispositivos	Atenderam
Empenho	LC n.º 131, art. 48; D. n.º 7185/10, art.7º	Atenderam
Liquidação	Portaria n.º 140/2006, art. 9; LC n.º 131, art. 48, D. n.º 7185/10, art. 7	Atenderam
Pagamento	Portaria n.º 140/2006, art. 9; LC n.º 131, art. 48, D. n.º 7185/10, art. 7	Atenderam
Número do correspondente processo da execução	LC n.º 131, art. 48; D. n.º 7185/10, art.7	Todos Identificados
Unidade orçamentária	LC n.º 131, art. 48 e D. n.º 7.185, art. 7º	Não apresentado nos documentos
Função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	Decreto n.º 7.185, art. 7º	Atenderam
Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	LC n.º 131, art. 48 e D. n.º 7.185, art. 7º	Apenas os beneficiários - os vereadores
Prestações de contas relativas a exercícios anteriores	LC n.º 131, art. 48	Identificado no portal
Parecer Prévio da Prestação de Contas simplificado	LC n.º 101, art. 48	Não identificado no portal

Fonte: Portal da Transparência, elaboração dos autores (2019)

O Quadro 2 evidencia que há quesitos em falta nas informações apresentadas, como por exemplo o item de Parecer Prévio das Prestações Simplificado. Contudo, em sua maioria, é possível identificar os itens descritos no quadro conforme se examina os dados disponibilizados pelo portal. Isso evidencia um nível satisfatório de alcance do objetivo no que tange ao cumprimento de leis e decretos, validando assim, um benefício obtido.

METODOLOGIA

A partir da utilização do Portal de Transparência como meio de consulta, o método de pesquisa será bibliográfico e hipotético-dedutivo, com uma abordagem quali-quantitativa.

² O Quadro 2 foi elaborado pelos autores de mediante às informações publicadas no Portal da Transparência da Câmara de Vereadores de Campo Grande <https://web.neainformatica.com.br/transparencia/index.xhtml?cliente=cmcgr>. Acesso em 26 nov. 2019.

RESULTADOS

Ao organizar os dados coletados e verificá-los através da consolidação de tabelas e observações escritas, foram construídas análises referentes ao cumprimento dos princípios e regulamentações que regem a forma como construção e divulgação dessas informações deve ocorrer objetivando a legitimidade.

Nas informações contidas no site da prefeitura, foi observado que algumas informações, da forma que estavam expostas, não poderiam ser usadas de forma tempestiva, e a ausência de tempestividade pode tornar a informação menos útil.

Conforme a Figura 5, estas verbas, em na sua maioria, estavam estruturadas de forma cronologicamente desorganizada e, considerando a disposição destes dados no portal, entende-se que se caso a sociedade necessitasse de uma informação precisa, deveria aguardar o encerramento do exercício para ter um parecer confiável, sem futuras alterações que pudesse invalidar a análise.

À luz da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 1.121/08, instituindo que as informações devem ser claras, concisas, sem erros de modo que não gere dúvida a respeito da sua integridade, a confiabilidade se apresenta como objeto relevante dentro da prestação de contas, pois a mesma zela pelo teor das informações, de modo que sua validade seja incontestável. Tal alegação leva ao questionamento a confiabilidade dos dados apresentados.

Figura 6 - Prestação de contas do vereador Lucas de Lima - Ato 27 fevereiro 2018 proc. 89.

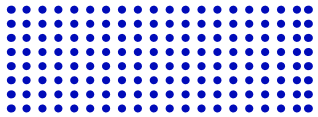
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - MS	
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
(Ato da Mesa Diretora nº 027/2017)	
Vereador (a):	Mês:
Lucas de Lima	FEVEREIRO/2018
Despesas	Valor (R\$)
1) Locação de carros para locomoção, no perímetro urbano, do Parlamentar e de assessores vinculados ao seu gabinete.	
2) Combustíveis, lubrificantes, estacionamento e limpeza veicular.	852,73
3) Material de Expediente, impressos e outros materiais de consumo, locação de móveis e equipamentos.	
4) Telefonia.	
5) Aquisição de livros e assinaturas de jornais, revistas e serviços de provedores de Internet, aquisição ou locação de software, serviços postais, assinatura de publicações, TV a cabo ou similar, acesso a internet e extração de cópias reprográficas, digitais e similares.	
6) Despesas com realização de seminários e outros eventos promovidos nas dependências da Câmara Municipal de Campo Grande (MS).	
7) Serviços gráficos.	
8) Divulgação de Atividade Parlamentar.	7.800,00
TOTAL	8.652,73

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - MS	
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	
(Ato da Mesa Diretora nº 027/2017)	
Vereador (a):	Mês:
Lucas de Lima	JULHO/2018
Despesas	Valor (R\$)
1) Locação de carros para locomoção, no perímetro urbano, do Parlamentar e de assessores vinculados ao seu gabinete.	
2) Combustíveis, lubrificantes, estacionamento e limpeza veicular.	1.164,00
3) Material de Expediente, impressos e outros materiais de consumo, locação de móveis e equipamentos.	
4) Telefonia.	
5) Aquisição de livros e assinaturas de jornais, revistas e serviços de provedores de Internet, aquisição ou locação de software, serviços postais, assinatura de publicações, TV a cabo ou similar, acesso a internet e extração de cópias reprográficas, digitais e similares.	
6) Despesas com realização de seminários e outros eventos promovidos nas dependências da Câmara Municipal de Campo Grande (MS).	
7) Serviços gráficos.	
8) Divulgação de Atividade Parlamentar.	3.090,00
TOTAL	R\$ 4.164,00

Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Campo Grande (2019)³

Considerando a Figura 6, por mais que a legislação não especifique a forma com que o documento deve ser divulgado para ser considerado munido de confiabilidade, tal fato deixa a questão em aberto, o que deveria levar um gestor a se dispor em preencher todas as lacunas referentes a este ponto, e se dedicar a prestar uma informação confiável

³ Figura adaptada conforme captura das prestações de contas do Vereador Lucas de Lima em 2018. Acesso em 26 nov. 2019. <https://web.neainformatica.com.br/transparencia/publico/documentoList.xhtml?cliente=cmcgr&grupo=684>



em todos os sentidos possíveis ao entendimento geral.

Ao analisar o documento da Figura 6, referente a fevereiro de 2018, vê-se que foi alterada a maneira de relato no documento em comparação às informações prestadas em outros períodos. Esse ponto possui suma importância devido ao fato de que a informação se faz material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização (accountability), ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.

Estabelecido pela materialidade descrito no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP (2018), as informações devem garantir ao usuário a segurança de que os fenômenos econômicos ocorridos na prestação de contas seja fidedigna, nota-se que fica questionável a validade de determinado relatório dentro da prestação de contas, pois no caso a essência sobre a forma é inversa, a prestação primeiro é elaborada, depois verificada, assinada e encaminhada para o órgão de controle competente. Ao preencher um campo à caneta, levanta-se a hipótese de que tal documento fique alterável, assim, não sendo confiável, mediante a possibilidade de alteração posteriormente, este não previsto em lei, pois as prestações de contas, são meio comprobatórios que após apresentados, tornar-se-ão Demonstrações Contábeis. Se o produto é questionável, o resultado não é confiável.

Execução das despesas e verbas indenizatórias

Foi realizada coleta de dados a fim de identificar os gastos dos vereadores identificados, para estruturar de forma objetiva e definir o custo benefício de cada um para o Município. À medida que os dados foram coletados, foi possível observar e avaliar a qualidade da prestação de contas exercida pela Câmara dos vereadores do Município, neste ponto, no que diz respeito a execução das despesas e verbas indenizatórias.

O Decreto nº 7.724/2012 define que dentre as informações que devem ser divulgadas, estão as execuções orçamentárias e financeiras descritas de forma detalhada. Contudo, não é possível concluir qual o devido nível de detalhamento que deve ser aplicado, pois a lei não define por meio de modelo como deve ser apresentada a prestação de contas, deixando a margem para rasuras, mudança gráfica ou falta de organização nos documentos encontrados.

A título de exemplo, é relevante citar os valores destinados à reembolsos referentes a execução das despesas de atividade parlamentar de André Salineiro, cujo o mesmo corresponde à importância de R\$ 95.061,60. Com esse dado, pode-se identificar se as despesas ultrapassam ou não ao valor de licitação, mas não é possível identificar o detalhamento das mesmas, essas, de forma detalhada, estarão apresentadas nas verbas indenizatória especificando a que se refere a despesa.

O Quadro 3 foi construído com informações disponibilizadas no portal de transparência da Câmara Municipal de Campo Grande. Foram coletados dados de determinados vereadores conforme o Quadro 1. O total empenhado descrito na tabela, refere-se ao que foi destinado para pagamento, assim sendo, as informações das verbas indenizatórias complementariam de forma analítica a execução das despesas.

Figura 7 - Execução das Despesas com filtro para o vereador André Luís Sanches Salineiro

Gestão	Número	Data de emissão	CPF/CNPJ	Credor	Valor empenhado	Valor liquidado	Valor pago	Detalhes
1	31	02/01/2018	00138435187000	ANDRE LUIS SANCHES SALINEIRO	35.540,00	35.540,00	35.540,00	
1	25	02/01/2018	00138435187000	ANDRE LUIS SANCHES SALINEIRO	50.521,60	50.521,60	50.521,60	
Total das Despesas:					95.061,60	95.061,60	95.061,60	

Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Campo Grande (2019)

Quadro 3 - Verbas Indenizatórias de 2018

Vereador	VALOR INDENIZATÓRIO	TOTAL	Percentual da Verba Indenizatória encaminhada para Empenho
		Empenhado	
Andre Salineiro	R\$ 100.800,00	R\$ 94.787,73	94%
Odilon de Oliveira	R\$ 100.800,00	R\$ 159.119,94	158%
Dr. Loester	R\$ 100.800,00	R\$ 22.174,39	22%
Gilmar da Cruz	R\$ 100.800,00	R\$ 144.199,84	143%
Dr. Lívio	R\$ 100.800,00	R\$ 191.934,66	190%
Lucas de Lima do Amor Sem Fim	R\$ 100.800,00	R\$ 170.593,91	169%

Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Campo Grande, adaptação dos autores (2019)⁴

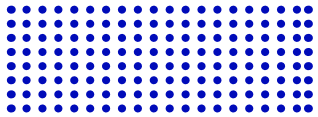
Conforme pode ser observado, a tabela acima descreve a partir da segunda coluna, o quanto cada vereador poderia empenhar de despesas para seu uso, seguido na terceira coluna de quanto realmente empenharam de gastos, resultando no percentual da quarta coluna, onde é descrito o quanto cada um empenhou em relação ao 100% que seria o valor limite de R\$ 100.800,00 (cem mil e oitocentos reais).

Do total de seis vereadores selecionados, quatro excederam os valores destinados a verbas indenizatórias. Os únicos que cumpriram com seus devidos planejamentos, foram André Salineiro e Dr. Loester, enquanto o restante ultrapassou seu limite de valores, como por exemplo o parlamentar Dr. Lívio que com um percentual de 190% chegou próximo de gastar o dobro do valor limite.

Ao somar todos os valores ultrapassados do que deveriam ser empenhados, resulta um montante de R\$ 262.648,35, ou seja, este valor foi gasto além do que deveriam ter sido. Em percentual esse valor excedeu em 43,4% ao limite total dos seis vereadores que deveriam ser R\$ 604.800,00. Perante tais dados, percebe-se uma falta dos parlamentares no que diz respeito ao cumprimento dos limites estabelecidos para seus respectivos gastos.

Vale ressaltar que dos valores apurados da execução das despesas, não concilia com os valores apurados nas verbas indenizatórias com exceção do Dr. Loester, sendo que foram analisados todos os arquivos dispostos no portal da transparência em verbas indeni-

⁴Quadro elaborado conforme informações de verbas indenizatórias do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Campo Grande. <https://web.neainformatica.com.br/transparencia/publico/documentoList.xhtml?cliente=cmcgr&grupo=684>. Acesso em 26 nov. 2019.



zatórias. A título de exemplo, a Figura 7 apresenta um valor empenhado, enquanto o valor apurado em verbas indenizatórias é diferente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

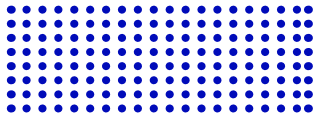
O desenvolvimento deste estudo possibilitou uma análise sucinta e relevante no que tange tanto a forma como é cumprida a transparência na sua legalidade dentro portal da Câmara Municipal em relação à 2018, como na qualidade dos gastos em si quanto a empenhos e execuções destes.

Quanto ao objetivo geral foi avaliado, a partir das informações contidas no portal da transparência, que o custo benefício alcançou um nível satisfatório no quesito cumprimento da lei, porém podendo aplicar de forma ativa a legitimidade, organizando as informações no portal e detalhando-as em todas as esferas de divulgação. Do mesmo modo foi possível observar que, além do cumprimento das normas na divulgação, é necessária uma atenção maior por parte dos vereadores ao empenhar e executar seus gastos dentro do planejamento orçado, para que este não se exceda.

No que tange ao destaque do controle social como ferramenta importante de fiscalização e controle, observou-se suas multifaces quanto aos vários níveis de conhecimento sobre gestão pública numa sociedade organizada. Verificou-se que o controle social pode ser exercido em seu nível básico por um cidadão sem nenhum conhecimento aprofundado no assunto, através de um aplicativo facilmente acessível a qualquer um, como demonstrado dentro do trabalho com o aplicativo “Tá De Pé”. Ao acessar o portal de transparência o cidadão se depara com termos que carecem de um maior conhecimento para sua compreensão, como por exemplo na Figura 2 do portal da Controladoria Geral da União, palavras como “Orçamento” ou “Licitações”. Diante disso se enxerga a necessidade de um entendimento maior para exercer o controle através de um portal de transparência. E a partir de um discernimento melhor sobre a contabilidade pública, tendo claro por exemplo o que é uma verba indenizatória e o que compreende a execução de uma despesa, como foi o caso da análise realizada neste trabalho, o controle se torna sobremaneira relevante.

Contudo, no diz respeito ao desenvolvimento da pesquisa, embora tenha-se sucesso na coleta e análise dos dados, foi complexo localizar os gastos, fazendo perceber o quanto um cidadão que não possui o mínimo necessário de conhecimento em relação à prestação de contas pode sentir dificuldade ao acessar o portal e buscar as informações de seus representantes ou gestores.

A hipótese foi comprovada quanto ao alcance do custo benefício, porém em relação a promoção da participação e controle social, acredita-se que estes, da forma com que são divulgadas as informações em mídias sociais por parte do governo, ainda é tímido pois depende de conhecimento do cidadão, de facilidade no acesso das informações dos gestores, tempestividade das informações e orientação ao cidadão sobre a importância do conhecimento do que é a prestação de conta. Para que se alcance melhores resultados na pesquisa, seria necessária a continuidade desta pesquisa, a qual é visada a partir de uma busca pela produtividade destes vereadores no sentido de suas participações em ações diretamente ligadas à realização do interesse público, além do cumprimento da lei.



REFERÊNCIAS

ÁVILA, Carlos Alberto de; BÄCHTOLD, Ciro; VIEIRA, Sérgio de Jesus. Noções de Contabilidade Pública. 2013. Disponível em: <<http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1443/Nocoos%20de%20Contabilidade%20Publica%202013.pdf?sequence=1>>. Acesso em 07 nov. 2019.

BAIRRAL, M. A. C; SILVA, A. Transparência no setor público: uma análise do nível de transparência dos relatórios de gestão dos entes públicos federais no exercício de 2010. In: ENCONTRO DO ANPAD. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_CON1819.pdf> Acesso em: 10 ago. 2019.

BOROWIAK, C. Accountability e democracia: as armadilhas e a promessa do controle popular. Universidade de Oxford. 2011. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=djlsaX8lf5kC&oi=fnd&pg=PP1&dq=BOROWIAK,+Craig+\(2011\).+Accountability+and+democracy:+the+pitfalls+and+promise+of+popular+control.+Oxford:+Oxford+University+Press.&ots=C9XcK50CF0&sig=of8MLlxNpPvPDIm9BWv4GB1xliw#v=onepage&q=BOROWIAK%2C%20Craig%20\(2011\).%20Accountability%20and%20democracy%3A%20the%20pitfalls%20and%20promise%20of%20popular%20control.%20Oxford%3A%20Oxford%20University%20Press.&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=djlsaX8lf5kC&oi=fnd&pg=PP1&dq=BOROWIAK,+Craig+(2011).+Accountability+and+democracy:+the+pitfalls+and+promise+of+popular+control.+Oxford:+Oxford+University+Press.&ots=C9XcK50CF0&sig=of8MLlxNpPvPDIm9BWv4GB1xliw#v=onepage&q=BOROWIAK%2C%20Craig%20(2011).%20Accountability%20and%20democracy%3A%20the%20pitfalls%20and%20promise%20of%20popular%20control.%20Oxford%3A%20Oxford%20University%20Press.&f=false)>. Acesso 08 nov. 2019.

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 06 nov.2019.

_____. Lei nº 4320, de 14 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

_____. Lei 9.755/98, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a criação de “homepage” na “Internet”, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9755.htm>. Acesso em: 07 nov.2019.

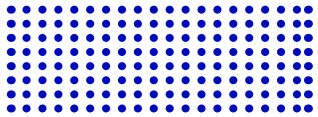
_____. Lei nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

_____. Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm>. Acesso em: 07 nov.2019.

_____. Decreto 7.185, de 27 de maio de 2010. Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm>. Acesso em: 07 nov.2019.

_____. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 8. ed. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6. Acesso em: 02 nov. 2019.

_____. Resolução CFC nº 1.121, de 28 de Março de 2008. Aprova a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (NBC T 1) - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2011.



CFC. Conselho Federal de. NBC TG Estrutura Conceitual. 2011. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em:

< http://www.portalcfc.org.br/coordenadorias/camara_tecnica/normas_brasileiras_de_contabilidade>. Acesso em: 07 nov. 2019.

CHIAVENATO, I. Teoria geral da administração. 3 ed. Saraiva, 2006.

DINIZ, A. C. A. Teoria da Legitimidade do Direito e do Estado: uma abordagem moderna e pós-moderna. São Paulo: Landy Editora, 2006.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. Controle institucional e social dos gastos públicos. 1. ed. Brasília: Enap, 2017.

FONSECA, L. B. R. da. Uma Proposta de Ontologia de Referência para Autorização Orçamentária e Execução da Despesa Pública. In: ONTOBRAS. 2016. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/38ba/e91ba1f48d3e8869b6eca03b281ff688d688.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

GAMA, J. R.; RODRIGUES, G. M. A transparência das contas públicas e o novo padrão internacional da informação contábil governamental. Informação & Informação, v. 22, n. 3, p. 234-268, 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/seer/index.php/informacao/article/view/21475>> Acesso em 10 ago. 2019.

GARBELINE, C. B. Reflexão crítica sobre a participação social: barreiras e estratégias. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2017v32n64p165>. Acesso em: 29 mai. 2019.

MATTIELLO, K. *et al.* Custos públicos e produtividade: O caso da Câmara de Cia do Norte. Revista UNIFAMMA, v. 16, n. 2, 2017.

MOHALLEM, M. F.; RAGAZZO, C. E. J. - Diagnóstico Institucional: Primeiro Passo para um Plano Nacional Anticorrupção. Rio de Janeiro - FGV Direito, 2017.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL, <http://osbrasil.org.br/o-que-e-o-observatorio-social-do-brasil-osb/>. Acesso em 28 nov. 2019.

PARDO, R. G. S. Vereadores e prefeitos: servidores de município. Revista Eletrônica da EJE: ano 2, n. 2 (fev./mar. 2012) (2012).

PEREIRA, J. Controle social e transparência: avaliação do modelo de acesso à informação no Brasil. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20665>. Acesso em: 06 nov. 2019.

REIS, H. C. Custos e controle gerencial na administração municipal. Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, v. 57, n. 276, p. 05-18, jan./mar. 2011.

SILVA, L. G. da *et al.* O controle social como instrumento de defesa da democracia. Revista Jurídica, v. 4, n. 49, 2017.

SOUZA, G. D. G.; GOMES, C. P. B. O papel das verbas indenizatórias no regime de subsídios dos agentes públicos. 2013. Disponível em: <<https://servicos.unitoledo.br/repositorio/handle/7574/1223>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

Análise do comportamento decisório sob a percepção do risco e aversão as perdas: um estudo com discentes de pós-graduação em finanças

*Rayane Farias dos Santos
Jordão Moreira da Silva Júnior*



DOI: 10.47573/aya.88580.2.17.4

Resumo

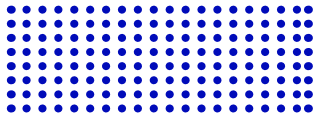
O presente artigo teve como objetivo verificar a existência de influência significativa do curso de Gestão Financeira da FIP nos alunos, quanto a evolução racional do processo decisório de percepção do risco e aversão as perdas. A base sustentadora do estudo se encontra na Teoria dos Prospectos. A metodologia utilizada caracteriza o trabalho como uma pesquisa explicativa que apresenta como instrumento de coleta de dados o método survey, com questionários online e impressos, formulados através da plataforma “google docs”. A população escolhida é composta por três turmas do curso de Gestão Financeira oferecidos pelas Faculdades Integradas de Patos, campos da cidade de Campina Grande, totalizando em média de 40 alunos. As variáveis utilizadas como métrica quanto existência de influência significativa dos indivíduos no processo decisório foram os efeitos: isolamento, reflexão e certeza, além do processo de alteração de riqueza. Com a análise dos dados chega-se à conclusão que os indivíduos apresentam em seus processos decisórios a presença dos efeitos elencados, corroborando com o que é doutrinado pela Teoria dos Prospectos, ou seja, que os seres humanos possuem vieses cognitivos que afetam as suas tomadas de decisões. Além disso, foi possível verificar que o curso ora analisado influenciou significativamente os alunos no contexto dos vieses certeza e reflexão, o mesmo não pode ser observado no efeito isolamento e na alteração de riquezas.

Palavras-chave: finanças comportamentais. teoria dos prospectos. processo decisório. riscos. perdas.

Abstract

This article aimed to verify the existence of significant influence of the FIP Financial Management course on students, regarding the rational evolution of the risk perception and loss aversion decision-making process. The supporting basis for the study is found in the Prospect Theory. The methodology used characterizes the work as an explicative research that presents the survey method as a data collection instrument, with online and printed questionnaires, formulated through the “google docs” platform. The chosen population consists of three classes of the Financial Management course offered by Faculdades Integradas de Patos, fields in the city of Campina Grande, totaling an average of 40 students. The variables used as a metric regarding the existence of significant influence of individuals in the decision-making process were the effects: isolation, reflection and certainty, in addition to the process of altering wealth. With the analysis of the data, it is concluded that individuals present in their decision-making processes the presence of the listed effects, corroborating what is indoctrinated by the Prospect Theory, that is, that human beings have cognitive biases that affect their taking of decisions. In addition, it was possible to verify that the course now analyzed significantly influenced students in the context of certainty and reflection bias, the same cannot be observed in the isolation effect and in the alteration of wealth.

Keywords: behavioral finance. theory of prospects. decision-making process. risks. losses.



INTRODUÇÃO

Muitas questões continuam a ser debatidas no âmbito das Finanças, artigos atuais ainda procuram explicar questões de cunho estudantil ligados de alguma forma ao mercado econômico, dentre os principais assuntos discutidos se encontra a validade de suas teorias tradicionais e os novos rumos que o meio vem desencadeando, principalmente voltado ao aspecto da racionalidade dos agentes econômicos.

De acordo com Silva *et al.* (2009), durante muito tempo os elementos quantitativos foram considerados determinantes para as decisões em investimentos, sendo difundido e estudado em larga escala, entretanto, em períodos mais recentes, já se observam estudos em que se admite a presença de elementos pessoais no processo de tomada de decisões.

Segundo Yoshinaga e Ramalho (2014), as Finanças Comportamentais questionam a Hipótese dos Mercados Eficientes a partir da crença de que os agentes econômicos não tomam decisões de forma estritamente racional e que existem limites. Dois de seus principais teóricos, Daniel Kahneman e Amos Tversky, em pesquisas realizadas na década de 70, concluíram que decisões frequentemente são tomadas por meio da utilização de processos decisórios simplificados, passíveis de vieses cognitivos.

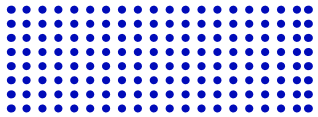
Logo, os agentes econômicos não agem de forma inteiramente racional, então os modelos comportamentais precisam especificar a forma da irracionalidade dos agentes, ou seja, a maneira pela qual seu comportamento diverge da teoria normativa tradicional.

Yoshinaga *et al.* (2008) afirma que uma etapa fundamental quando se procura modelar fenômenos financeiros como o comportamento dos preços dos ativos é a suposição de premissas sobre as preferências dos investidores e sobre como estes avaliam os riscos envolvidos em uma decisão. A grande maioria de modelos assume que os investidores avaliam as alternativas considerando a sua utilidade esperada.

A Teoria da Utilidade Esperada, de acordo com Cusinato (2003), tem como fundamento que o valor das coisas não pode ser baseado nos seus preços, mas na utilidade que elas proporcionam, de forma que cada nível de resultado está associado a um grau de benefício final, definido como utilidade, que pode assumir valores positivos e negativos com pesos simétricos.

Dentre todas as abordagens alternativas à teoria da utilidade esperada, a mais utilizada pelos pesquisadores de Finanças Comportamentais é a Teoria da Perspectiva ou dos Prospectos, proposta por Kahneman e Tversky (1979). Os autores, acreditam que crenças relativas à incerteza eventualmente são expressas sob a forma de probabilidades, muitas vezes avaliadas subjetivamente não com base em cálculos estatísticos, mas em heurísticas explicando seus respectivos vieses cognitivos.

Dispondo como base a Teoria do Prospecto e a existência de comportamentos decisórios enviesados, preconizados pelas Finanças Comportamentais, diante da relevância dessa área para o mercado financeiro e pensando no envolvimento direto que os profissionais de contabilidade e áreas afins assumem, como agente influenciador de tomada de decisões de outrem, é que surge a questão norteadora desse estudo: Existe influência significativa do curso de Gestão Financeira em seus alunos quanto a evolução racional do



processo decisório de percepção do risco e aversão as perdas?

A realização de tal pesquisa tem origem em inquietações com base em observações empíricas da realidade, tomando como norte a área a qual o curso é voltado, cuja missão é ampliar o horizonte da percepção de gestão dos alunos de pós-graduação. Assim sendo, este estudo tem como objetivo verificar a existência de influência significativa do curso de Gestão Financeira nos alunos de pós-graduação, quanto a evolução racional do processo decisório de percepção do risco e aversão as perdas.

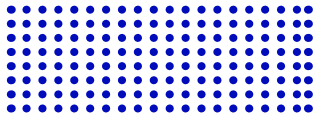
É importante notar nos últimos anos a ampliação da busca pelo entendimento da área das Finanças voltada ao processo decisório comportamental, e devido ao crescimento da produção acadêmica desta área nos Estados Unidos e em países europeus, muitos estudos internacionais tem sido realizados, a exemplo de Bateman, Fraedrich e Iyer (2002) e Putri e Arofah (2013). Em âmbito nacional, um conjunto de estudos utilizaram a Teoria dos Prospectos voltado ao processo decisório e em diferentes contextos e com diferentes indivíduos, testando especialmente a variável ‘experiência’ e sua relação com o efeito framing, a exemplo de Cardoso, Riccio e Lopes (2008); Fernandes, Klann e Figueredo (2011); Martins *et al.* (2013).

Justificando-se esse estudo pela credibilidade cada vez mais frequente concedida as finanças comportamentais, com o surgimento de novas pesquisas acadêmicas cujo intuito é chegar-se a uma conclusão lógica a respeito da racionalidade dos indivíduos e do mercado econômico e financeiro, e nesse sentido novas pesquisas, como esta, buscam ampliar olhares ou solidificar bases já existente e defendidas por outros autores.

O estudo tem o intuito de contribuir com o desenvolvimento da contabilidade sob o olhar comportamental, agregando, dessa forma, características de experiência com decisões. Sob a perspectiva prática, a crise econômica enfrentada no Brasil, pode vir a ser melhor analisada com respaldo no entendimento do comportamento de possíveis investidores e agentes atuantes no mercado, então se torna fundamental perceber como alunos pós-graduação, como entes “pensantes” no âmbito de que vão exercer influência sobre outros, seja como gestores ou como acadêmicos e pesquisadores, lidam quanto a tomada de decisões e os vieses que podem influenciá-los.

A pesquisa também representa um avanço no campo das finanças comportamentais no Brasil na medida que são poucos os registros, até o momento, de estudos semelhantes aplicados exclusivamente em alunos de pós-graduação. Torralvo (2010) realizou um estudo bastante próximo, porém não com o objetivo de testar a possibilidade de influência significativa do grau de instrução do curso perante os alunos participantes.

O estudo encontra-se estruturado em cinco partes, a primeira contempla essa introdução a respeito dos assuntos norteadores da pesquisa; segue-se com o referencial teórico, que busca oferecer suporte para o desfecho da pesquisa; a terceira parte é condicionada aos procedimentos metodológicos utilizados para se conseguir alcançar os objetivos propostos; na quarta parte são apresentados e analisados os resultados encontrados; e finalmente, na última parte, apresentam-se as considerações finais acerca da pesquisa realizada.



REFERENCIAL TEÓRICO

Processos decisórios e finanças comportamentais

A tomada de decisão está intrinsecamente ligada a diversas áreas do conhecimento, principalmente na área dos negócios. Segundo Ribeiro (2015), o sucesso de uma empresa tem relação direta com as decisões tomadas por seus gestores. A tomada de decisão seja na área estratégica, financeira ou de investimentos, pode gerar consequências, tanto positivas, quanto negativas, impactando o futuro de uma organização (SILVA BRASILEIRO; SILVA, 2017)

Para Ribeiro (2015), os indivíduos envolvidos no processo de tomada de decisão podem ser considerados um grande diferencial competitivo, já que são peça chave para o sucesso ou fracasso de uma organização. Diante disto, é possível entender a importância que esse tomador de decisão tem e a atenção que ele precisa receber pelo campo científico.

Até pouco tempo antes do trabalho de Kahneman e Tversky (1979) o processo decisório era tido como algo já eficiente, com tudo estabelecido, todas as variáveis que poderiam afetar o mercado pareciam ter sido estudadas e compreendidas, porém o estudo deles causou um impacto tão considerável que mudou o rumo desse pensamento.

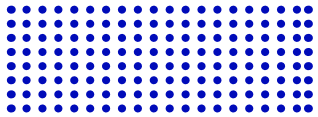
Os estudos da contabilidade comportamental estão inseridos na identificação de como as falhas cognitivas, os atalhos mentais e os julgamentos podem influenciar o processo de decisão dos usuários externos e internos e como essas estruturas comportamentais podem determinar quebra de paradigmas no mundo empresarial (LUCENA; FERNANDES; SILVA, 2011). Ferreira (2008) enfatiza a falta de controle que o indivíduo apresenta diante de seu comportamento econômico, não tendo conhecimento suficiente sobre o processo de tomada de decisão.

Na visão de Barberis e Thaler (2003), o mercado financeiro é composto por pessoas, consideradas complexas, e que podem não ter acesso às informações de forma oportuna, como também comportar-se de maneira equivocada ao processá-las. O autor também destaca que as pessoas compreendem as informações de forma diferente umas das outras, baseadas em suas crenças e valores, cuja adaptação se dá de forma individual, podendo ser inferior à dos acontecimentos do mercado financeiro.

As Finanças Comportamentais vêm ganhando crescente reconhecimento no mundo acadêmico e fora dele, a qual seu traço distintivo é a incorporação de conceitos de outras áreas, como a psicologia e a sociologia, junto à economia para explicar as decisões financeiras dos indivíduos (MILANEZ, 2003)

Para Silva Brasileiro e Silva (2017), as Finanças Comportamentais surgem como forma de compreender a mente do investidor e seu comportamento, considerado irracional. Dessa forma, vem contestar a racionalidade na tomada de decisão pregada pelas Teorias Econômicas Tradicionais.

Basso, Kimura e Krauter (2003) enfatizam que as finanças comportamentais partem do princípio de que algumas variáveis econômicas não podem ser descritas pelas



condições de equilíbrio preconizadas pela teoria moderna, que se baseia na busca da maximização da utilidade esperada, mas sim que os agentes financeiros tomam decisões que muitas vezes são inconsistentes com atitudes baseadas em expectativas racionais. Logo ela não vem para substituir os pressupostos da teoria tradicional, mas incluir novos aspectos em suas análises.

Dentre todas as abordagens alternativas à teoria da utilidade esperada, a mais utilizada pelos pesquisadores de Finanças Comportamentais é a Teoria dos Prospectos, proposta por Kahneman e Tversky (1979).

Teoria dos prospectos

Na Teoria dos Prospectos, opondo-se à teoria da utilidade esperada, é argumentado que cada decisão tende a ser avaliada de forma independente. Ela assume que a avaliação dos valores dos prospectos é baseada em variações de riqueza, ao invés de nível de riqueza. Os pesos dados às decisões não coincidem com o valor das probabilidades e são tomados alicerçados em decisões heurísticas, que são medidos através das equivalentes certezas, onde é atribuído um peso maior aos eventos certos em detrimento dos eventos que são prováveis (PEREIRA; SILVA; TAVARES, 2017).

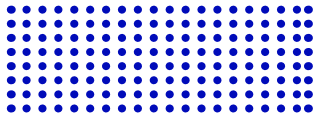
Para Yoshinaga *et al.* (2008), uma etapa fundamental quando se procura modelar fenômenos financeiros como o comportamento dos preços dos ativos é a suposição de premissas sobre as preferências dos investidores, sobre como estes avaliam os riscos envolvidos em uma decisão. A grande maioria de modelos assume que os investidores avaliam as alternativas considerando a sua utilidade esperada, no entanto, pesquisas empíricas demonstraram que as pessoas não seguem tais abordagens normativas quando tomam muitas de suas decisões.

Muitos autores além de Kahneman e Tversky passaram a publicar estudos científicos voltados a área das finanças comportamentais questionando a racionalidade no processo decisório, sendo os vieses e as heurísticas de julgamento alvo de muitas pesquisas. Bazerman (2004), por exemplo, compartilha a visão que decisores podem ser valer de heurísticas para simplificar o processo decisório. Da mesma forma, Baker e Nofsinger (2002) defendem que vieses cognitivos e emocionais interferem no processo decisório, especialmente quando se trata de decisões financeiras.

Segundo Quintanilha e Silva Macedo (2013), a Teoria dos Prospectos apresenta cinco vieses cognitivos que estão relacionados com a capacidade de influenciar o comportamento do indivíduo, na tomada de decisão, são os efeitos: certeza, reflexão, isolamento, formulação e ilusão monetária, aqui neste estudo serão explanados e analisados os três primeiros.

O efeito reflexão implica aversão a risco quando a perspectiva é positiva, e busca por risco quando a perspectiva é negativa, ou seja, os indivíduos sobrevalorizam resultados certos em comparação com resultados prováveis (TORRALVO, 2010). Cabe ressaltar que esse resultado diverge do preconizado na teoria da utilidade esperada que supõe que as pessoas escolhem apenas aversão ao risco.

No efeito certeza tem-se que as pessoas procuram ponderar menos os resultados



que são prováveis em relação aos resultados que são considerados certos. Por outro lado, quando é possível ganhar, porém de baixa probabilidade, a maioria das pessoas escolhe a alternativa que oferece maior ganho (FAVERI *et al.*, 2013)

O efeito isolamento, para Torralvo (2010), está relacionado ao descarte de componentes comuns de alternativas pelos respondentes, que acabam por focar somente sobre os fatores distintos entre as alternativas. Ferreira (2008) afirma que a forma como a situação é apresentada ao tomador de decisão pode influenciar seu processo decisório, levando-o a decisões contraditórias em situações em que a posição final dos bens seria equivalente.

O objetivo de apresentação do prospecto é organizar e reformular as escolhas para facilitar o processo de avaliação e escolha, onde são realizadas operações que transformam os resultados e as probabilidades associadas com cada prospecto (PEREIRA; SILVA; TAVARES, 2017).

Percepção do risco e aversão as perdas

Outro conceito trabalhado pelas Finanças Comportamentais é a aversão à perda proposto pela primeira vez por Kahneman e Tversky (1979), esse conceito baseia-se na constatação de que as pessoas sentem muito mais a dor da perda do que o prazer obtido com um ganho equivalente.

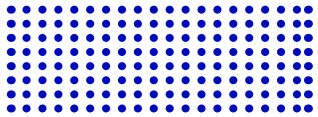
A aversão à perda diz respeito ao fato do ser humano ser avesso ao risco para ganhos, mas propenso a riscos para se evitar perdas. Diante da possibilidade de perdas, o ser humano se arrisca para evitá-la. Já em relação a ganhos, o comportamento é oposto. Prefere-se o ganho considerado certo a arriscar-se por novos ganhos (MELO; SILVA, 2010).

Uma das consequências da heurística aversão a perdas é que somos levados ao medo de desperdiçar boas oportunidades de investimentos, nos deixando expostos à possíveis armadilhas disfarçadas de “oportunidades imperdíveis”. A segunda consequência da heurística é que esta pode fazer com que um agente insista em investir em investimentos sem perspectiva futura de melhora, seja pelo medo da dor de ter prejuízos, seja pela recusa em admitir eventuais erros na escolha da aplicação. E a terceira é que o investidor pode acabar por liquidar precipitadamente as posições lucrativas e ainda promissoras, por receio de perder o que já foi ganho. (SOUZA, 2017).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem sua tipologia classificada como pesquisa explicativa, pois o intuito não é apenas descrever se há influência do curso no processo de decisão racional dos alunos que participam dele, mas além disso demonstrar como essa influência ocorre, quais as razões ou variáveis que influenciam, ou se não há influência, como é que se pôde chegar a essa constatação. Enquadrando-se ainda como quantitativa e uso do método Survey para coleta dos dados, cujo intuito é apresentar o comportamento da população que fará parte da amostra por meio de questionário.

Durante a construção do problema de pesquisa também foi onde houve o delineamento de qual o público alvo do estudo, buscando-se por conveniência aplicar a pesquisa a



um público acessível, devido ao fator tempo e também com a preocupação que a população envolvida no estudo fosse ligada de alguma forma a área das Ciências Sociais Aplicadas ou houvesse envolvimento com a área financeira, para que fosse possível vislumbrar como os profissionais voltados a esse mercado vem se comportando com relação ao processo decisório.

Diante disso, o universo ou população escolhida foi composta pelas três turmas, existentes em 2019, do curso de Gestão Financeira oferecidos pela Instituição FIP (Faculdades Integradas de Patos), na região da cidade de Campina Grande, totalizando em média de 40 alunos, divididos em iniciantes, intermediários e concluintes, caracterizando-se por uma amostra não-probabilística. Logo a amostra foi composta pelos alunos respondentes do questionário proposto, formulado e disponibilizado por meio da plataforma online “Google Docs”, além da impressão desse mesmo questionário levado a sala de aula das turmas iniciante e intermediária, devido a não obtenção de respostas desses alunos online.

As questões apresentadas são quase todas de caráter dicotômico, cuja única que foge à regra seria a que enquadraria a resposta dos alunos quanto ao estágio do curso. O estudo visa fazer uma replicação do questionário utilizado por Kahneman e Tversky (1979), para analisar as decisões da população amostrada diante das alternativas hipotéticas de ganhos e perdas, partindo do pressuposto que as escolhas quanto aos problemas propostos nos questionários refletem as decisões dos questionados em situações reais. Questionário disponibilizado em Anexo.

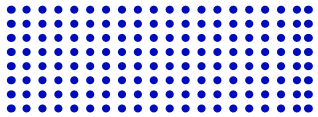
Três variáveis específicas foram utilizadas: o efeito isolamento, o efeito reflexão e o efeito certeza, logo a categorização quanto ao questionário é feita da seguinte forma. As questões de 3 a 10 buscam verificar a existência do viés comportamental “efeito certeza”, a partir do qual as pessoas tendem a sobrevalorizar os resultados considerados certos.

Para constatar a existência do chamado “efeito reflexão”, que prevê comportamentos distintos dos indivíduos em situações que envolvam ganhos num determinado momento, e perda em um instante posterior, são confrontadas as respostas de quatro pares de questões: 5 e 11, 6 e 12, 9 e 13, 10 e 14.

Quanto a questão 15 é voltada a um tipo de seguro probabilístico, que é atraente, pois no caso do seguro tradicional, o enunciado afirma que o decisor não tem preferência clara entre contratar esse seguro e deixar seu patrimônio sem cobertura, dessa forma, como o seguro probabilístico colaboraria para reduzir, ainda que parcialmente, a probabilidade de perda, seria viável esperar, de tomadores de decisão estritamente racionais, a opção por esse tipo de seguro.

Para aferição da existência do chamado “efeito isolamento” será analisado o par de questões 6 e 16, que segundo as utilidades envolvidas são duas questões exatamente idênticas, neste sentido um decisor estritamente racional deveria selecionar o mesmo prospecto em ambas questões.

Com relação as questões 17 e 18, indicam alterações na riqueza podendo precipitar mudanças de preferências dos decisores, mas também devem ser levadas em consideração que escolher prospectos diferentes em problemas cujos resultados são equivalentes, em termos de utilidade esperada, seria algo que violaria os princípios da Teoria dos Pros-



pectos ou da Utilidade Esperada.

Após essa análise inicial da existência ou não dos efeitos ora analisados, faz necessário por tabulação dos dados a separação por estágio do curso para que se possa analisar se haverá influência, verificando se tanto o questionário dos alunos iniciantes como os concluintes possuem a presença dos três efeitos apresentados e em que grau, se aumentam ou diminuem conforme o nível do curso, ou não há mudança no cenário independente do estágio ao qual o aluno se encontra.

A presença desses efeitos indica que os indivíduos utilizam uma série de fatores resultantes do uso de vieses cognitivos e emocionais nas tomadas de decisão, que formam a tríade dos argumentos da Teoria dos Prospectos.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A população composta pelas três turmas de Finanças ministradas pela FIP sediada em Campina Grande levou a uma amostra de 31 respondentes, distribuída conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Informações gerais da amostra

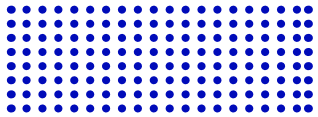
	Iniciante	Intermediário	Concluinte	Total	Total %
Feminino	5	8	10	23	74,20%
Masculino	2	3	3	8	25,80%
Total	7	11	13	31	100%
Total %	22,60%	35,50%	41,90%	100%	

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Após especificada qual a amostra do estudo, foi verificado a presença ou ausência dos três vieses já mencionados, para levar a constatação se as respostas foram puramente racionais, ou possuem vieses cognitivos, demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2 - Resultados dos Efeitos Certeza, Reflexão e Utilidade

Problema	Prospecto	Resultado Geral
1	A (33% \$2500, 66% \$2400, 1% \$0) B (100% \$2400)	41,9% 58,1%
2	A (33% \$2500, 67% \$0) B (34% \$2400, 66% \$0)	32,3% 67,7%
3	A (80% \$4000, 20% \$0) B (100% \$3000)	38,7% 61,3%
4	A (20% \$4000, 80% \$0) B (25% \$3000, 75% \$0)	45,2% 54,8%
5	A (50% viagem Inglaterra, França e Itália/ 50% nada) B (100% viagem Inglaterra)	25,8% 74,2%
6	A (5% viagem Inglaterra, França e Itália/ 95% nada) B (10% viagem Inglaterra, 90% nada)	35,5% 64,5%
7	A (45% \$6000, 55% \$0) B (90% \$3000, 10% \$0)	29% 71%



8	A (0,1% \$6000, 99,9% \$0) B (0,2% \$3000, 99,8% \$0)	54,8% 45,2%
9	A (80% -\$4000, 20% \$0) B (100% -\$3000)	77,4% 22,6%
10	A (20% -\$4000, 80% \$0) B (25% -\$3000, 75% \$0)	45,2% 54,8%
11	A (45% -\$6000, 55% \$0) B (90% -\$3000, 10% \$0)	80,6% 19,4%
12	A (0,1% -\$6000, 99,9% \$0) B (0,2% -\$3000, 99,8% \$0)	61,3% 38,7%
13	Seguro probabilístico: A - Sim B - Não	41,9% 58,1%
14	A (80% \$4000, 20% \$0) B (100% \$3000)	19,4% 80,6%
15	A (50% \$1000, 50% \$0) B (100% \$500)	29% 71%
16	A (50% -\$1000, 50% \$0) B (100% -\$500)	58,1% 41,9%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

De acordo com os dados da tabela 2 é possível verificar a presença dos efeitos certeza, reflexão e isolamento. Os problemas de 1 à 8 são referentes ao primeiro efeito. No problema 1(questão 3), 3(questão 5) e 5(questão 7), segundo o que postula o Efeito Certeza, espera-se que a maioria dos respondentes tenha optado pela alternativa B, preferindo a certeza do ganho.

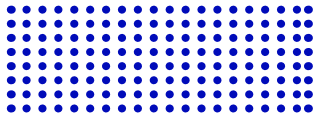
Sendo assim demonstradas, respectivamente a fórmula da Utilidade dessas questões: $0,33 \times U(2.500) + 0,66 \times U(2.400) < U(2.400)$; $0,80 \times U(4.000) < 1,00 \times U(3.000)$; e $0,50 \times U(\text{viagem de 3 semanas}) < 1,00 \times U(\text{viagem de 1 semana})$. Conforme o resultado da amostra 58,1%, 61,3%, e 74,2% dos respondentes, respectivamente, optaram pelo item B, confirmando a presença do efeito.

Nos problemas 2(questão 4), 4(questão 5) e 6 (questão 8), espera-se que a maioria dos respondentes tenha optado pela alternativa A, indicando preferência do maior ganho (já que não há alternativa cujo ganho seja certo) mesmo com uma chance percentual menor. Sendo assim demonstrado respectivamente $0,33 \times U(2.500) > 0,34 \times U(2.400)$; $0,20 \times U(4.000) > 0,25 \times U(3.000)$; e $0,05 \times U(\text{viagem de 3 semanas}) > 0,10 \times U(\text{viagem de 1 semana})$.

Quando analisado o percentual de respostas efetivamente inconsistentes dos três problemas, observa-se que a minoria dos respondentes apresentou inconsistência em suas escolhas (32,3%), (45,2%) e 35,5%, nessa ordem. Logo, não se pode afirmar a presença de enviesamento no processo decisório dos respondentes.

Com relação aos problemas 7 e 8 (questões 9 e 10), espera-se que a maioria dos respondentes tenha optado pelas alternativas B e A, nesta ordem, indicando preferência de maior probabilidade de ganho e maior ganho. Sendo assim: $0,45 \times U(6.000) < 0,90 \times U(3.000)$ e $0,001 \times U(6.000) > 0,002 \times U(3.000)$. Os resultados foram fiéis ao esperado, demonstrando a presença do viés certeza em ambas as questões, com as seguintes porcentagens: 71% e 54,8%, respectivamente.

No caso do Efeito reflexão, o qual espera-se que os indivíduos no domínio das per-



das tenham maior propensão ao risco e no domínio dos ganhos, aversão a eles, analisados nas comparativas dos problemas 3 e 9(questão 11), 4 e 10(questão 12), 7 e 11(questão 13), 8 e 12(questão 14), os quais utilizam valores e porcentagens iguais, sendo que no primeiro problema do par o indivíduo se arrisca a ganhar e no segundo, a perder.

Comparando os problemas 3 e 9, no primeiro é esperado que o indivíduo opte pela opção B (o ganho certo), como ocorreu no resultado já mencionado; e no segundo espera-se que os respondentes optem pelo item A, que seria o prospecto com a maior perda monetária, resultado esse comprovado na pesquisa com porcentagem de 77,4%. Os demais pares seguem o mesmo raciocínio.

Contrastando os problemas 4 e 10, no primeiro é esperado que o indivíduo opte pela opção A (indicando preferência do maior ganho), o que não ocorreu, como foi mencionado; e no segundo espera-se que os respondentes optem pelo item B, que seria o prospecto mais arriscado, resultado esse comprovado na pesquisa com porcentagem de 54,8%.

Em relação aos problemas 7 e 11, no primeiro é esperado que o indivíduo opte pela opção B (indicando preferência de maior probabilidade de ganho), como ocorreu no resultado já mencionado; e no segundo espera-se que os respondentes optem pelo item A, que seria o prospecto com a maior perda monetária, resultado esse comprovado na pesquisa com porcentagem de 80,6%.

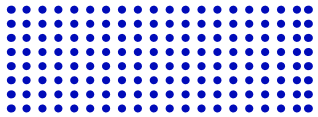
Contrastando os problemas 8 e 12, no primeiro é esperado que o indivíduo opte pela opção A (indicando preferência do maior ganho), como ocorreu no resultado já mencionado; e no segundo espera-se que os respondentes optem pelo item B, que seria o prospecto mais arriscado, resultado não comprovado na pesquisa com porcentagem de 38,7%.

A análise das questões 4 e 14 objetiva testar a existência do Efeito Isolamento, viés que pode ser observado quando, diante de situações que abrangem mais de um problema, o que envolve mais de uma decisão, tende-se a realizar avaliações caso a caso.

Nestas questões apresentadas ao invés de serem analisadas conjuntamente (e ainda mais estando os respondentes habituados a tomarem decisões em pouco tempo, atentando somente para dados diferenciados, quando os mesmos podem estarem indicando a mesma equivalência, porém apresentados de forma diferente), foram realizadas avaliações caso a caso, e ambas apresentam a mesma proporção de riscos, ganhos ou perdas, porém com um contexto e mascaramento diferente.

Nos resultados obtidos nota-se que em ambos os problemas a prevalência foi pelo item B ao invés de A, 80,6% e 54,8% respectivamente, demonstrando uma diferença de 25,8%, o que não deveria ocorrer já que se tratam dos mesmos dados, logo, é constatado a presença do efeito em questão, ou seja, as pessoas não analisam as informações de modo integralmente racional, na forma conjunta dos dados.

Com relação ao problema 13 (questão 15), é esperado pela Teoria da Utilidade que prega a racionalidade dos indivíduos, que os respondentes optem pelo seguro probabilístico, pois mesmo que ele só colabore para reduzir parcialmente a probabilidade de perda, seria mais viável que deixar o imóvel descoberto de qualquer proteção de seguro. Nos dados coletados, com maioria de 58,1% os respondentes optaram por não quererem o seguro, o



que fere claramente a perspectiva de uma decisão racional.

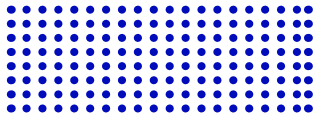
E para finalizar, os problemas 15 e 16 (questões 17 e 18), objetivam verificar se alterações na riqueza podem precipitar mudanças de preferências de decisores, nesse caso, respondentes estritamente racionais escolheriam o mesmo prospecto em ambas as questões, o que não foi observado nos resultados obtidos, onde na primeira questão 71% escolheram a opção B, e na segunda, 58,1% escolheram a opção A.

Com relação aos resultados encontrados, muitos deles estão em conformidade com os achados nos estudos de Kahneman e Tversky (1979), Yoshinaga e Ramalho (2014) e Torralvo (2010).

Após os resultados obtidos quanto a comprovação da Teoria dos Prospectos, por meio da presença de vieses cognitivos nos processos decisórios, outro objetivo pautado pelo estudo é a verificação do impacto ou não do curso de Gestão Financeira da FIP na racionalidade dos respondentes. Resultados estes apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 - Resultados dos Efeitos Certeza, Reflexão e Utilidade

Problemas	Resultado Individualizado A	Resultado Individualizado B
1	57,14% Iniciante 45,54% Intermediário 30,77% Concluinte	42,86% Iniciante 54,46% Intermediário 69,23% Concluinte
2	14,29% Iniciante 36,36% Intermediário 38,46% Concluinte	85,71% Iniciante 63,64% Intermediário 61,54% Concluinte
3	57,14% Iniciante 45,45% Intermediário 23,08% Concluinte	42,86% Iniciante 54,55% Intermediário 76,92% Concluinte
4	42,86% Iniciante 36,36% Intermediário 53,84% Concluinte	57,14% Iniciante 63,64% Intermediário 46,16% Concluinte
5	57,14% Iniciante 27,27% Intermediário 7,69% Concluinte	42,86% Iniciante 72,73% Intermediário 92,31% Concluinte
6	42,86% Iniciante 27,27% Intermediário 38,46% Concluinte	57,14% Iniciante 72,73% Intermediário 61,54% Concluinte
7	28,57% Iniciante 27,27% Intermediário 30,77% Concluinte	71,43% Iniciante 72,73% Intermediário 69,23% Concluinte
8	57,14% Iniciante 63,64% Intermediário 46,15% Concluinte	42,86% Iniciante 36,36% Intermediário 53,85% Concluinte
9	100% Iniciante 90,91% Intermediário 53,85% Concluinte	0% Iniciante 9,09% Intermediário 46,15% Concluinte
10	28,57% Iniciante 45,45% Intermediário 53,85% Concluinte	71,43% Iniciante 54,55% Intermediário 46,15% Concluinte
11	85,72% Iniciante 81,82% Intermediário 76,92% Concluinte	14,28% Iniciante 18,18% Intermediário 23,08% Concluinte
12	71,43% Iniciante 63,64% Intermediário 53,85% Concluinte	28,57% Iniciante 36,36% Intermediário 46,15% Concluinte
13	42,86% Iniciante 45,45% Intermediário 38,46% Concluinte	57,14% Iniciante 54,55% Intermediário 61,54% Concluinte



14	28,57% Iniciante 9,09% Intermediário 23,08% Concluinte	71,43% Iniciante 90,91% Intermediário 76,92% Concluinte
15	42,86% Iniciante 27,27% Intermediário 23,08% Concluinte	57,14% Iniciante 72,73% Intermediário 76,92% Concluinte
16	57,14% Iniciante 54,55% Intermediário 61,54% Concluinte	42,86% Iniciante 45,45% Intermediário 38,46% Concluinte

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

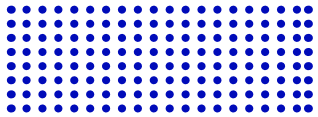
De acordo com os dados da Tabela 3, é possível verificar que o curso gerou um impacto significativo no que diz respeito ao efeito certeza dos alunos, das 8 questões que medem esse efeito, em seis delas foi possível diagnosticar que os alunos concluintes, tomaram decisões mais pautadas em certezas, escolhendo assim as opções com ganho certo ou com maior ganho, pautados no que aborda o efeito certeza.

A nível de melhor explicação, no problema 1, por exemplo, enquanto os iniciantes numa proporção de 42,86% e os intermediários 54,46%, escolheram a opção B, os concluintes foram os que obtiveram a maior porcentagem dessa escolha (69,23%). O mesmo segue para as demais questões problemas até a sexta, porém no caso da quatro e seis, os intermediários obtiveram uma porcentagem um pouco menor que os iniciantes, mesmo assim, os respondentes concluintes superaram os demais.

No que diz respeito ao efeito reflexão, foi possível observar que conforme o nível do curso dos estudantes aumentam, os mesmos optaram por arriscar menos com relação as perdas, pois como o efeito reflexão afirma, para as perdas a probabilidade é que os respondentes arrisquem mais, o que vai contra a Teoria da Utilidade, que prega a racionalidade nas decisões, então se respaldando nesta ótica o curso pode ter vindo a influenciar no processo de riscos corridos com relação a possíveis perdas, levando os estudantes ao adquirirem mais conhecimento da área financeira, a repensarem bem antes de arriscar-se mais.

Para melhor exemplificação pode notar essa evidencia nas porcentagens da questão 9, a qual 100% dos iniciantes optou por arriscar-se mais, em comparação com 90,91% dos alunos intermediários, e 53,85% dos concluintes, a mesma direção se observa nos problemas 10 e 11. Com relação aos ganhos, não há evidências significativas de influência do curso no processo de decisão dos alunos, apresentando uma proporção média, de 50% dos respondentes em nível concluinte superar os níveis antecedentes em duas questões, e em outras duas não.

Com relação ao efeito isolamento, e a presença de alteração na riqueza impactar no processo decisório, não foi possível notar influência do curso na melhora dos processos decisórios dos alunos, logo os mesmos ainda possuem dificuldades ao analisar decisões em conjunto, havendo melhor engajamento na resolução de problemas isolados, onde a presença de mudanças com relação ao acúmulo de riquezas impacta no momento decisório, o que é justificável pela caracterização e cultura que são inerentes do ser humano e do contexto social a qual está inserido.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual trabalho buscou verificar como está pautado o comportamento racional decisório de profissionais voltados a área financeira, mais especificamente a profissionais que estão cursando ou finalizaram recentemente cursos de gestão em finanças, por ser uma área totalmente vinculada ao mercado econômico e se ver rodeada diariamente de demandas que exigem tomadas de decisões. Para isto, o presente artigo selecionou alunos do curso específico de Gestão Financeira da FIP, da cidade de Campina Grande.

Em conformidade com os objetivos propostos e a problemática, que permeia em meio aos estudos de finanças comportamentais, e ainda tomando como base a Teoria dos Prospectos, inicialmente desenvolvida por meio dos estudos de Kahneman e Tversky (1979), passando a alcançar ampla aderência de muitos outros estudiosos ao longo do tempo, buscou-se constatar a presença ou ausência dos efeitos certeza, isolamento e reflexão nas decisões tomadas pelos respondentes por meio do questionário base dos autores citados.

Diante dos dados obtidos foi possível constatar a presença de todos os efeitos testados, tanto nos alunos iniciantes, quanto nos intermediários e nos concluintes, resultados esses demonstrados em porcentagens nas tabelas 2 e 3, explicados também com mais afinco em seguida.

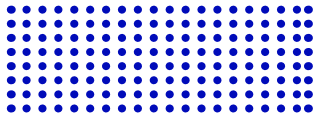
Após a detecção da presença dos efeitos e comprovação do que é pautado na Teoria dos Prospectos, foi verificado também se os alunos concluintes ao curso possuíam probabilidades diferentes dos alunos iniciantes, comparando também entre si, a racionalização de alunos que se encontram na metade do curso.

Diante das análises realizadas, foi possível sim verificar certo uma mudança de escolhas e direcionamentos, com a elevação do grau de instrução, no que tange aos vieses certeza e reflexo, levando a constatação de que o curso impactou no processo de tomada de decisão dos estudantes. Impacto este que não foi notado no efeito isolamento e quando se jogou a variável acúmulo de riqueza no meio das decisões a serem tomadas.

Quanto as limitações, assim como afirmam Kahneman e Tversky (1979), podem surgir questionamentos quanto a validade do método e a generalização dos resultados devido ao uso de prospectos hipotéticos, pois por não existirem valores reais em jogo os respondentes podem assumir uma postura de maior propensão ao risco, no entanto, esse estudo parte do pressuposto que as escolhas quanto aos problemas propostos nos questionários refletem as decisões dos questionados em situações reais.

Como sugestões futuras é indicado levar em consideração outras variáveis demográficas para melhor direcionar o processo de análise comportamental, o que já dependeria de uma população mais abrangente e colocação de outros questionamentos, assim como observar se a mudança de gênero também impacta no processo decisório.

O estudo buscou agregar conhecimento aos leitores e direcionar a instituição analisada, assim como outras, que possuam a mesma finalidade de eficiência em seus cursos, a buscarem indagar-se se os métodos aplicados de ensino estão de fato correspondendo às expectativas esperadas, servindo essa pesquisa de base, mas não podendo ter seus



resultados generalizados as outras turmas, cursos e instituições.

REFERÊNCIAS

BAKER, H. K. NOFSINER, J. R. Psychological biases of investors. *Financial Services Review*. S. 1, v.11, n.2, 2002.

BARBERIS, N.; THALER, R. A survey of behavioral finance. *Handbook of the Economics of Finance*, v. 1, p. 1053-1128, 2003.

BASSO, L.F.C.; KIMURA, H. e KRAUTER, E. Finanças comportamentais: investigação do comportamento decisório dos agentes brasileiros de acordo com a teoria do prospecto de Kahneman & Tversky. In: ASSEMBLÉIA DO CONSELHO LATINO-AMERICANO DAS ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO, 38, Lima. Anais... Lima: CLADEA, 2003. 1 CD-ROM.

BATEMAN, Connie Rae; FRAEDRICH, John Paul; IYER, Rajesh. Framing effects within the ethical decision making process of consumers. *Journal of Business Ethics*, v. 36, n. 1, p. 119-140, 2002.

BAZERMAN, M.H. Processos decisórios – para cursos de administração, economia e MBAs. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CARDOSO, R. L.; RICCIO, E.; LOPES, A. B. O processo decisório em um ambiente de informação contábil: um estudo usando a teoria dos prospectos. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, v. 5, n. 2, p. 85-95, 2008.

CUSINATO, R. T. Teoria da decisão sob incerteza e a hipótese da utilidade esperada: conceitos analíticos e paradoxos. 2003. 181 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FAVERI, D. B. *et al.* Teoria do Prospecto: uma Investigação dos Efeitos Certeza, Reflexão e Isolamento na Tomada de Decisão Envolvendo Risco. X SEGet Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende, 2013.

FERNANDES, F. C.; KLANN, R. C.; FIGUEREDO, M. S. A utilidade da informação contábil para a tomada de decisões: uma pesquisa com gestores alunos. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 22, n. 3, p. 99-126, 2011.

FERREIRA, V.R.M. Psicologia econômica: como o comportamento econômico influencia nas nossas decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

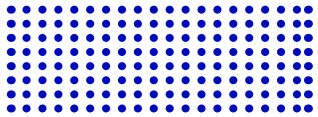
KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Prospect theory: An analysis of decisions under risk. *Econometrica*, v. 47, p. 263-291, 1979. https://doi.org/10.1142/9789814417358_0006.

LUCENA, W. G. L.; FERNANDES, M. S. A.; SILVA, J. D. G. A contabilidade comportamental e os efeitos cognitivos no processo decisório: Uma amostra com operadores da contabilidade. *Revista Universo Contábil*, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 41-58, set. 2011. ISSN 1809-3337. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20117>.

MARTINS, J. D. M. *et al.* O efeito framing na tomada de decisão contábil: Perspectiva dos profissionais de contabilidade dos estados do Rio Grande do Norte e Pará. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 3, n. 3, p. 140-161, 2013.

MELO, C. L. L.; SILVA, C. A. T. Finanças comportamentais: um estudo da influência da faixa etária, gênero e ocupação na aversão à perda. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 4, n. 8, p. 3-23, 2010.

MILANEZ, D. Y. Finanças comportamentais no Brasil. 53f. Dissertação (Mestrado em Economia das Instituições e do Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.



PEREIRA, I. V.; SILVA, C. A. T.; TAVARES, E. P. Comportamento decisório dos contadores sob a perspectiva da teoria do prospecto. *Revista Ambiente Contábil*, v. 9, n. 2, p. 222-239, 2017.

PUTRI, N. K.; AROFAH, T. The impact of risk report formats on investment analyst decisions: an experimental case from Indonesia. *Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance*, v. 9, n. 1, p. 89-112, 2013.

QUINTANILHA, T. M.; SILVA MACEDO, M. A. Análise do comportamento decisório sob a perspectiva das heurísticas de julgamento e da teoria dos prospectos: um estudo com discentes de graduação em ciências contábeis. *Revista de Informação Contábil*, v. 7, n. 3, p. 1-24, 2013.

RIBEIRO, I. Implicações da Obra de March e Simon para as Teorias das Organizações e Tomada de Decisão. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, v. 14, n. 4, p. 149-159, 2015.

SILVA, R. F. M. *et al.* Finanças Comportamentais: um estudo comparativo utilizando a teoria dos prospectos com os alunos de graduação do curso de ciências contábeis. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 11, n. 33, p. 383-403, 2009.

SILVA BRASILEIRO, S. H.; SILVA, A. V. O processo de tomada de decisão em cenários financeiros: uma revisão teórica. *Blucher Education Proceedings*, v. 2, n. 1, p. 220-228, 2017.

SOUZA, F. N. Finanças comportamentais: uma comparação entre grupos de estudantes com foco no princípio de aversão à perda. 2017.

TORRALVO, C. F. Finanças comportamentais: uma aplicação da teoria do prospecto em alunos brasileiros de pós-graduação. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

YOSHINAGA, C. E. *et al.* Finanças Comportamentais: uma introdução. *REGE Revista de Gestão*, v. 15, n. 3, p. 25-35, 2008.

YOSHINAGA, C. E.; RAMALHO, T. B. Finanças Comportamentais no Brasil: uma aplicação da teoria da perspectiva em potenciais investidores. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 16, n. 53, p. 594-615, 2014.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS

1. Sexo

Feminino / Masculino

2. Estágio do curso

Iniciante / Intermediário / Concluinte

3. Qual das duas alternativas você prefere?

Alternativa A (33% de chances de ganhar \$2500, 66% de chances de ganhar \$2400, 1% de chances de ganhar \$0)

Alternativa B (100% de chances de ganhar \$2400)

4. Qual das duas alternativas você prefere?

Alternativa A (33% de chances de ganhar \$2500, 67% de chances de ganhar \$0)

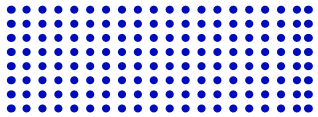
Alternativa B (34% de chances de ganhar \$2400, 66% de chances de ganhar \$0)

5. Qual das duas alternativas você prefere?

Alternativa A (80% de chances de ganhar \$4000, 20% de chances de ganhar \$0)

Alternativa B (100% de chances de ganhar \$3000)

6. Qual das duas alternativas você prefere?



Alternativa A (20% de chances de ganhar \$4000, 80% de chances de ganhar \$0)

Alternativa B (25% de chances de ganhar \$3000, 75% de chances de ganhar \$0)

7. Qual das duas alternativas você prefere?

Alternativa A (50% de chances de ganhar uma viagem de três semanas para a Inglaterra, França e Itália / 50% de chances de não ganhar nada)

Alternativa B (100% de chances de ganhar uma viagem de uma semana para a Inglaterra)

8. Qual das duas alternativas você prefere?

Alternativa A (5% de chances de ganhar uma viagem de três semanas para a Inglaterra, França e Itália / 95% de chances de não ganhar nada)

Alternativa B (10% de chances de ganhar uma viagem de uma semana para a Inglaterra / 90% de chance de não ganhar nada)

9. Qual das duas alternativas você prefere?

Alternativa A (45% de chances de ganhar \$6000, 55% de chances de ganhar \$0)

Alternativa B (90% de chances de ganhar \$3000, 10% de chances de ganhar \$0)

10. Qual das duas alternativas você prefere?

Alternativa A (0,1% de chances de ganhar \$6000, 99,9% de chances de ganhar \$0)

Alternativa B (0,2% de chances de ganhar \$3000, 99,8% de chances de ganhar \$0)

11. Qual das duas alternativas você prefere?

Alternativa A (80% de chances de perder \$4000, 20% de chances de perder \$0)

Alternativa B (100% de chances de perder \$3000)

12. Qual das duas alternativas você prefere?

Alternativa A (20% de chances de perder \$4000, 80% de chances de perder \$0)

Alternativa B (25% de chances de perder \$3000, 75% de chances de perder \$0)

13. Qual das duas alternativas você prefere?

Alternativa A (45% de chances de perder \$6000, 55% de chances de perder \$0)

Alternativa B (90% de chances de perder \$3000, 10% de chances de perder \$0)

14. Qual das duas alternativas você prefere?

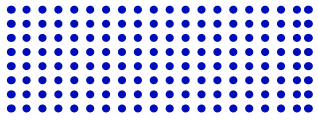
Alternativa A (0,1% de chances de perder \$6000, 99,9% de chances de perder \$0)

Alternativa B (0,2% de chances de perder \$3000, 99,8% de chances de perder \$0)

15. Suponha que você esteja considerando a possibilidade de segurar um imóvel contra algum dano, como por exemplo, incêndio ou roubo. Depois de examinar os riscos e as prestações mensais (prêmio do seguro), você não encontra uma clara preferência entre a opção de adquirir o seguro e a opção de deixar o imóvel sem seguro. Porém, chama-lhe a atenção que a seguradora está oferecendo um novo produto chamado SEGURO PROBABILÍSTICO. Nesse produto, você paga inicialmente metade das prestações de um seguro tradicional. No caso de um acidente, exige uma probabilidade de 50% de que você pague a outra metade das prestações e que a seguradora cubra todas as perdas ou então 50% de chance de que você receba o valor já pago e não seja ressarcido em mais nada. Por exemplo, se o acidente ocorre em um dia ímpar, você paga a outra metade das prestações e tem as perdas ressarcidas. Se o acidente ocorre em um dia par, então a seguradora lhe devolve as prestações pagas e as perdas não são cobertas. Lembre-se de que as prestações do seguro tradicional equivalem praticamente ao custo do imóvel segurado. Sob essas circunstâncias, você prefere comprar o SEGURO PROBABILÍSTICO?

Sim ou Não

16. Considere um jogo de dois estágios. No primeiro estágio, existe uma probabilidade de 75% de



que o jogo termine sem que você ganhe nada e uma probabilidade de 25% de que se mova ao segundo estágio. Se você atingir o segundo estágio, você pode escolher entre as alternativas a seguir. Observe que a escolha deve ser feita antes do início do jogo.

Alternativa A (80% de chances de ganhar \$4000, 20% de chances de ganhar \$0)

Alternativa B (100% de chances de ganhar \$3000)

17. Além dos recursos que possui, você recebeu mais \$1000. Agora, você deve escolher entre as alternativas a seguir.

Alternativa A (50% de chances de ganhar \$1000, 50% de chances de ganhar \$0)

Alternativa B (100% de chances de ganhar \$500)

18. Além dos recursos que possui, você recebeu mais \$2000. Agora, você deve escolher entre as alternativas a seguir.

Alternativa A (50% de chances de perder \$1000, 50% de chances de perder \$0)

Alternativa B (100% de chances de perder \$500)

Uma análise da percepção acadêmica de ciências contábeis sobre o estágio supervisionado frente a inserção mercadológica

**An analysis of the academic perception
of accounting sciences on the
supervised stage in front of the market
insertion**

*Felipe Borges de Santana
Jefferson David Araujo Sales
Eúde do Amor Cornélio
Esdras Antunes do Nascimento*



DOI: 10.47573/aya.88580.2.17.5

Resumo

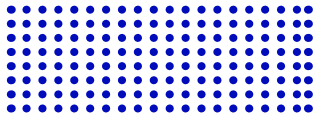
Esse estudo se propôs a criar uma análise sobre o estágio supervisionado do curso de ciências contábeis como ferramenta para a inserção mercadológica. A sua fundamentação teórica se divide em duas seções, de forma linear e metodologicamente dedutiva, a pesquisa segue do geral ao particular abordando sobre a importância da satisfação do concludente quanto a sua formação, o processo formativo do acadêmico de contabilidade, com duas subseções a relação da teoria/prática e por fim, o estágio supervisionado e sua importância formativa. O objetivo geral desse estudo foi comparar os acadêmicos concludentes que estão imersos no mercado de trabalho e os que não estão sobre a importância do estágio supervisionado no curso de ciências contábeis. A metodologia empregada segue os preceitos de uma pesquisa experimental, com abordagem qualitativa e na coleta dos dados utilizou a técnica de questionários estruturados. Com esse estudo, os resultados alcançados respondem que há uma compreensão quanto ao descompasso da prática contábil acadêmica com a prática contábil mercadológica, bem como um entendimento de que o currículo de ciências contábeis precisa passar por uma atualização de conteúdos. No entanto, a maioria dos alunos concludentes não observa a ausência de temas relevantes sobre a contabilidade tratados no estágio, mas evidenciam que o currículo de ciências contábeis da IES atende parcialmente as suas necessidades de formação.

Palavras-chave: estágio supervisionado. formação profissional contábil. inserção mercadológica. relação teoria-prática. qualidade no ensino superior.

Abstract

This study set out to create an analysis of the supervised internship in the accounting science course as a tool for market insertion. Its theoretical foundation is divided into two sections, in a linear and methodologically deductive way, the research follows from the general to the private, addressing the importance of concluding the student's satisfaction with his / her education, the accounting academic's training process, with two subsections the relationship theory / practice and finally, the supervised internship and its formative importance. The general objective of this study was to compare the concluding academics who are immersed in the job market and those who are not on the importance of the supervised internship in the accounting science course. The methodology used follows the precepts of an experimental research, with a qualitative approach and in the data collection, it used the technique of structured questionnaires. With this study, the results achieved respond that there is an understanding of the gap between academic accounting practice and marketing accounting practice, as well as an understanding that the accounting science curriculum needs to undergo a content update. However, the majority of concluding students do not observe the absence of relevant topics on accounting dealt with in the internship, but show that the IES accounting science curriculum partially meets their training needs.

Keywords: supervised internship. professional accounting training. market insertion. theory-practice relationship. quality in higher education.



INTRODUÇÃO

O processo formativo, hoje em dia, é tema de constantes pautas e as universidades têm uma maior incumbência na qualidade e satisfação desses sujeitos a serem formados. Segundo Viana, *et al.* (2013) ao se falar em qualidade da IES a partir da satisfação do aluno, os acadêmicos conducentes estão mais preparados pois possuem um maior grau de informação e conhecimento sobre a mesma, podendo com isso formular uma opinião mais consistência embasada nas experiências já vivenciadas dentro da instituição.

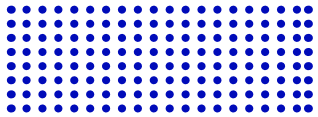
Em consonância ao estudo de Kruger *et al.* (2013), ao egressar da graduação espera-se que esteja qualificado para assumir as responsabilidades inerentes à profissão, se adapte às mudanças no contexto em que está inserido, com a finalidade de auxiliar as organizações no desempenho de suas atividades.

Uma área de grande embates acerca da formação profissional é a contabilidade, pois se trata de uma ciência social aplicada e carece dessa proximidade prática, ou até digamos aplicada socialmente, para conseguir ter maior imersão sobre o que se pratica no mercado contábil. Pinto (2018) sugere uma formação profissional pautada numa epistemologia da prática, sendo importante como um espaço de construção do conhecimento e de reflexão das situações reais. Também podendo ser amplamente difundida para aproximar a teoria da prática, consiste na realização de estágios (MELZ, RAIA, 2011) a complementação do ensino e da aprendizagem, em termos de treinamento prático, aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano (CASSUNDÉ *et al.*, 2017).

Diante dessa contextualização prévia, esse estudo teve a intenção analisar o estágio supervisionado como requisito importante na formação profissional do contador, e a partir de um experimento objetivou-se em comparar os acadêmicos concludentes que estão imersos no mercado de trabalho e os que não estão sobre a importância do estágio supervisionado no curso de ciências contábeis. E questiona-se nesse estudo: Qual é a percepção do sujeito concludente sobre o estágio do curso de ciências contábeis, interligado as demandas requeridas pelo mercado de trabalho?

Essa pesquisa justifica-se pela importância da vinculação entre o domínio das normas e princípios que regem, constroem e difundem a ciência contábil ao saber prático dessa formação. Acerca disso, Moreira (2013) reafirma a necessidade do sujeito contábil obter o domínio esperado dos saberes teóricos e práticos, sendo estes indissociados e imprescindíveis em sua formação e assim, seja emancipado com a práxis resultante do processo.

Com a finalidade de melhor apresentar os conteúdos acerca desse estudo, o mesmo foi dividido sequencialmente em duas seções teóricas, abordando a importância da satisfação do concludente quanto a sua formação, o processo formativo do acadêmico de contabilidade, com duas subseções a relação da teoria/prática e por fim, o estágio supervisionado e sua importância formativa; depois são apresentados os caminhos metodológicos traçados nessa pesquisa e por conseguinte a análise dos resultados encontrados dando embasamento para relatar os pareceres conclusivos desse estudo.



REFERENCIAL TEÓRICO

A importância da satisfação do concludente

As organizações, no cenário atual, estão cada vez mais adaptando rapidamente para desenvolver uma gestão que atenda as expectativas e necessidades de seus clientes. Esse pré-requisito não se faz diferente em organizações educacionais (LIZOTE, *et al.*, 2018), pois responde ao essencial para formação de profissionais qualificados para o exercício da profissão (CARNEIRO, 2017), ou seja, o feedback dos consumidores do serviço.

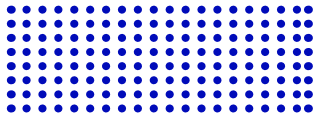
A universidade é o local adequado para a construção de conhecimento que deve contribuir para provocar transformações na própria sociedade em que está inserida. E com isso, desenvolve um papel importante atualizando, instruindo e capacitando pessoas nas mais variadas áreas, sendo que a evolução da universidade depende da constante atualização e aprimoramento das técnicas que perfazem o perfil profissiográfico da formação do cidadão dotado de sustentação científica. Por isso, percebe-se que a Universidade tem de, necessariamente, criar condições para a auto realização do estudante. (KRUGER *et al.*, 2013; BRANDALISE, *et al.*, 2013; ORO *et al.*, 2010).

Gutiérrez e Camblor (2007) dizem que os alunos satisfeitos com os serviços da IES influenciam positivamente na percepção que a sociedade e os futuros alunos têm a seu respeito, incrementando a demanda. (NASCIMENTO ET. AL, 2016). Mas avaliar a satisfação é algo complexo, pois responde a própria sobrevivência das instituições afetando-se, caso a qualidade do serviço prestado não for aquele esperado pelo público. (LIZOTE *et al.*, 2018; NASCIMENTO *et al.*, 2016; VIANA *et al.*, 2013; DIAS, THEÓPHILO, LOPES, 2010).

Não atender a tais expectativas, acredita significativa parte dos gestores de IES no Brasil, implica em menor atração de novos alunos, perda de espaço frente a “concorrência” e, conseqüentemente, perda de recursos financeiros e lucro (CRUBELLATE, MENDES, JUNIOR, 2009). Assim, buscar esse retorno dos acadêmicos ou egressos é uma ferramenta estratégica de gestão, caso isso não ocorra, a consequência é a desvalorização e a evasão, complementando estudos já realizados por autores como Dias, Theóphilo, e Lopes (2010) e Nascimento *et al.* (2013).

Ao avaliar a qualidade da IES a partir da satisfação do alunado, Brandalise *et. al.* (2013) assegura que a avaliação realizada por egressos ou concludentes pode constituir uma importante referência de qualidade dos serviços das IES, na formação profissional contábil e que os cursos se adequem as perspectivas do mercado, através de preceitos curriculares e pedagógicos.

Assim, a ótica de formação dos acadêmicos de ensino superior está cada vez mais voltada às demandas mercadológicas, retratando dessa forma a influência da intenção das IES na construção de um profissional preparado qualitativamente para atuar e se manter no mercado de trabalho, o que proporciona diversos ganhos para a sociedade como um todo (LIZOTE, *et al.*, 2018).



Formação profissional contábil

Para o curso de ciências contábeis e sua presença prática formativa, o contexto de constantes mudanças é bastante dinâmico, então deve-se preparar o estudante, ajudando-o a desenvolver competências e habilidades, que lhe ofereçam segurança para assumir o exercício profissional e capacidade para corresponder às exigências dos usuários da informação contábil (KRUGER *et al.*, 2013). Assim, a universidade tem a finalidade de inserir profissionais aptos para o exercício profissional, obtendo retorno quanto à qualidade desses profissionais que vem formando (MOURA, SCHIMIDT, 2016).

Nesse sentido, a elaboração de um novo currículo é ferramenta imprescindível, pois apoiando aos CFC (2015, p. 11) “o profissional da contabilidade moderno deve ser ágil, competente, antenado e possuir a informação na ponta da língua para ajudar seu cliente a gerir o seu negócio”. Sendo que essa conjuntura deverá estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e na sua flexibilização curricular instituída que permite superar os estreitos contornos de currículos mínimos obrigatórios (SANTOS, *et al.*, 2014).

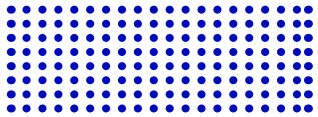
A formação do profissional contábil sempre terá como bases essa relação dos conteúdos teóricos e da aplicabilidade deste a perspectiva prática, pois conforme Moreira (2013) o contador deve ser capaz de aplicar os conhecimentos teóricos na prática, em situações reais, obtendo, analisando, interpretando, sintetizando, avaliando e comunicando informações. Na área contábil, o mercado de trabalho, por sua vez, exige profissionais cada vez mais preparados, que detenham conhecimentos necessários para demonstrar o desempenho organizacional, apresentar soluções aos problemas identificados, compreensão sobre práticas de gerenciamento tributário, que visem à redução, à maximização dos lucros e à continuidade da organização (MOREIRA, 2013).

Propõe-se que o profissional contábil possua um conjunto de instrumentos indispensáveis, que compõem o seu perfil profissiográfico, e este deve estar disposto a manter-se atualizado e aperfeiçoar-se de acordo com as necessidades do mercado, pois só assim conseguirá enfrentar as pressões e desafios constantes (DEGENHART, VOGT, E BIAVATI, 2014; BRANDALISE, *et al.*, 2013).

Relação teórico-prática

No processo de formação profissional, vale o destaque acerca da relação teoria e prática dos componentes curriculares da graduação. Para tanto, esse processo é característica de aplicação e imersão na realidade local sobre a sua ciência. Junior (2019) complementa que essa dissociação da teoria e da prática faz com que os alunos não enxerguem uma ação efetiva interdisciplinar, devido à falta de ligação entre as disciplinas e as dificuldades geradas pela reaproximação entre elas, resultando em conhecimentos segregados ao longo do tempo. Para isso, a educação, na construção e no desenvolvimento de identidades, deverá transcender o contexto teórico da sala de aula, recomendando a aplicação de estratégias educacionais como aprendizado ativo, aprendizado experiencial, simulações e aprendizado social, diminuindo a distância entre a experiência acadêmica e requisitos da vida real (SILVA, 2019; OLIVEIRA, 2019).

Percebe-se que relação teórico-prática é útil a diversos campos do conhecimento



permitindo concluir que o estágio, nos currículos, se configura como oportunidade à formação, viabilizando práticas e conciliando saberes e teorias apropriadas a contextos locais (CALAZANS *et al.*, 2019).

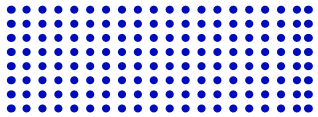
O estágio supervisionado contábil e sua importância formativa

O estágio supervisionado é parte dessa formação profissiográfica do contador. Pois o devido profissional deve ater-se a um perfil adequado e apto com formação crítico-reflexiva e, principalmente, adaptação ao sistema em que se vive. Para Melz e Raia (2011) o contador tem a missão de desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial e necessita de conhecimento técnico e científico. Tal profissional tem inúmeros locais de trabalho, e várias áreas de aperfeiçoamento, mas a área em que há maior concentração na atividade contábil é na atuação como empresário da contabilidade que prestam serviços para outras empresas e para os bons resultados necessita ter competência para analisar de forma crítica as empresas no seu aspecto organizacional (MELZ, RAIA, 2011).

Entendido o perfil de profissional que se busca formar, representa-se nesse discurso a forte presença de trechos práticos e competências empíricas ao cenário mercadológico e assim, se relaciona com o estágio, pois para a Lei 11.788 de 2008 o estágio é conceituado como “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos” (BRASIL, 2008, p.1) resultante numa aplicação prática dos conhecimentos teóricos aprendidos durante o curso, vislumbrando preparar, profissionalmente, o aluno (CASSUNDÉ *et al.*, 2017).

O estágio é componente de responsabilidade da instituição de ensino, determinante da formação profissional na qual se realiza por atividades de aprendizagem social, profissional e cultural (UNB, 2010b). Nesse sentido, torna-se indispensável o seu uso, pois em cursos como ciências contábeis, o conteúdo é aplicado e o acadêmico participa e interage com o ambiente diário das organizações (WITTMANN; TREVISAN, 2002).

Assim, a perspectiva de formar um contador para possuir o conhecimento plural não é uma tarefa simples, pois os conteúdos e conhecimentos são sempre inconclusivos devido à educação continuada, e de atualizações relacionais das teorias com a prática profissional (LAFFIN e CASTRO, 2015). Com isso, necessita-se repensar o modelo de formação visando processos mais críticos e que priorizem ações e conhecimento na articulação entre teoria e prática da contabilidade (LAFFIN e CASTRO, 2015). E nessa perspectiva, o estágio torna-se um momento imprescindível para formação do aluno, pois é um período de aprendizado e de construção da relação entre a teoria, que foi fundamentada nos primeiros anos de curso e que a prática irá desenvolver (DA SILVA, 2015).



METODOLOGIA

Delineamento da pesquisa

A metodologia adotada nesse estudo teve inspiração qualitativa, uma vez que a pesquisa se fundamenta em questionamentos relacionados à qualidade do estágio supervisionado no ensino superior frente a inserção mercadológica de profissionais da contabilidade (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). A estratégia para condução da investigação foi amparada na aplicação de um experimento (FLEURY; WERLANG, 2017) com alunos concludentes do curso de ciências contábeis de uma Instituição de Ensino Superior – IES, a partir da separação aleatória do grupo de tratamento (percepção a ser testada) e do grupo de controle (grupo não afetado).

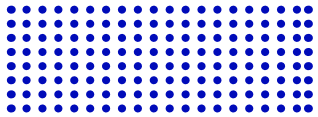
Sujeitos, instrumento e técnica de coleta dos dados

Com o intuito de identificar as percepções dos acadêmicos do curso de ciências contábeis sobre a satisfação com o estágio supervisionado, realizou-se a aplicação de questionários estruturados com os alunos concludentes do curso em uma IES. Os questionários foram constituídos por uma série de perguntas ordenadas para a coleta de dados complexos (CARVALHO *et al.*, 2017), visando alcançar uma maior uniformidade nas respostas acadêmicas sobre o estágio e o curso (OLIVEIRA *et al.*, 2017).

O critério para seleção dos sujeitos fundamentou-se na escolha de acadêmicos de uma mesma IES que tivessem estudado com o mesmo currículo (LIMA; SILVA, 2017), considerando a possibilidade de terem havido alterações curriculares (disciplinas, atividades de extensão e pesquisa e etc.) durante o andamento do curso. Outro parâmetro é pautado na escolha de acadêmicos enquadrados no sétimo ou oitavo período, ou seja, estar cursando, ou já ter cursado, o estágio supervisionado, considerados com uma maior capacidade para avaliação institucional. A IES foi selecionada por questões de acessibilidade do pesquisador (COLLADO, LUCIO e SAMPIERI, 2006), após percorrer por três instituições apresentando a pretensão da pesquisa.

A partir dos critérios indicados, foram selecionados 27 discentes cursando o último ou penúltimo período de ciências contábeis da IES escolhida. Dado importante da pesquisa foi que destes, 17 (dezessete) nunca trabalharam com contabilidade e os demais (dez) já tiveram atuação prática dessa ciência fora da academia. Com isso, houve uma equiparação percentual dos dois grupos, para não haver maior peso analítico para um grupo ou outro. Ou seja, 5 (cinco) discentes sem atuação prática para cada grupo investigado.

Para a construção do instrumento, foram formulados 14 questionamentos através da escala Likert, em maior parte, de cinco pontos. Esses questionamentos foram ordenados numa sequência linear, abordando a capacitação e a satisfação com o curso e por fim, com o estágio supervisionado. Os dados foram coletados através de uma pesquisa Survey (PINSONNEAULT; KRAEMER, 1993) por meio aplicação do questionário estruturado de maneira presencial, em sala de aula com o corpo discente concludente da IES selecionada, no dia 01 de novembro de 2019. Para o preenchimento dos questionários pelos entrevistados, foram gastos, em média, 30 minutos.



A tarefa consistiu em uma atividade objetiva com perguntas precisas sobre a capacidade dos investigados em compreender as demandas práticas da contabilidade. A propositura dessa obra pautou-se em compreender se existiam déficits curriculares na prática contábil na Universidade (estágio) em relação à realidade mercadológica e se esses déficits repercutem em menor capacidade e/ou facilidade para a inserção no mercado de trabalho.

Por tratar-se de uma pesquisa experimental, foram divididos dois grupos: os que já trabalham com contabilidade fora da academia (grupo experimental) e os que só veem a contabilidade através da graduação (grupo de controle). A divisão de grupos experimental e de controle se sucedeu através da primeira questão do questionário que pergunta se os mesmos trabalham com contabilidade ou não, e depois foi estruturado estatisticamente os respondentes e qual grupo é maior ou menor para a referida amostra. As variáveis para análise do experimento foram a inserção mercadológica, formação contábil e satisfação acadêmica gradual (variáveis dependentes) e a prática contábil (variável independente).

Tratamento dos dados

O método de tratamento dos dados envolveu a separação dos grupos experimentais e de controle e, seguidamente, percorreu a análise das respostas com base em escalas percentuais, devido à falta de igualdade na quantidade de sujeitos em cada grupo. Na sequência, realizou-se uma análise das variáveis e fatores importantes para cada grupo, visando “identificar fatores ou dimensões latentes que refletem o que as variáveis têm em comum” (HAIR *et al.*, 2009, p.112). Sendo assim, buscou-se identificar as dimensões ou construtos latentes representados nas variáveis originais (HAIR *et al.*, 2009).

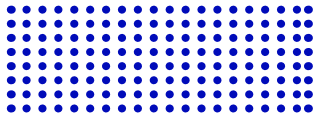
A análise dos dados seguiu a proposição de cada questionamento e suas variáveis presentes na elaboração do experimento. Através da separação dos grupos experimentais e de controle, foi possível visualizar a distinção de opiniões dos dois grupos e quais dados são mais relevantes para estes grupos. A observação também foi relevante para a pesquisa, pois muitos outros fatores foram encontrados na sua execução, conforme se debate na seção dos resultados.

Os questionários foram avaliados percentualmente pela sua semelhança ou variação das opiniões dos grupos experimentais e de controle. A operacionalização dos dados foi realizada com apoio de operações matemáticas e estatísticas do software Excel®. Através da única questão discursiva foi possível encontrar outras lacunas existentes nas temáticas abordadas no curso de contabilidade e em especificidade, no estágio supervisionado. A resposta à essa questão foi tratada qualitativamente.

RESULTADOS

Como evidências da pesquisa constatou-se uma similaridade nos dados relativos à variável satisfação, alcançando um elevado grau de aceitação pelos grupos experimentais e de controle com o curso e o estágio.

Considerando as evidências da pesquisa, a variável de inserção mercadológica, talvez seja a que mais possibilitou o distanciamento dos grupos experimentais e de contro-



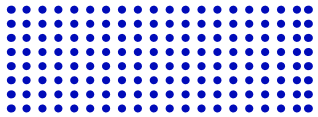
le. Pois quando se questionava a variável dependente da inserção com a independente da prática a luz da capacitação, houve um distanciamento dos grupos. O grupo experimental teve basicamente 70% de respostas afirmando a incapacidade de execução do trabalho contábil, validando a hipótese de déficits na formação acadêmica devido à ausência da variável independente (prática contábil). Já o grupo de controle teve 60% das respostas afirmando a capacidade da execução do trabalho contábil, mostrando que a presença da variável independente (prática contábil) faz com que as variáveis dependentes repercutam em resultados positivos.

Frente à inserção mercadológica, questionou-se a percepção dos grupos sobre o mercado de trabalho. O grupo experimental tem uma percepção de 35% com poucas possibilidades de inserção mercadológica, já o grupo controle obteve apenas 20% de poucas possibilidades de inserção mercadológica devido à prática contábil (variável independente).

A variável de satisfação dos estágios traz o embate da prática contábil como recurso interligado a formação profissional. O grupo experimental obteve um percentual de 29% de insatisfação com os estágios e de 18% com a correlação dos conteúdos com o que se anseia de prática fora da academia. Já os grupos de controle não mostraram insatisfação com o conteúdo trazido e com a sua correlação com a prática mercadológica. Esse dado afirma que a prática contábil faz com que a formação profissional tenha dados mais positivos na percepção dos alunos, e os que não têm a prática mercadológica, não completam sua satisfação com apenas a prática acadêmica.

A variável dependente da formação profissional trouxe um questionamento sobre o currículo do curso (ritos de controle) e se este atende as necessidades dos sujeitos. Nesse caso, a variável independente da prática contábil não disseminou distanciamentos e ambos os grupos afirmaram que a variável formação profissional é parcialmente atendida mediante aos ritos de controle dessa pesquisa.

A questão discursiva sintetizou-se na variável da inserção mercadológica, fazendo relação aos ao mercado e suas demandas, para que as IES se atentem a esse fator relevante que é a devida estruturação de um currículo para a sua regionalidade. Os grupos experimentais e de controle tiveram escolhas de áreas distintas. Para o grupo experimental a melhor área para a inserção mercadológica é a da contabilidade pública com 41,18%, seguido da contabilidade tributária (17,78%), fiscal (11,76%), consultoria (11,76%), e comercial (11,76%). E para o grupo de controle a predominância foi para a contabilidade comercial, fiscal e controladoria com 30% cada uma; e a área pública obteve apenas 10% das respostas. O que pode se extrair com esse dado é que os grupos experimentais sentem-se carentes de conteúdos para áreas públicas, devido a constante falta de prática nessa área, e ao grupo de controle afirma-se mais ainda a variável independente que segmentam as três áreas mais fortes no que condiz a prática contábil para a região, devido a forte demanda de trabalhos para empresas privadas. Esse dado afirma que ver o currículo como parte de um local, responde a perspectiva de formação qualificada do discente, com base na qual ele possa entender as práticas organizacionais vinculadas às teorias por meio da aplicabilidade na região em que ele se insere, dessa forma, promovendo um aprendizado significativo e, em última instância, também, permitindo o próprio desenvolvimento regional (LIMA e SILVA, 2017).



Já quando se questiona sobre o currículo do curso, há um breve distanciamento dos dados, pois 23% do grupo experimental não questionam a reformulação do currículo, e no grupo de controle são 10% que não se sentem incomodados com o currículo. Justificativa essa se dá devido a variável independente (prática contábil) que, para o grupo experimental é inutilizada e faz com que parte desse grupo não tenha uma visão ampla sobre as demandas mercadológicas dessa ciência, descompassando as construções teórico-acadêmicas com o que se vê por praxis contábil do mercado.

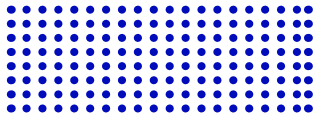
Partindo das análises realizadas foi possível observar os aspectos relativos a cada grupo de questionamentos propostos.

Os dois primeiros questionamentos tencionaram-se a verificar o nível de identidade dos alunos concludentes com o curso de ciências contábeis, bem como a experiência destes com o mercado de trabalho. Para essa situação identificou que apenas dez alunos têm experiência com o mercado de trabalho, sendo possível fazer uma distinção entre o grupo experimental e o grupo de controle. De acordo com os resultados foi possível também perceber a existência de um caráter de identidade preponderante dos alunos concludentes com o curso de ciências contábeis a partir de uma similaridade nas respostas (76,47% grupo experimental e 90% grupo de controle), o que favorece um interesse pela formação profissional adequada às demandas mercadológicas.

Os três questionários sequenciados buscaram analisar a percepção dos alunos concludentes quanto à adequação dos determinantes curriculares aos temas relevantes das ciências contábeis. E os resultados desses questionamentos trouxeram uma contradição entre os respondentes sobre a adequação dos determinantes curriculares aos temas relevantes, uma vez que a maioria (82,35% grupo experimental e 70% grupo de controle) não observa a ausência de temas relevantes sobre a contabilidade tratados no estágio, muito embora boa parte dos respondentes (70,59% grupo experimental e 60% grupo de controle) afirma que a IES não atende, curricularmente, ao melhor ramo de trabalho na região. Outra observação é a de que não houve respostas para a pergunta quatro: Como ferramenta de inserção mercadológica, qual seria o melhor ramo para se trabalhar na sua região? Apesar da pergunta cinco, relacionada a esta pergunta, ter sido plenamente respondida.

Juntos as duas questões seguintes, objetivou-se nesse tópico identificar o nível de satisfação dos alunos concludentes com os conhecimentos práticos adquiridos e sua correlação com as experiências vividas na prática. E nesse tópico, os resultados relataram que os alunos concludentes, de maneira geral, demonstram satisfação com os conhecimentos práticos obtidos no estágio profissional (70,59% grupo experimental e 90% grupo de controle) e com a correlação dos conteúdos trazidos no estágio com as experiências vivenciadas na prática (64,70% grupo experimental e 70% grupo de controle).

A partir da oitava questão até a última tencionou-se com esse estudo a certificar se o currículo da IES de vínculo dos alunos concludentes gera segurança profissional e possibilitam a formação de acordo com as demandas do mercado trabalho. E com o último tópico foi comprovado que nas respostas apresentadas subsiste a compreensão dos alunos concludentes quanto ao descompasso da prática contábil acadêmica com a prática contábil mercadológica (82,35% grupo experimental e 90% grupo de controle). Essa afirmativa converge com a perspectiva dos alunos quanto à segurança para se trabalhar com a

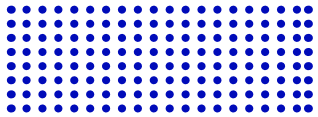


contabilidade, em caso de formação recente para o grupo experimental, 58,82% se sentem pouco capacitados ou incapitados, apesar de não convergir com a percepção do grupo de controle, onde 60% se sentem capacitados. Os alunos evidenciam, ainda, que o currículo de ciências contábeis da IES atende parcialmente as suas necessidades de formação (70,59% grupo experimental e 70% grupo de controle). Outra observação é a pequena distância quanto à expectativa em relação à entrada no mercado de trabalho, onde 70,59% entre os respondentes do grupo experimental anseiam estar empregados no máximo em um ano após formação e 70% do grupo de controle almeja estar empregado antes do término do curso. Na avaliação dos alunos concludentes sobre o mercado de trabalho boa parte (41,18% grupo experimental e 50% grupo de controle) enxerga boas possibilidades de inserção mercadológica. Por fim, a maioria dos alunos concludentes (76,47% grupo experimental e 90% grupo de controle) afirma que o currículo de ciências contábeis precisa passar por uma atualização de conteúdos.

Nessa perspectiva, a segurança na sua formação acadêmica (VD) tem uma relação positiva com aqueles que tiveram acesso à prática contábil (VI) e os demais, sentem-se inseguros ou pouco capacitados para conseguirem validade para a inserção mercadológica (VD). Assim, 60% do grupo de controle enxerga boa capacitação sobre a sua formação contábil, e 52,94% de pouca capacitação. Comprovando o teste, afirmando que acadêmicos com o uso das práticas contábeis no ambiente mercadológico tem maior certeza sobre a sua capacidade quanto acadêmico.

Portanto, retrata-se a partir desse estudo a comprovação de uma relação, não tão forte, mas presente na formação dos contadores acerca do cenário prático como recurso capacitador e satisfatório para a inserção mercadológica. Ou seja, nessa análise entre práticas acadêmicas e práticas mercadológicas, visualizou-se que grande parte dos sujeitos experimentais (apenas com uso da prática acadêmica) são mais insatisfeitos ou até questionadores da sua devida capacidade, e isso, todavia não deveria existir numa graduação que forma os sujeitos para contribuírem socialmente com as demandas do ambiente em que se insere. Esse impasse se complementa por da Silva (2015) que discorre que as disciplinas do curso de ciências contábeis devem atender exigências da Organização Mundial do Comércio (OMC), que busca formar profissionais adequados ao mercado. Assim, não seguindo o que as bases diretivas da OMC entendem sobre a formação profissiográfica.

À luz dos dados coletados é estabelecida uma proposta de inovação para a composição do currículo do curso de ciências contábeis para a IES em análise de modo que se recomponham alguns preceitos teórico-empíricos visando à formação desses sujeitos a um pragmatismo mais direcionado a prática contábil e a sua presença como recurso contribuinte para o desenvolvimento local e regional. Os grupos experimental e de controle culminaram a partir da questão discursiva possíveis reajustes na sua composição curricular, lembrando que não se objetivou nesse estudo de alterar o currículo como um todo, e desrespeitar as propostas as Diretrizes Curriculares Nacionais e ao currículo mínimo proposto juntos as federações a cerca do curso de contabilidade. Os respondentes de controle deram ênfase nas demandas regionais da faculdade que foi aplicada a pesquisa, que são: contabilidade comercial, fiscal e controladoria. Os respondentes do grupo experimental deram ênfase nas outras áreas da contabilidade, como: contabilidade pública, contabilidade tributária e entre outras.



Para se lançar uma proposta de reajuste não se tentou dar maior ênfase no grupo de controle, acima do experimental, mas sim criar uma ferramenta complementar ajustada a região demandada para a contabilidade.

Para o estágio a proposta é de tentar segmentar os dois estágios supervisionados, conforme dados do projeto político pedagógico da IES, um na área escritural com desmembrações para a contabilidade tributária, fiscal e comercial; o segundo dando a ênfase na controladoria que cria do sujeito esse posicionamento crítico e reflexivo (DA SILVA, 2015).

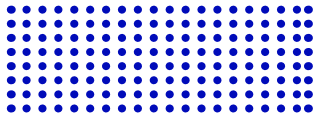
À luz do curso como um todo a principal proposta de inovação a ser dada é de tentar fazer essa intersecção de teoria e prática a partir das disciplinas, sendo apenas uma proposta de metodologia ativa, com casos empíricos corriqueiros as demandas regionais da contabilidade. Observa-se que essa intersecção não tem nenhuma intenção de alterar o cronograma conteudista de cada disciplina, mas sim de tentar tratar esses conteúdos de forma que o sujeito seja formado com maior desenvolvimento empírico a demanda local.

CONCLUSÕES

A pesquisa buscou verificar se os determinantes curriculares que compõem o estágio do curso de Ciências Contábeis possibilitam a formação de profissionais em consonância com as demandas requeridas pelo mercado de trabalho. Para tanto, a hipótese estabelecida foi a de que a prática contábil sem uma contextualização com a realidade mercadológica proporciona um déficit na formação profissional, repercutindo em menor capacidade e/ou facilidade para a inserção no mercado de trabalho.

Concluiu-se que, a partir das análises, a hipótese estabelecida deve ser recusada, considerando a contraposição entre as respostas dos alunos concludentes. É notório que boa parte dos alunos afirma que a IES não atende, curricularmente, ao melhor ramo de trabalho na região. Além disso, há uma compreensão quanto ao descompasso da prática contábil acadêmica com a prática contábil mercadológica, bem como um entendimento de que o currículo de ciências contábeis precisa passar por uma atualização de conteúdos. No entanto, a maioria dos alunos concludentes não observa a ausência de temas relevantes sobre a contabilidade tratados no estágio, assim como demonstram satisfação com os conhecimentos práticos obtidos no estágio profissional e com a correlação dos conteúdos trazidos no estágio com as experiências vivenciadas na prática. Outrossim, a maioria dos alunos evidencia que o currículo de ciências contábeis da IES atende parcialmente as suas necessidades de formação.

Não obstante, ao considerar a prevalência da satisfação com o estágio profissional, uma sugestão para a base curricular do curso de Ciências Contábeis seria a ampliação do investimento no estágio como forma de capacitar os universitários para o mercado de trabalho, colocá-los durante um período dentro de empresas real para conhecerem na prática a profissão a qual estão se formando. Outra perspectiva seria uma maior aproximação dos alunos concludentes com as oportunidades de mercado na região de proximidade dos mesmos, uma vez que os alunos demonstraram restrito conhecimento sobre os ramos de trabalho regionais.



Como limitações do estudo, pode-se destacar a amostra, pois possui características bem definidas que apontam as opiniões de alunos concludentes de uma instituição, envoltos pelo receio de sofrerem algum tipo de retaliação acerca da repercussão das suas respostas frente à grade curricular da IES que eles integram. Além disso, a possibilidade de não assimilação do objetivo das perguntas e a integração entre elas pode ter comprometido a assertividade nas respostas pelos alunos.

Por fim, uma das sugestões para pesquisas futuras é a aplicação do mesmo estudo para outras amostras mais abrangentes de alunos concludentes ou com egressos do curso de ciências contábeis para posterior comparação e confronto de resultados para verificar se há uma convergência na compreensão das determinantes curriculares que de fato tem aplicabilidade com a vivência prática dos contadores.

REFERÊNCIAS

BRANDALISE, L. T.; ROJO, C. A.; KASPER, D.; SOUZA, A. F. O papel social da universidade no preparo profissional: uma pesquisa junto aos egressos de administração da Unioeste – Cascavel. Revista GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 176-196, jan. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

CALAZANS, D.L.M.S.; SOUZA, W. J.; PEQUENO, N. P. F.; ARAUJO, F. R.; LIMA JUNIOR, V. Integrando a Extensão universitária ao Ensino e à Pesquisa em Administração: sistematização de experiência junto a indígenas à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Administração: ensino e pesquisa (RAEP), v. 20, p. 1-29, 2019.

CARNEIRO, J. D.; RODRIGUES, A. T. L.; SILVA, A. C. R. da; FRANÇA, J. A. de, ALMEIDA, J. E. F. de, MORAIS, M. L. S. de. Matriz curricular para cursos de ciências contábeis. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2017.

CARVALHO, C. V. D.; VALENÇA, T. D. C., SANTOS, J. A., CORREIA, I. F., LIMA, P. V. Aplicação de questionários online na pesquisa científica com idosos: relato de experiência. V Congresso Internacional de Envelhecimento Humano. Maceió, Editora Realize, 2017.

CASSUNDÉ, F. R. S. D.; OLIVEIRA, M. V.; ALENCAR, M. T. C.; RODRIGUES, N. F. M.; RODRIGUES, E. E. D. [Re] pensando o estágio na formação profissional dos estudantes de Administração: um estudo sobre a produção científica brasileira na área. Administração: ensino e pesquisa (RAEP), v. 18, p. 594-623, 2017.

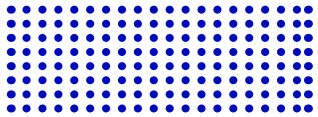
COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B.; SAMPIERI, R. H. Metodologia de pesquisa. São Paulo: McGraw, 2006.

DA SILVA, S. C. Currículos dos cursos de Contabilidade: discussão em uma perspectiva educacional moderna e pós-moderna. Enfoque Reflexão Contábil, v. 34, n. 2, p. 15-36, 2015.

DEGENHART, L.; VOGT, M. E BIAVATI, V. T. A Efetivação do Perfil do Egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Ciências Contábeis na Percepção dos Acadêmicos. V Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade, Santa Catarina, 2014.

DIAS, E. C.; THEÓPHILO, C. R.; LOPES, M. A. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes-MG. In Congresso USP De Iniciação Científica Em Contabilidade, 2010.

FLEURY, M. T. L.; WERLANG, S. R. da C. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. Anuário de



Pesquisa GVPesquisa, 2017.

GUTIÉRREZ, S. A., CAMBLOR, M. P. Principales factores de satisfacción entre los estudiantes universitarios. La unidad académica multidisciplinaria de agronomía y ciencias de la UAT. *Revista Internacional de Ciencias Sociales y Humanidades*, 18(1), 163-192, 2007.

HAIR JR., J. F.; WILLIAM, B.; BABIN, B.; ANDERSON, R. E. *Análise multivariada de dados*. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

JUNIOR, L. E. C. Estereótipos do profissional da Contabilidade na percepção de estudantes de cursos preparatórios para ingresso no ensino superior. 2015, 159 p. Dissertação (mestrado), departamento de Ciências Contábeis. UFMG, Belo Horizonte.

KRUGER, S. D.; MAZZIONI, S.; RESENDE, A.; GUBIANI, C. A.; ZANIN, A. O perfil desejado do egresso dos cursos de ciências contábeis das universidades de Santa Catarina. *Revista Catarinense da Ciência Contábil – Florianópolis*, v. 12, n. 34, p. 40-52, dez./mar. 2013.

LAFFIN, M.; CASTRO, C. C. T. de. Professional practice perspectives of the UFSC accounting sciences students. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 5, p. 58-76, 2015.

LIMA, T. B.; SILVA, A. B. O Ambiente Estrutural e Institucional do Ensino de Administração na Região Nordeste do Brasil. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 18, n. 2, p. 231-269, 2017.

LIZOTE, S. A.; VERDINELLI, M. A.; TERRES, J. C.; SAUER CAMOZZATO, E.; SEEMANN, J. DOS S. Satisfação dos alunos com o curso de ciências contábeis: uma análise em diferentes instituições de ensino superior. *Revista ambiente contábil – UFNR*, v. 10, n. 1, p. 293-307, 9 jan. 2018.

MARTINS, G. de A. THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007

MOREIRA, J. A. P. Entre a teoria, a prática e a tecnologia: relação entre o saber teórico e o saber prático no contexto da formação contábil. 2013 189 p. Dissertação, Mestrado de Gestão em Organizações Aprendentes. UFPB, João Pessoa.

MOURA, J. E.; SCHMIDT, C. M. Gestão de egressos no ensino superior: construção teórica e o caso do curso de graduação em secretariado executivo da Unioeste--PR. *Revista Expectativa*, v. 15, no. 15, 2016.

NASCIMENTO, J. C. H. B.; BERNARDES, J. R.; SOUSA, W. D.; E LOURENÇO, R. N. Avaliação Institucional: Aplicação da Teoria da Resposta ao Item Para Avaliação Discente em Ciências Contábeis. *Future Studies Research Journal*. São Paulo, v.8, n.2, p. 122 – 148 abr./ago 2016.

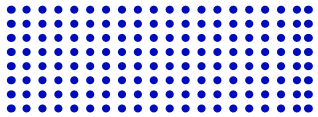
OLIVEIRA, J. C. P. O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. III congresso nacional de educação – CONEDU. Natal, Editora Realize, 2017.

ORO, I. M.; NAUE, J.; STÜRMER, A. L.; BRITO, F. Egressos em ciências contábeis: análise do desenvolvimento profissional sob o enfoque da teoria do capital humano. *Revista Universo Contábil*, FURB, Blumenau, v. 6, n. 4, p. 35-49, out./dez., 2010.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. Survey research methodology in management information systems: an assessment. *Journal Of Management Information Systems*, v. 10, n. 2, p. 75-105, 1993.

RAIA, F. S.; MELZ, L. J. Percepção dos discentes e docentes sobre estágio supervisionado no curso de ciências contábeis da UNEMAT – campus de Tangará da Serra. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 8, n. 16, p. 111-136, 2011.

SANTOS, D. G.; ARAÚJO, V. S.; CAVALCANTE, P. R. N.; BARBOSA, E. T. Formação acadêmica em ciências contábeis e sua relação com o mercado de trabalho: a percepção dos alunos de



Ciências Contábeis de uma Instituição Federal de ensino Superior. XI congresso científico USP de contabilidade, 2014, São Paulo.

SILVA, E. B. Análise comparativa das instituições privadas de ensino: estudo sobre as matrizes curriculares dos cursos de ciências contábeis do estado de São Paulo com maior aprovação no exame de suficiência do conselho federal de contabilidade. 2019, 96 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – PUC, São Paulo.

VIANA, L. P.; MELZ, L. J.; SANTOS J. S. C.; e STIELERA, E. C. Atuação do egresso do curso de ciências contábeis da UNEMAT – Campus de Tangará da Serra no mercado de trabalho. Revista UNEMAT de Contabilidade, Santa Catarina V. 2, Número 3 Jan./Jun. 2013.

WITTMAN, M. L.; TREVISAN, M. Estágios extracurriculares e a formação de administradores. In: XVI encontro da associação nacional dos programas de pós-graduação em administração. ANPAD: Rio de Janeiro, 2002.

Mulheres rurais e as contribuições do uso do crédito rural

*Caroline Casado Fagundes
Rosani Marisa Spanevello
Alessandra Matte*

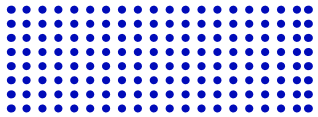


DOI: 10.47573/aya.88580.2.17.6

Resumo

Tradicionalmente, os processos sociais e culturais que marcam o meio rural brasileiro atribuem papéis distintos aos homens e mulheres, vinculando a elas tarefas pouco valorizadas em termos monetários. Entretanto, essa realidade começou a ser alterada com a mobilização das próprias mulheres rurais, que passaram a conquistar seus direitos, passando a ser inseridas na agenda de políticas públicas. Este estudo tem como objetivo analisar o processo de acesso ao crédito rural por mulheres no Território da Cidadania Médio Alto Uruguai, no estado do Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos demonstram que o ato de acessar o crédito, quando exercido por mulheres, tem o objetivo maior de melhorar a qualidade de vida da família, por meio do aumento da produção e, conseqüente, da renda familiar. A principal atividade produtiva a qual recebe investimentos dos projetos das mulheres é a atividade leiteira, que, comumente, já era desenvolvida no núcleo familiar. Nessa situação, a tomada de crédito se dá por meio de sistema produtivo já em curso, com o propósito de melhorá-lo. Os resultados permitem concluir ainda que o acesso ao crédito rural para investimento em atividade de interesse da mulher resulta em aumento da confiança, facilitando a comunicação e o relacionamento com outros atores sociais.

Palavras-chave: desenvolvimento rural. empoderamento. igualdade de gênero. mulheres agricultoras. PRONAF.



INTRODUÇÃO

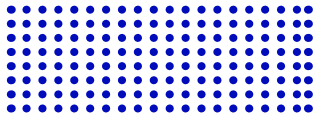
Os dados recentemente divulgados do Censo Agropecuário brasileiro permitem ilustrar a diversidade do meio rural do Brasil. São contabilizados mais de cinco milhões de estabelecimentos rurais, dos quais 76,8% (3.897.408) são classificados como de agricultura familiar (IBGE, 2019). Tais resultados corroboram com estudos anteriores a divulgação dos dados, que destacavam a agricultura familiar enquanto importante forma de produção familiar rural, especialmente por sua contribuição para a produção de alimentos e para ocupação rural (SCHNEIDER, 2010; CRUZ; MATTE; SCHNEIDER, 2016; PLOEG, 2016).

No Brasil, o reconhecimento dessa categoria social passa pela criação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. E, mais recentemente, pelas diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar orientado pelo Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 (BRASIL, 2006; 2017). De forma pontual, entre as medidas resultantes da Lei, está a constituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que passa a ser operacionalizado em 2005. Conforme dados do Censo Agropecuário, do total de estabelecimentos rurais que acessam crédito no país, 40,9% são provenientes de programas de crédito do PRONAF (IBGE, 2019). Este reconhecimento envolve também os públicos da agricultura familiar como alvo de políticas de crédito específicas como é o caso dos jovens e das mulheres rurais.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que entre os estabelecimentos rurais de agricultura familiar, 19,7% (769.672) são atualmente dirigidos por mulheres (IBGE, 2019). Com relação ao trabalho que executam, as mulheres deste segmento possuem papel fundamental para a execução das atividades domésticas e agropecuárias realizados na propriedade rural, e conseqüente geração de renda para a família. Apesar da imagem de invisibilidade da mulher na produção, a realidade, mesmo que nem sempre reconhecida pelo sistema patriarcal, é de que as mulheres têm protagonismo central no desenvolvimento nos núcleos familiares, nas atividades produtivas e nas comunidades rurais, uma vez que atuam nesses espaços desempenhando papéis de agregação e de organização das atividades rurais (SILVA *et al.*, 2015; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

No entanto, conforme estudos reunidos por Lopes e Butto (2008), independente do poder aquisitivo da família rural, a tomada de decisão ainda pertencente majoritariamente ao homem, tendo em vista a visão tradicional do papel feminino como de “parceria” ou de “ajudante”. É nesse sentido que se torna essencial avaliar se políticas públicas direcionadas a esse público, em específico, podem contribuir para modificar essa situação. Em estudo sobre o empreendedorismo rural das mulheres, concentrando-se nas cooperativas agrícolas femininas na Turquia, Kertege Sefer (2020) mostra que políticas públicas devem levar em conta a preexistência de normas de gênero, arranjos institucionais locais, percepção do trabalho das mulheres como complemento e agravamento das condições de trabalho para elas. Em especial, a autora reforça a necessidade de compreender que o acesso às políticas nem de longe assegura às mulheres o reconhecimento e a autonomia.

Com base nas discussões acima, busca-se saber: De que forma as mulheres acessam programas de crédito? Qual a finalidade do acesso? No que é investido o valor concedido? Quais os benefícios sociais e econômicos gerados a partir da tomada de crédito?



Deriva destes questionamentos o objetivo norteador dessa pesquisa, que consiste em analisar o processo de acesso ao crédito rural por mulheres no Território da Cidadania Médio Alto Uruguai, no estado do Rio Grande do Sul.

Para responder a esse objetivo, o texto está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção são apresentados estudos e avanços no que diz respeito aos estudos de gênero e de políticas públicas para mulheres rurais. O método e instrumentos de pesquisa são detalhados na terceira seção. Os principais resultados e as discussões estão aprofundados na quarta seção, seguido das considerações finais.

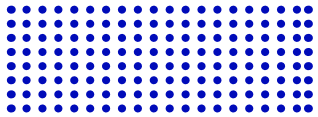
MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Organização familiar e as questões das mulheres

A agricultura familiar é definida por Abramovay (1998) como um segmento no qual a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho provém de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Nesta mesma perspectiva, conforme a concepção de Wanderley (2001), a agricultura familiar refere-se a um estabelecimento produtivo no qual a família, além de proprietária dos meios de produção, assume o trabalho do mesmo. O reconhecimento econômico, social e político desta categoria foi marcado em dois momentos: 1) Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf, em 1995, como marco inicial deste reconhecimento, sendo um importante meio da agricultura familiar para absorver mão de obra rural e ampliar a oferta de alimentos (SCHNEIDER, 2010; NIEDERLE, 2015); 2) Lei n. 11.326, de 2006 (BRASIL, 2006). Essa lei define oficialmente a agricultura familiar como categoria sociopolítica e estabelece as diretrizes para a formulação de políticas públicas. De acordo com a lei, são definidos agricultores familiares àqueles que praticam atividades no meio rural, não detenham área de terra superior a quatro módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra e gestão familiar nas atividades econômicas do estabelecimento e tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento (BRASIL, 2006).

Internamente, a agricultura familiar tem sido objeto de distintos estudos que passam a sua reprodução econômica e a função de produção de alimentos, com destaque para os seus públicos como é o caso dos jovens e das mulheres. Com relação as mulheres, o percentual de mulheres rurais brasileiras a frente das propriedades era de 13%, ficando abaixo de países como Bolívia (17%), Colômbia (21,7%), Peru (16,3%), Chile (25%), Panamá (25%) e Equador (25%) e mais próximo do percentual do Paraguai (13,4%), conforme informações divulgadas pela FAO (2011). Atualmente, conforme dados do IBGE (2019), esses dados melhoraram, atualmente 18,6% dos estabelecimentos rurais brasileiros são conduzidos por mulheres e ao direcionar olhar sobre a agricultura familiar, a presença das mulheres apresenta proporção levemente superior, predominando em 19,7% das propriedades rurais.

Enquanto as mulheres ocupadas em estabelecimentos agropecuários no Brasil alcançam aproximadamente 4,3 milhões, os homens, de longe, somam mais de 10,7 milhões de pessoas ocupadas no meio rural (IBGE, 2019). Ainda segundo esses dados, em média,



um estabelecimento agropecuário brasileiro possui 0,86 mulheres e 2,11 homens ocupados. Tratando-se do Rio Grande do Sul, o cenário é semelhante, visto que, há um montante de 66,3% (641.145) de homens ocupados em estabelecimentos agropecuários, em detrimento de 33,7% (325.534) de mulheres ocupadas na atividade (IBGE, 2019). Em média, uma propriedade gaúcha possui 0,89 mulheres ocupadas e 1,756 homens.

Analisando a situação etária feminina do rural brasileiro, observa-se existir menos mulheres jovens no campo do que idosas (IBGE, 2010). Este fato, segundo estudo realizado por Brumer (2004), pode estar relacionado com dois fatores, principalmente: a diminuição do número de filhos por família, o que implica em um menor número de crianças no meio rural; e o aumento da migração das moças para as cidades, sendo esta uma característica atual do êxodo rural – um êxodo jovem –, com maior tendência a saída de mulheres. Conforme Brumer (2014) e Spanevello *et al.* (2014), a diminuição do número de mulheres no campo pode refletir nas dificuldades em constituição de novos casamentos no meio rural, e por consequência, de novas famílias. Este menor número resulta no que Camarano e Abramovay (1999) chamam de masculinização no campo, a exemplo do que foi encontrado no meio rural francês por Bourdieu (2002), na década de 1960.

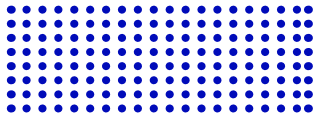
No meio rural brasileiro, ainda com traços do patriarcalismo, se observa a dissociação de tarefas a serem exercidas por homens e outras exclusivamente por mulheres – serviços domésticos –, as tornam quase totalmente invisíveis quanto a força de mão de obra exercida em atividades que gerem renda para o grupo familiar (CAUMO *et al.*, 2015; SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015). Nestas situações, a mulher rural dedica-se a serviços domésticos e cuidados aos filhos, cuidados com a horta, pomar e alimentação de animais que servirão para o consumo da família. Esse tipo de atividade desenvolvida pela mulher rural comumente é pouco ou nada valorizada, uma vez que não contabilizam tais atividades em termos monetários. Dessa forma, comparado ao esforço que demanda a realização destas tarefas, não é visto como trabalho, mas como extensão de suas tarefas domésticas (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Para Brumer e Spanevello (2008), essa divisão sexual do trabalho que tende a prevalecer, está entre as razões que levam as mulheres, especialmente as mais jovens, a deixar o campo, em destaque as mulheres e as tradições que priorizam o homem aos trabalhos especializados, de chefia, comercialização e herança. Nesse contexto, as mulheres preferem continuar os estudos nas cidades ou procurar trabalho assalariados para possuírem maior autonomia.

Mulheres rurais e as políticas públicas de crédito

O surgimento da política pública específica de financiamentos, de abrangência nacional, voltada para produtores familiares no Brasil surgiu no início da década de 1990. Foi no ano de 1996 que o Governo Federal, oficialmente, por meio do Decreto nº1.946, de 28 de junho, substituiu o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) pelo Pronaf, criado com a finalidade de apoiar o desenvolvimento rural e como objetivo maior o fortalecimento e incentivo à agricultura familiar (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Dados analisados pelo extinto Ministério da Agricultura e Desenvolvimento (MDA) (BRASIL, 2017), demonstram a crescente evolução e concessão de crédito para o incen-



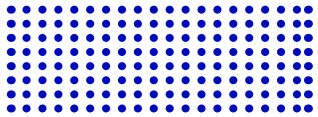
tivo ao desenvolvimento da agricultura familiar. Desde o seu surgimento em 1996 até a emissão do primeiro plano safra (1999/2000) até o último plano safra vigente (2019/2020) o recurso via Pronaf ofertado aos agricultores tem sido crescente em termos de valores, pois em 1999-2000 foi de 2,1 bilhões e no atual Plano Safra o valor é de 31,22 bilhões, ainda que com oscilações durante os anos, pois na safra 2015/2016, o índice caiu em relação ao ano anterior, reduzindo de 23,86% para 22,12 %, comportamento que se repetiu nos anos seguintes, chegando a 22,09% no ano safra 2017/2018.

Um dos momentos marcantes, em especial para as mulheres, está atrelado à criação de uma linha específica para as mulheres dentro do Pronaf. A partir do Plano Safra de 2003/2004, período no qual as mulheres foram incluídas como público específico na política pública Pronaf por meio da linha Pronaf Mulher. A finalidade é estabelecer a igualdade entre mulheres e homens no acesso a crédito agrícola voltado para a agricultura familiar, procurando contribuir para a superação das desigualdades de gênero no meio rural (ZORZI, 2008).

No entanto, além desta linha exclusiva para as mulheres, as mesmas podem tomar crédito dentro de outras linhas de investimentos. No Plano Safra 2019/2020, as linhas de crédito investimento, além do Pronaf Mulher, são representadas pelo Pronaf Jovem, Mais Alimentos, Agroindústria, Semiárido, Agroecologia, Floresta, Eco, entre outros, sendo que cada linha tem sua particularidade em termos de prazos para pagamento, requisitos para acesso e taxas de juros.

Ressalta-se que, mesmo que as mulheres possam fazer uso do crédito na mesma proporção que os homens, as mulheres não tem acessado operações de crédito na mesma proporção, embora os números de propriedades rurais com mulheres no comando tenham aumentado conforme o último Censo Agropecuário e já citado anteriormente. Considerando apenas os dados dos últimos dois anos, conforme dados do Banco Central (2020), número de contratos de crédito investimento via Pronaf no Rio Grande do Sul, em 2018 chegou a soma de 1923 contratos, com um valor total de investimentos de R\$ 266.895.607,25, destes 270 contratos ou 14% foram feitos pelas mulheres com valor total de R\$ 18.089.231 ou 6,8% do valor total, enquanto o número de contratos efetivados pelos homens foi de 1.653 (ou 85,9%), com um valor total de R\$ 248.797.375,87 representando 93,2%. Já no ano seguinte (2019), o número total de contratos foi de 2114 com um montante financeiro de R\$ 227.439.994,07. Neste ano, as mulheres realizaram 670 contratos de investimentos (superior ao ano de 2018) representando 31,7%, já para os homens foram 1.444 contratos (ou 64,3%) com um valor de investimento de R\$ 172.749.067,61 (ou 76% do total).

Estas diferenças podem ser explicadas sob distintos argumentos. O trabalho de Hernandez (2009) com mulheres que acessaram o Pronaf Mulher no Rio Grande do Sul deixa claro que as mulheres não tem a mesma experiência que os maridos ou cônjuges na tomada de crédito, por isso, têm dificuldade na organização da documentação, na elaboração do projeto produtivo, além do receio de acessar um recurso que representa uma dívida que precisa ser paga junto ao agente financeiro. O receio de não conseguir quitar esta dívida faz com que muitas vezes as mulheres desistam do crédito. Por isso, segundo Hernandez (2009), muitas vezes as mulheres tomam crédito para fazer a mesma coisa que já faziam na propriedade, por exemplo, investem o recurso na produção de leite porque já



conhecem o trabalho, mas gostariam de ter investimento em atividades não agrícolas como máquinas de costura, agroindústria de bolachas que lhes permitissem uma renda ou a realização de uma individual satisfatória. Brumer e Spanevello (2012) também apontam outro fator de desmotivação a tomada de crédito é a relação estabelecida com os mediadores (agentes bancários, de extensão rural) que fazem a ligação entre o crédito e a mulher beneficiada, sendo que para estes é mais fácil, em alguns casos, ofertar para as mulheres que se destinam até a agência bancária um projeto produtivo de atividades já existentes do que elaborar projetos para atividades que exigem estudos de mercados, viabilidade econômica (sendo estes aspectos fundamentais para o êxito do crédito de investimento das mulheres beneficiadas).

Entretanto, apesar das dificuldades mencionadas acima, estudos realizados no âmbito das mulheres rurais demonstraram que a oportunidade de acesso ao crédito mostrou-se decisiva para o aumento da autoestima das trabalhadoras uma vez que as sentem capazes de poder participar efetivamente da renda da família, gerando ganhos materiais ou monetários e também simbólicos (ZORZI, 2008; SILVA *et al.*, 2015; SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015; SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

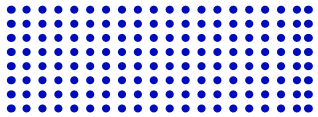
APORTE METODOLÓGICO

O espaço geográfico da pesquisa é o Território da Cidadania Médio Alto Uruguai, no estado do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul contabiliza 365.094 estabelecimentos rurais, em que 80,5% (293.892) são estabelecimentos de agricultura familiar, dos quais 12,2% são dirigidos por mulheres (IBGE, 2019). Particularmente, no Território da Cidadania Médio Alto Uruguai, no mesmo estado, que conta com 34 municípios¹ em sua composição, são contabilizados 21.314 estabelecimentos agropecuários, dos quais, 88,1% são de agricultura familiar (IBGE, 2019). Do total, 10,6% são dirigidos por mulheres, muito próximo ao valor em estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, em que 10,7% são gerenciados por mulheres. Para atender ao objetivo proposto neste estudo, foram realizadas entrevistas com mulheres rurais residentes no Território da Cidadania Médio Alto Uruguai que haviam acessado crédito rural. A população total do território é de 189.946 mil habitantes, dos quais cerca de 90 mil residem na área rural, isto é, mais de 48% do total (PELEGRINI *et al.*, 2014).

A identificação de mulheres que haviam acessado crédito rural contou com apoio de agentes bancários. Após contato prévio com as agências bancárias, essas disponibilizaram lista contendo o nome das beneficiadas e os municípios a que pertencem.

Selecionaram-se mulheres rurais que haviam acessado o crédito Pronaf modalidade investimento nos últimos cinco anos (período compreendido entre 2014 a 2019), totalizando 14 mulheres que acessaram crédito rural. Todas foram contatadas, nove mulheres se disponibilizaram a participar do estudo. Sendo estas residentes nos municípios de Jaboticaba e Pinhal. Não há como saber os motivos das mulheres que se recusaram a participar,

¹ Alpestre, Ametista do Sul, Boa Vista das Missões, Caiçara, Cerro Grande, Constantina, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Nonoai, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre.



mas, como hipótese, para futuros estudos, supomos insegurança como principal motivo, gerada por investimento do recurso em outras atividades que não as previstas no projeto, ou pelo fato desse financiamento poder estar sendo gerenciado pelo homem. Entende-se que entrevistando mulheres para esse período de tempo, a beneficiada teve tempo de executar a aplicação do recurso e pode já estar alçando retorno econômico.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturada. O roteiro teve como foco questões envolvendo a busca de informações sobre: idade, escolaridade, estado civil, tipo de trabalho agrícola e não agrícola exercido na propriedade, renda, modalidade de crédito acessada, auxílio técnico na elaboração do projeto de investimento, valor solicitado a agência bancária, projeto produtivo de destino do crédito, ano de obtenção do crédito, resultados econômicos gerados para a entrevistada, família e propriedade, resultados não econômicos gerados (autonomia no trabalho, facilidade no trabalho, possibilidade de compra de objetos ou bens pessoais ou para a família, entre outros) tempo que acessou, destino do crédito, renda gerada.

Os dados foram tabulados por meio do Software Microsoft Excel e após analisados seguindo a ordem do roteiro de entrevistas: 1. Caracterização das entrevistadas; 2. Caracterização das propriedades; 3. Acesso ao crédito; 4. Efeitos do acesso ao crédito. Ademais, os resultados quantitativos foram analisados por meio da estatística descritiva, e os dados qualitativos foram analisados (após a sistematização dos mesmos), com a técnica de análise de discurso, correlacionado a resultados de estudos relacionados ao tema.

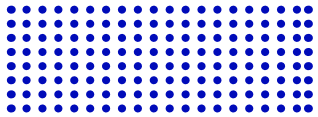
RESULTADOS REFERENTES AO CRÉDITO RURAL SOB O OLHAR DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Esta seção contempla os resultados das entrevistadas realizadas e pontua informações referentes a caracterização das mulheres rurais entrevistadas, das propriedades e da relação com o crédito.

Perfil das mulheres entrevistadas

As mulheres entrevistadas encontram-se na faixa etária entre 21 e 49 anos. Quanto à escolaridade, uma entrevistada possui ensino superior completo, outra está cursando graduação, quatro delas possuem ensino médio completo e as demais possuem ensino fundamental incompleto. Sete são casadas, das quais seis tem filhos, três das entrevistadas ainda não possuem filhos. Em apenas uma das propriedades um dos filhos já não reside no estabelecimento, nas demais famílias todos permanecem no meio rural. Entre as mulheres solteiras, a mais jovem (21 anos) mora com os pais e a outra (48 anos) reside com a mãe e o irmão.

Estes dados referentes à escolaridade se aproximam dos encontrados no trabalho de Spanevello, Matte e Boscardin (2016) sobre as mulheres tomadoras de crédito no Rio Grande do Sul, em que o grau de escolaridade também é variado, sendo as mulheres mais jovens as que apresentam maior grau de escolaridade. No entanto, Hernandes (2009), em um estudo com mulheres que acessaram crédito no município de Rodeio Bonito, no Rio Grande do Sul, apontam grau de escolaridade baixo (maioria com ensino básico completo)



como resultado do pouco estímulo dado as mulheres para seguir no estudo, em razão de que os estudos era um privilégio dos homens para saber lidar com as demandas das atividades agrícolas posteriormente.

Ao questioná-las sobre sua profissão, oito delas identificam-se como agricultoras, duas dessas denominam-se “agricultoras e donas de casa”, o que evidencia entendimento que distingue as duas funções como profissões distintas. Em parte, isso pode ser compreendido como positivo, na medida em que entendem que são trabalhos diferentes e a função doméstica – que envolve afazeres cotidianos – é um segundo trabalho, para além daquele exercido na propriedade. A única mulher que não assinala ser agricultora tem 21 anos e está cursando curso superior, por isso avalia que sua contribuição na propriedade não a classifica como agricultora. Entre as demais mulheres, duas atuam em outras atividades, uma é também agente de saúde e a outra trabalha em uma cooperativa no município.

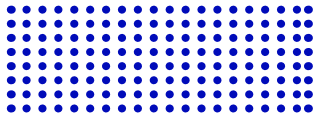
O trabalho desenvolvido pelas mulheres envolve as tarefas domésticas (lavar roupa, cozinhar, limpar a casa), produção de alimentos panificados (pães e bolachas), cuidados com os filhos, preparo de alimentos, cuidados com a saúde e bem estar da família, produção de hortifrutigranjeiros para subsistência, trato de animais, execução das atividades na produção leiteira (ordenha das vacas, limpeza dos equipamentos de ordenha e alimentação dos animais relacionados).

Além das atividades descritas acima, as entrevistadas relatam que atuam no auxílio dos maridos nos trabalhos da lavoura. A imagem que as próprias mulheres atribuem a sua função como de auxiliar dos companheiros reflete um padrão enraizado no imaginário dessas mulheres e da sociedade, que comumente classificam graus de importância para o trabalho, a partir da responsabilidade que cada um assume sobre ele. De maneira geral, mesmo que essas mulheres considerem que realizam atividades que merecem reconhecimento, não se percebe uma reivindicação por essa valorização. As implicações remetidas à diversidade de tarefas desenvolvidas pelas mulheres é a figura de uma dupla ou tripla jornada de trabalho, por se dedicarem às atividades domésticas, como também auxiliarem nas atividades agrícolas. Outra particularidade encontrada dentre as entrevistadas é a execução de atividades agrícolas e não agrícolas, descrito por Schneider (2003; 2010) como pluriatividade. É o caso de duas das entrevistadas que possuem empregos fora da propriedade, sendo uma coordenadora de loja da cooperativa do município e outra agente de saúde.

Análise das propriedades

Esta seção contempla características das propriedades estudadas, com informações relativas às atividades produtivas desenvolvidas, renda mensal familiar e outros rendimentos como aposentadorias. Estas informações são apresentadas no Quadro 01:

As atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades são distribuídas entre bovinocultura de leite e de corte, suinocultura e produção de grãos. O predomínio da atividade leiteira – presente em nove estabelecimentos rurais –, evidencia sua relevância enquanto importante atividade econômica para a região do Médio Alto Uruguai, uma vez que as entrevistadas encontram-se localizadas entre uma das regiões maiores produtoras de leite do Rio Grande do Sul (RELATÓRIO SOCIOECONÔMICO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE

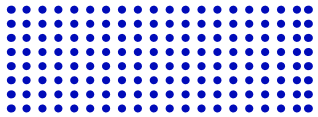


NO RIO GRANDE DO SUL, 2017).

Quanto às rendas mensais das famílias, estas estão entre 1 mil e 15 mil reais, representando significativas disparidades entre as entrevistadas. A presença de rendas não agrícolas não atinge a totalidade das mulheres. No caso das Entrevistadas 2 e 3 a renda não agrícola é proveniente de uma jornada de trabalho realizada fora da propriedade, as quais justificam que “apenas a renda da atividade leiteira e/ou da lavoura não são suficientes para pagar as contas”. Nesse caso, a atividade que realizam não representa renda extra, muito menos renda que será destinada apenas às mulheres, trata-se de recurso que passa a ser destinado ao bem estar da família. Spanevello, Matte e Boscardin (2016) e Silva *et al.* (2015) encontraram resultados similares em suas pesquisas. As primeiras estudaram mulheres agricultoras que acessaram Pronaf Mulher no Rio Grande do Sul. As autoras colaboradoras de Silva focaram no Semiárido brasileiro, também com mulheres que acessaram a mesma linha de crédito. Ambas apontam que muitos dos projetos das mulheres e da renda obtida em retorno a seus financiamentos, são destinadas, prioritariamente, para o bem estar das famílias, incluindo filhos e trabalho dos maridos. Não queremos, com isso, dizer que a renda provinda de investimentos realizados por homens não seja destinada ao bem estar da família. O que se observa é ações em que os recursos são destinados primeiro ao bem estar dos filhos e maridos, para, posteriormente ser usado para alguns bem ou uso que seja em benefício da própria mulher.

Além disso, no caso da entrevistada 2, há presença de aposentado rural, em que, apesar do beneficiário não possuir capacidade de gerar renda por meio das atividades agrícolas, contribui indiretamente com o valor recebido da aposentadoria como complemento à renda familiar. Nesse contexto, a entrevistada está diante de uma jornada tripla de trabalho, realizando três turnos de atividades: pela manhã dedica-se à atividade leiteira, à tarde atua como agente de saúde, e durante a noite realiza tarefas domésticas. Em paralelo a isso, despende cuidado necessários à mãe idosa. Mais do que apenas desempenhar tais atividades, essa mulher ainda é responsável por preocupar-se com as compras e decisões que dizem respeito ao núcleo familiar, ficando isenta apenas das decisões que dizem respeito ao marido, nas atividades agropecuárias. No entanto, ainda que a carga ou a jornada de trabalho seja alta e exaustiva, observa-se que as entrevistadas não pensam em deixar o campo ou buscar no meio urbano trabalhos com horários fixos, pois apreciam o modo de vida e os atributos positivos de viver no rural.

Estudos sobre a carga emocional das mulheres, tanto no âmbito rural como no urbano, vem emergindo e, com isso, cresce estudos que avaliam a divisão sexual do trabalho. Sousa e Gueddes (2016), ao analisar diferentes regiões do Brasil a partir dos dados do Programa Nacional Por Amostra de Domicílios(PNAD), constata que a divisão sexual do trabalho é desigual e desfavorável para as mulheres brasileiras, não havendo muita heterogeneidade entre as regiões. O conceito de divisão sexual do trabalho tem longa história, mas, recentemente, tem ganhado força diante do aumento de análises econômicas que definem como economia feminina trabalhos domésticos pouco valorizados. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), ao revisitar a história e avanços do conceito, o definem como “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”, as autoras ainda complementam que se trata de “fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. Portanto, é uma forma de ordenamento social que resulta em



designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Esse ponto de vista de relação das mulheres pode indicar a necessidade de estudos mais detalhadas, antes mesmo de avançar somente sobre a elaboração de novas políticas públicas. O que os resultados desta pesquisa já permitem apontar é que não basta criar políticas direcionadas às mulheres, se não houver um trabalho em paralelo com as famílias, especialmente com jovens e homens. Iniciativas nesse sentido acontecem de forma isolada, no entanto não compõem um programa ou uma política de estado.

A respeito das entrevistadas, cabe mencionar que no cenário em que se encontra a família da Entrevistada 1, apesar de não haver renda gerada por atividade não agrícola, há o desdobramento para o início de uma sucessão familiar a médio prazo. O filho mais velho cursa Agronomia no período noturno e ajuda com as atividades agrícolas ao longo do dia. Por isso, o processo de sucessão familiar só poderá ser finalizado nessa família quando o filho encerrar a graduação, uma vez que precisará de tempo integral na propriedade para assumir as atividades ali desempenhadas.

Relação da atividade produtiva com o crédito

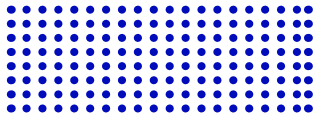
O objetivo de avaliar o destino para o qual as mulheres acessaram o crédito do Pronaf está diretamente relacionado à autonomia ou não que as beneficiadas possuem para tomar essa decisão. No Quadro 1, são apresentados, de forma sucinta, os motivos do acesso ao crédito e o destino dado ao mesmo.

Quadro 1 – Características do acesso ao crédito

Entrevistada	Modalidade	Motivo de acesso	Projeto produtivo destinado
1	Investimento	Aumento da produção e da renda	Atividade leiteira
2	Investimento	Melhoria da qualidade de vida	Atividade leiteira
3	Não soube informar	Não se aplica	Não se aplica
4	Não soube informar	Não se aplica	Não se aplica
5	Investimento	Aumento de renda e qualidade de vida	Atividade leiteira
6	Investimento	Aumento da renda	Atividade leiteira
7	Investimento	Melhoria na qualidade de vida	Atividade leiteira
8	Investimento	Aproveitamento de área e aumento da renda	Bovino de corte
9	Investimento	Melhoria na qualidade de vida da família	Atividade leiteira

Fonte: Dados de pesquisa (2019).

As entrevistadas 3 e 4 não souberam responder em relação a modalidade do crédito, as demais mulheres acessaram a modalidade investimento. Os motivos que levaram as mulheres a acessarem o crédito foram distintos, dentre eles: aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a renda familiar. Como resultado, passaram a adquirir bens, como



utensílios e móveis domésticos (como balcão de pia, geladeira, camas, televisores, entre outros) essenciais para o grupo familiar, melhorando a qualidade de vida da família.

Pode-se, assim, observar que as mulheres, ao decidirem acessar o crédito foi essencialmente pensando no bem estar da família, o que é naturalizado como comportamento afetivo da mulher. Este panorama assemelha-se aos dados encontrados por Matte (2010), em que a o fato da mulher acessar o crédito não demonstra apenas o interesse pela aquisição de bens pessoais e/ou implementos agrícolas, mas também a preocupação com o bem estar do coletivo, afirmando que as mulheres ainda pensam mais na família do que em si mesmas. No caso deste trabalho, os projetos produtivos aos quais foram destinados os créditos são, na maioria, direcionados para a atividade leiteira (seis entrevistadas), enquanto outra destinou a bovinocultura de corte e outras duas não souberam informar.

Houve mudança na realização das tarefas domésticas realizadas pelas mulheres após a tomada de crédito, em que cinco das entrevistadas relataram que passaram a exigir a ajuda dos cônjuges e filhos para a realização das atividades domésticas, antes executadas apenas pela figura feminina, em que passaram a dividir entre os membros do grupo familiar. Sem dúvida, esse resultado é um importante avanço no cenário rural. As mulheres passam a exigir o que é de direito delas, especialmente do que concerne a divisão sexual do trabalho.

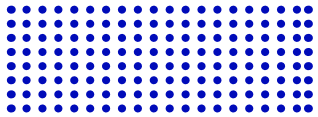
A relação entre o acesso ao crédito e a mudança nas condições financeiras da mulher e da família são evidenciadas neste estudo, na medida em que as mesmas relatam que o acesso ao crédito trouxe significativas mudanças financeiras para a família. De acordo com os relatos, o crédito possibilitou retorno financeiro capaz de melhorar a realidade do grupo familiar, permitindo a realização de reformas, aquisição de móveis, eletrodomésticos, entre outros.

O retorno financeiro proporcionado pelas melhorias na atividade leiteira conquistadas com o acesso ao crédito, possibilitaram ainda, no caso da Entrevistada 7, custear a faculdade de seus dois filhos, bem como a aquisição de um automóvel para a família. Estes resultados demonstram que o acesso ao crédito rural pelas mulheres possibilita o suprimento de necessidades de todo o grupo familiar.

Ao analisar aspectos relacionados à autonomia das mulheres, especialmente com relação ao acesso ao crédito e ao destino dado ao recurso, pode-se constatar que, conforme apresentado no Quadro 2, seis das entrevistadas afirmam que a decisão compete a elas, de modo que para quatro delas essa decisão é partilhada com o restante da família. Apenas duas mulheres informaram que a decisão permanece sendo do pai e outra que a decisão é da família.

Quadro 2 – Autonomia das mulheres entrevistadas

Entrevistada	Autonomia para acessar o crédito	Autonomia para comercialização e uso do recurso
1	Decisão da mulher e da família	Mulher e da família
2	Decisão da mulher e da família	Mulher e irmão
3	Pai que decide	Pai que decide
4	Pai que decide	Pai que decide
5	Decisão da mulher e esposo	Mulher



6	Decisão da mulher	Mulher
7	Decisão da mulher	Mulher
8	Família decide	Família
9	Decisão da mulher e esposo	Família

Fonte: Dados de pesquisa (2019).

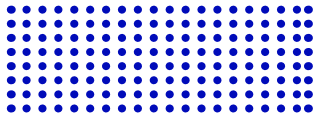
Como se pode denotar, a decisão tomada pela mulher e família abrange os casos 1 e 8. Quando é tomada em conjunto com o marido, contempla as entrevistadas 5 e 9. As mulheres entrevistadas de números 3 e 4, não possuem poder para decidir sobre o crédito acessado, é nesta situação em que o pai é quem decide sobre a tomada de crédito. Ao observar a entrevistada de número 2, entende-se que a decisão é dada juntamente com o irmão, isso ocorre, pois além destes há apenas a mãe já de idade avançada no grupo familiar. Destacam-se os casos 6 e 7, em que as entrevistadas apresentam total autonomia, cuidando integralmente da atividade produtiva desenvolvida.

O fato de haver apenas duas das entrevistadas que relatam participar significativamente ou de modo integral da gestão das propriedades e/ou atividade desenvolvida aproxima-se dos dados obtidos por Boscardin (2013). Nesse contexto, estudos realizados por Hernández (2009) também relata a crescente autonomia das mulheres por conta da trajetória do acesso ao crédito, em que as mesmas passam saber o retorno financeiro que atividade leiteira traz e começam a decidir em onde investir o valor gerado. No caso da Entrevistada 7, a mesma afirma que ela própria foi em busca de uma agência bancária para tomar um crédito a ser aplicado na produção de leite. A partir desta iniciativa, conforme ela mesma, foi possível melhorar a atividade através da compra de animais com melhor genética e mecanizar a ordenha, além da contratação de mão de obra para auxiliar nas tarefas da produção já que a gestão fica por sua conta.

Quanto à autonomia para comercialização e uso do recurso, pode dizer que a grande maioria das entrevistadas decidem em conjunto com a família, com exceção das Entrevistadas 3 e 4, em que permanece a decisão paterna. Afirmam as Entrevistadas que “não sei onde ou em que é investido e aplicado os recursos que são financiados no meu nome”, as mulheres apenas concedem o nome. Esses casos também foram constatados por Boscardin (2013) e Spanevello, Matte e Boscardin (2016), em que o interesse pelo acesso ao crédito e o projeto a ser destinado o investimento não parte das entrevistadas, mas sim unicamente por conta de maridos e/ou pais.

As Entrevistadas 5, 6 e 7 tomam as decisões sozinhas, nesses três casos prevalece a autonomia total da mulher, pois, segundo elas, os maridos e/ou filhos confiam-nas após o diálogo para um melhor investimento e aproveitamento do recurso aplicado. Essa realidade aproxima-se à encontrada por Matte (2009), onde os casos em que as mulheres são consideradas “chefes de famílias” cabe às mesmas decidirem pelo uso e destino do recurso.

Segundo relatos das entrevistadas 6, 1 e 9, a oportunidade de acesso das mulheres a distintas linhas de crédito é um elemento fundamental em especial para aquelas que se encontravam em situação de total dependência do cônjuge. Estas mulheres relataram ainda que o fato de terem de ir a uma agência bancária, cartórios, tabelionatos, prefeituras



por diversas vezes, com a finalidade de aprovar um projeto de crédito rural, passaram a se comunicar com uma gama maior de pessoas, o que, segundo elas, as deixou mais confiantes e encorajadas para situações adversas, inclusive para atender o técnico ou representante comercial em suas residências.

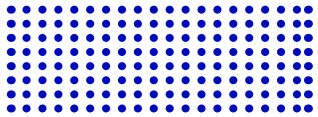
Em relação as dificuldades para acessar e obter crédito rural constatou-se que, as entrevistadas sinalizam que não encontraram, visto que contaram com a assessoria de órgãos de assistência técnica e de extensão rural, facilitando o acesso por mediar as relações das mulheres com as agências bancárias, esclarecendo os documentos necessários para a solicitação do crédito. Este cenário mostrou-se fundamental para a trajetória das entrevistadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tem como propósito analisar o processo de acesso ao crédito rural por mulheres Território da Cidadania Médio Alto Uruguai – RS. O acesso ao Pronaf apresenta resultados relevantes para o grupo de entrevistadas que estava a frente da tomada do recurso, embora tenham aplicado na atividade já desenvolvida na propriedade, percebe-se que o acesso das mulheres a linhas de crédito rural as tornou mais seguras quanto à gestão da propriedade, encorajando-as a tomar frente de decisões importantes, tanto no âmbito da gerência doméstica, como produtiva e econômica. Neste caso, o crédito rural passa ser a ser visto com um importante aliado para amenizar as diferenças entre homens e mulheres no referente à gestão e trabalho das propriedades analisadas, além de relatarem mais confiança para falar com outras pessoas, inclusive homens, sobre assuntos relativos à produção agropecuária.

Tais resultados também apontam que o ato de acessar o crédito, quando exercido por mulheres, tem o objetivo maior de melhorar a qualidade de vida da família, por meio do aumento da produção e, conseqüente, da renda do núcleo familiar. Ainda assim, a mulher quando acessa o crédito objetiva sempre beneficiar um membro da família e/ou o coletivo em si. Por isso, a totalidade das mulheres estudadas que tomam crédito para melhorar a qualidade de vida no meio rural encontra-se casadas e com filhos, enquanto aquelas que são solteiras e não tem filhos possuem como renda principal a atividade não agrícola e as atividades no campo são complemento de renda.

No entanto, é preciso ponderar que os achados desta pesquisa sugerem outros questionamentos, podendo ser tema de outros trabalhos com vistas a compreender melhor a relação entre políticas públicas de crédito e as mulheres. Um dos principais questionamentos reside no fato das mulheres tomarem o crédito Pronaf para aplicar em atividades já exercidas nas propriedades, como é o caso da produção leiteira, ou seja, já apresentam um domínio do sistema de produção. Outra questão que pode ser levantada, é que elas investem em algo já conhecido pelo medo do novo, de investir em algo que não possa gerar renda ou que não tem mercado para posterior escoamento da produção e, com isso, não ter retorno econômico para saldar o investimento realizado. Ainda, um percentual de entrevistadas afirma não sabe o destino no crédito retirado em seu nome, comprovando sua condição de intermediária do recurso, sendo muitas vezes uma operação realizada pelos



maridos ou cônjuges restando a elas apenas o empréstimo do cadastro de pessoa física, conforme já mostraram os estudos de Hernandez (2009) e Zorzi (2008).

Ademais, o acesso das mulheres rurais a políticas de crédito no Território da Cidadania do Médio e Alto Uruguai indica poucos registros de acesso, visto que a totalidade de mulheres que tomaram crédito nos últimos cinco anos é apenas 14 mulheres em um cenário com mais de 34 municípios e com 18.785 estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, constatando que há vasto percurso a ser percorrido para que mais mulheres tenham autonomia e acessem o crédito para atividades que almejem. É preciso ampliar estudos focados na análise dos efeitos do crédito e das políticas públicas para as mulheres quanto a autonomia, reconhecimento e empoderamento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: Unesco, 1998.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In.: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.) Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Matriz de Dados do Crédito Rural. Dados Abertos. 2020. Disponível em: < <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/matrizdadoscreditorural>>. Acesso em: 14 de abr. de 2019.

BOSCARDIN, Mariele. Efeitos do crédito rural sobre a sucessão geracional de jovens mulheres. Trabalho de Conclusão de Curso em Zootecnia, UFSM, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Le bal des célibataires. Crise de la société paysanne em Béarn. Paris: Seuil, 2002.

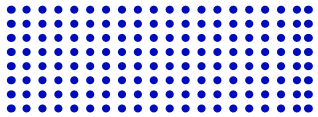
BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos familiares rurais. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Secretaria Geral. Brasília: Casa Civil, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm>. Acesso em: 14 de abr. de 2019.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Casa Civil, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 07 de jun. de 2019.

BRASIL. Ministério Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Secretaria da agricultura familiar e cooperativismo. Pronaf completa 22 anos com números importantes para a história do Programa. 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-completa-22-anos-com-n%C3%BAmeros-importantes-para-hist%C3%B3ria-do-programa>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Perfil Territorial: Médio Alto Uruguai – RS. 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_056_M%C3%83%C2%A9dio%20Alto%20Uruguai%20-%20RS.pdf>. Acesso em: 15 de mai. de 2019.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Agrário. Cartilha de crédito para trabalhadoras rurais. Mais alimentos. Plano Safra para a agricultura familiar 2009/2010. 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/cartilha_cr%C3%A9dito_para_



trabalhadoras.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BRUMER, A.; SPANEVELLO, R.M. Jovens agricultores da Região Sul do Brasil. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre e Chapecó: UFRGS e FetrafSul/CUT, 2008.

BRUMER, Anita. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, Maria Aparecida. de; STROPASOLAS, Valmir. Luiz; BARCELLOS, Sergio. Botton. (Org.). *Juventude rural e políticas públicas no Brasil*. n. 1. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. p. 215-233.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAUMO, Alessandra Juliana, *et al.* Distribuição espacial das trabalhadoras rurais na agricultura familiar no nordeste do Brasil. *Retratos de Assentamentos*, v. 18, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/188/172>>. Acesso em: 20 de jun. 2019.

CRUZ, Fabiana Thomé da; MATTE, Alessandra; SCHNEIDER, Sergio. *Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Série Estudos Rurais), 2016.

FAO. Food and agriculture organization of the United Nation. *Agricultura y Desarrollo Rural: manual sobre Género en Agricultura*. 968 p. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-aj288s.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *NERA: Estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária*. ISSN 1806 – 6755. Acesso em 06 jul. 2019.

HERNÁNDEZ, Carmem. *Ozorio. Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)*. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16405>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, Sept./Dec. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2017*. Plataforma Sidra. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

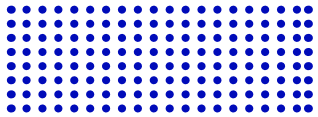
KERTEGE SEFER, B. A gender- and class-sensitive explanatory model for rural women entrepreneurship in Turkey. *International Journal of Gender and Entrepreneurship*, Bingley, Reino Unido, Feb.2020. doi.org/10.1108/IJGE-07-2019-0113

LOPES, Adriana. L.; BUTTO, Andrea. *Mulheres na reforma agrária – a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008. 240p.; (Nead Debate, 14).

MATTE, Alessandra. *Mulheres rurais e o acesso a programas de crédito rural – o caso do Pronaf Mulher*. Trabalho de Conclusão de Curso em Zootecnia, Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões, 2010.

NIEDERLE, P. A. *et al.* A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, 2014, vol.52, suppl.1, pp. 9-24.

PELEGRINI, Gelson; SILVEIRA, Jaqueline Patrícia; HILLESHEIM, Luis. Pedro. *Rede escola de governo: especialização em desenvolvimento rural e agricultura familiar*. Frederico Westphalen: Editora URI – Frederico West, 2014.



PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e a arte da agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, Sérgio. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 571-594.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 3, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, S. *Teoria Social, Agricultura familiar e Pluriatividade*. RBCS, RS, v. 18 n. 51, 2003.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul: Leite*. 2019, 4 ed. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br>>. Acesso em 15 nov. 2019.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. *Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs*. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

SILVA, Milanya Ribeiro da. *et al.* *Mulheres do Sertão: avaliação dos impactos do Pronaf Mulher para a autonomia feminina do Semiárido Cearense*. In: CHACON, Suely Salgueiro; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro; LIMA JÚNIOR, José Ferreira. (Org.). *Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido*. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, IABS, 2015. p. 11-34.

SOUZA, L. P. de; GUEDES, D. R. *A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década*. *Estudos Avançados* [online]. 2016, vol.30, n.87, pp.123-139. ISSN 0103-4014.

SPANEVERELLO, R. M. *et al.* *Os impasses no destino do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores no Rio Grande do Sul*. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52., 2014, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: SOBER, 2014.

SPANEVERELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M.. *Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. *Polis, Santiago/Chile*, v. 44, p. 1-15, out. 2016.

WANDERLEY, Maria Nazareth. *Raízes históricas do campesinato brasileiro* In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001. p. 21-55.

ZORZI, A. *Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf-Mulher em Ijuí-RS*. *Dissertação (Mestrado em Sociologia) -Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15005>>. Acesso em: 15 abr. de 2019.

Organizador

JORGE SOISTAK

Mestre em gestão de Cooperativas pela PUC-PR, pós-graduado em MBA em gestão Hospitalar pela Uninter, gestão e Auditoria de Negócios pela Unicentro e Marketing pela Universidade Positivo. Graduado em Ciências Contábeis pela UEPG e Administração pela Unicesumar. Professor universitário com atuação nas áreas de empreendedorismo, gestão de projetos, planejamento tributário, contabilidade gerencial e financeira, e pós-graduação em contabilidade e planejamento estratégica. As atividades profissionais contemplam atuação nas áreas de gestão administrativa, financeira, responsabilidade social e gerenciamento de projetos. Principais habilidades voltadas a negociação, revisão e mapeamento de processos, gestão de custos e visão sistêmica. Atualmente gestor hospitalar com ampla experiência em cooperativismo do ramo saúde.

Índice Remissivo

A

Accountability 42, 43, 45, 48, 53

Administração 11, 26, 38, 39, 43, 45, 57, 72, 88, 89, 108

Agricultoras 92, 99, 100, 107

Ambiental 6, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39

Análise 7, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 24, 25, 26, 31, 36, 42, 43, 49, 50, 52, 55, 56, 59, 66, 68, 71, 76, 77, 78, 83, 86, 89, 98, 105, 107

B

Balanço 13, 14, 18, 20, 21

Balancos 6, 9, 10, 11, 12, 25, 36, 56

C

Capital 14, 18, 20

Comportamentais 59, 60, 61, 62, 63, 71, 72, 73

Contábil 6, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 57, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89

Contabilidade 10, 28, 29, 32, 33, 35, 38, 39, 42, 50, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 72, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 108

Controle social 10, 11, 25, 42, 43, 44, 45, 50, 51, 55, 57

D

Decisório 7, 44, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 73

Desenvolvimento 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 55, 61, 80, 84, 86, 87, 89, 92, 93, 95, 96, 105, 106, 107

Desenvolvimento econômico 28, 29, 36, 37

Despesas 12, 13, 14, 15, 19, 20, 24, 25, 32, 34, 46, 48, 50, 53, 54

E

Empoderamento 92, 105, 106, 107

Empresarial 11

Ensino superior 35, 77, 79, 82, 88, 89, 98

Estágio 7, 65, 66, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 85, 87, 88, 89

F

Finanças 7, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 71

Formação 35, 38, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90

G

Gênero 71, 72, 92, 93, 94, 96, 106

Gestão 6, 11, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 55, 56, 61, 71, 79, 94, 103, 104, 108

H

Humano 35, 64, 70, 78, 89

I

Igualdade 15, 17, 18, 83, 92, 96

M

Mercadológica 7, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Mulheres 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

O

Orçamentária 11, 12, 14, 15, 18, 20, 24, 56

Orçamentário 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 49, 50

P

Patrimonial 11, 12, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 28, 33

Perdas 7, 58, 59, 61, 64, 65, 67, 68, 70, 74

Processo 20, 33, 37, 38, 46, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 80, 92, 94, 101, 104

Profissional 34, 35, 38, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 87, 88, 89

Pronaf 92, 93, 107

Prospectos 59, 63, 65, 71, 72, 73

Pública 10, 25, 26, 39, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 84, 86, 95, 96

Públicos 6, 9, 10, 11, 12, 25, 35, 45, 48, 49, 50, 56, 57, 93, 94

Q

Qualidade 31, 45, 46, 50, 53, 55, 56, 77, 78, 79, 80, 82, 92, 101, 102, 104

Quocientes 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 24, 25

R

Receitas 12, 15, 20, 24, 25, 32, 33, 46, 48

Resultado 15, 18, 19, 21, 24, 43, 49, 50, 53, 60, 63, 67, 68, 99, 101, 102

Riscos 31, 59, 60, 63, 64, 68, 70, 74

Rural 7, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 104, 105, 106, 107

S

Sociedade 25, 29, 30, 31, 33, 35, 38, 42, 43, 44, 45, 50, 52, 55, 79, 99

Supervisionado 7, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 89

Sustentabilidade 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38

Sustentável 6, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39

T

Teoria 26, 37, 59, 60, 63, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 87, 89

Teoria-prática 77

Transparência 39, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57

